

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE

GABRIEL FRANÇA SUNDIN

**CONCEPÇÕES E ORIENTAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO
TRABALHO PARA A JUVENTUDE E SUAS INTER-RELAÇÕES COM O
TRABALHO E TECNOLOGIA**

CURITIBA

2023

GABRIEL FRANÇA SUNDIN

**CONCEPÇÕES E ORIENTAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO
TRABALHO PARA A JUVENTUDE E SUAS INTER-RELAÇÕES COM O
TRABALHO E TECNOLOGIA**

**Conceptions and Guidelines of the International Labour Organization for Youth and
their Interrelations with Labor and Technology**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho

CURITIBA

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



GABRIEL FRANCA SUNDIN

**CONCEPÇÕES E ORIENTAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO PARA
JUVENTUDE E SUAS INTER-RELAÇÕES COM O TRABALHO E TECNOLOGIA**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 28 de Fevereiro de 2023

Dr. Domingos Leite Lima Filho, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Claudia Nociolini Rebechi, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Monica Ribeiro Da Silva, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Dr. Roberto Antonio Deitos, Doutorado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 28/02/2023.

AGRADECIMENTOS

Certamente estes breves parágrafos não serão capazes de nomear e expressar minha eterna gratidão a todos aqueles que fizeram parte desta jornada longa e tortuosa que foi a elaboração da dissertação. Para chegar no resultado que está sintetizado neste texto sem dúvida tive a influência e apoio de muitas pessoas, portanto, quero agradecer a todos que estiveram comigo nesse momento e que porventura podem não estar nomeados nas linhas seguintes – sem dúvidas há um pedaço de cada um no que sou hoje.

À Bruna, minha companheira de vida, que definitivamente foi o porto seguro de toda essa jornada – quem segurou as pontas nos momentos mais corridos, quem incentivou e acolheu nos momentos de desespero, quem compartilhou as alegrias de cada texto lido e página escrita.

À minha mãe Helena, que “fez das tripas coração” para fazer com que me tornasse o sujeito que sou hoje. Você, que tanto diz ser orgulhosa de ser minha mãe, não faz ideia do meu orgulho de poder ser seu filho.

Ao professor Domingos Leite Lima Filho, por ter me orientado e compartilhado toda a experiência neste caminho do mestrado.

Às professoras(es) Cláudia Nociolini Rebecchi, Mônica Ribeiro e Roberto Deitos, pelas avaliações e contribuições importantíssimas para dar sequência na pesquisa.

Aos professores e colegas do PPGTE que contribuíram e fizeram parte de toda a elaboração deste trabalho. Especialmente aos professores Geraldo Augusto Pinto, Mário Lopes Amorim e Nilson Marcos Dias Garcia e todos os colegas que compartilharam os debates no GETET e no grupo de pesquisa Trabalho, Tecnologia e Capitalismo Digital.

À camarada Jenni, parceira de mestrado e vida, por todos os papos, angústias, debates e suportes.

Ao Bruno, Leo, Duda, Mari, Marcus, Anna, Gabi, Gus, Rodrigo, Mel, Rogério, Vitor e todos os camaradas (que se fosse para citar um por um precisaria de algumas páginas a mais) que partilharam dessa caminhada comigo, desde o interesse inicial de pesquisa até os debates finais. São aqueles que estão aqui “para segurar minha mão quando os olhos estão tomados por lágrimas tristes”.

À todos os camaradas que se somam nessa árdua e longa tarefa de luta pela construção da emancipação humana.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Zé cometeu falha humana
Ou foi raça humana que falhou com Zé?
Zé cometeu falha humana
Ou foi desumana essa raça com Zé?
(GERMANO, 2021)

RESUMO

A juventude é um setor social que tem se deparado com importantes contradições na sociedade capitalista atual, como alto desemprego, baixos salários, falta de perspectivas. O objetivo desta dissertação é analisar as concepções da relação entre trabalho e tecnologia que determinam as orientações gerais para a juventude nos documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) do período 2008-2020, nos perguntando de que modo a OIT compreende a situação da juventude na história e como define o período atual. Para isso realizamos uma análise documental a partir de oito documentos da organização que compõem o estudo publicado regularmente intitulado Tendências Mundiais do Emprego (TME) dos anos: 2008; 2010; 2012; 2013; 2015; 2016; 2017; 2020. Entendemos que na atual fase do capitalismo a vida da juventude trabalhadora está em uma situação de extrema precariedade no trabalho e em suas condições de vida. Os organismos internacionais têm cumprido um papel importante na organização e direcionamento das necessidades do capital nos mais diferentes países, através de estudos, pesquisas, prospecções etc., dos quais a OIT expressa uma dessas organizações. Concluimos que as concepções que guiam as análises apresentadas pela OIT defendem uma visão de mundo burguesa; guiado pelo determinismo tecnológico e defesa do atual modo de produção capitalista, o organismo internacional apresenta uma concepção de juventude com forte viés economicista, a rápida inserção no mercado de trabalho sob moldes cada vez mais alienantes e justificação das condições de desigualdade pela naturalização e individualização das contradições capitalistas.

Palavras-chave: Juventude. Organização Internacional do Trabalho. Trabalho. Tecnologia.

ABSTRACT

Youth is a social sector that has faced important contradictions in today's capitalist society, such as high unemployment, low wages, lack of prospects. The objective of this dissertation is to analyze the conceptions of the relationship between work and technology that determine the general guidelines for youth in the documents of the International Labor Organization (ILO) for the period 2008-2020, asking ourselves how the ILO understands the situation of youth in history and how it defines the current period. For this, we carried out a document analysis based on eight documents from the organization that make up the regularly published study entitled World Employment Trends (TME) for the years: 2008; 2010; 2012; 2013; 2015; 2016; 2017; 2020. We understand that in the current phase of capitalism, the life of working youth is in an extremely precarious situation at work and in their living conditions. International organizations have played an important role in organizing and directing capital needs in the most different countries, through studies, research, prospecting, etc., of which the ILO expresses one of these organizations. We conclude that the concepts that guide the analyzes presented by the ILO defend a bourgeois worldview; guided by technological determinism and defense of the current capitalist mode of production, the international organization presents a conception of youth with a strong economicist bias, the rapid insertion in the labor market under increasingly alienating molds and justification of conditions of inequality by the naturalization and individualization of capitalist contradictions.

Keywords: Youth. International Labour Organization. Labour. Technology.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

BM – Banco Mundial

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

TCH – Teoria do Capital Humano

TICs – Tecnologias de informação e comunicação

TME – Tendências Mundiais do Emprego

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DEFINIÇÕES E CONCEITOS: JUVENTUDE, TRABALHO E TECNOLOGIA.....	22
2.1 – CONCEITO DE JUVENTUDE.....	22
2.2 – CONCEITO DE TRABALHO.....	43
2.2.1 Das Origens ao Modo de Produção Capitalista.....	44
2.2.2 A Organização do Trabalho no Capitalismo.....	50
2.3 – CONCEITO DE TECNOLOGIA.....	65
2.4 – JUVENTUDE, TRABALHO E TECNOLOGIA – APROXIMAÇÕES PRELIMINARES.....	74
3. O QUE A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO TEM A FALAR SOBRE JUVENTUDE, TRABALHO E TECNOLOGIA.....	80
3.1 – CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE: ENTRE O ECONOMICISMO E O RISCO DA INSTABILIDADE.....	82
3.2 – TRABALHO E JUVENTUDE: DO PESSIMISMO CONJUNTURAL AO OTIMISMO DA EXPLORAÇÃO.....	105
3.2.1 Jovens, Condições de Trabalho e “Empregabilidade”.....	106
3.2.2 Transição escola-trabalho.....	122
3.2.3 Educação que (Não) Forma Para o Mercado.....	124
3.2.4 Desafios e Oportunidades: Universalização da Precariedade e Otimismo do Trabalho Digital.....	129
3.2.5 Desemprego e Jovens Considerados Nem-Nem.....	134
3.3 – TECNOLOGIA E JUVENTUDE: DETERMINISMOS E NATURALIZAÇÕES.....	142
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS.....	168

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, vinculada à linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), aborda a seguinte temática: a relação entre juventude, trabalho e tecnologia em alguns documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para compreender minha inserção e interesse na temática procurarei retornar à minha trajetória pessoal de vida, de forma breve¹. Vindo de um processo de escolarização formal de certa forma privilegiado – inserido em escola privada durante toda minha trajetória na educação básica – e com condições de vida que me permitiram me dedicar integralmente aos estudos, a entrada na universidade – curso de Psicologia na Universidade Federal do Paraná – foi um momento de choque entre as ideias propaladas pelo senso comum sobre o meio universitário – local de erudição, produção de pesquisa para a sociedade etc. – e as condições efetivas da produção científica em um país periférico como o Brasil. É nesse período também que as contradições de classe começam a se aguçar, pois apesar de ainda viver em condições que me possibilitaram manter o estudo como atividade principal, passei por um processo de entender que as minhas condições, apesar de particulares, possuem elementos universais, que me ligam com a maioria da sociedade, a necessidade de venda da força de trabalho para me manter vivo. Mesmo que em uma condição de estudante universitário, a posição ocupada momentaneamente era ser um trabalhador em formação, que durante ou após a graduação venderia minha força de trabalho em troca de um salário. Assumo então uma posição de classe, da classe trabalhadora, e é a partir dela (desses interesses e necessidades) que me guio na realidade.

Nesse período universitário é também o momento que me engajo nas lutas sociais, em especial as lutas construídas dentro do movimento estudantil (ME), na defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade para todos e em contato direto com as lutas gerais dos trabalhadores no movimento sindical e movimentos sociais. Singularmente no país

¹ Durante esta introdução utilizo da conjugação verbal em 1ª pessoa do singular quando remeter à minha história pessoal de vida. No entanto, na continuidade do trabalho a intenção é se utilizar da concordância na 1ª pessoa do plural, por entender que a síntese textual individual é apenas parte de um processo complexo de pesquisa, que necessariamente envolve discussões, elaborações e ideias construídas coletivamente. Nesse sentido, a síntese aqui apresentada em texto faz parte de um processo social de pesquisa. Por outro lado, assumo total responsabilidade pelas ideias aqui veiculadas, todos os problemas, erros e acertos devem ser direcionados a mim.

passamos por um processo de efervescência conjuntural, pós-movimentações de junho de 2013, greves e ocupações, impeachment, avanço da extrema-direita etc.

Nesse conjunto de processos que vou me desenvolvendo, assim como desenvolvendo interesses de pesquisa e atuação. Um elemento bastante significativo nesse processo foi a análise sobre a universidade e uma aparente mudança de perfil do estudante da universidade pública que se engajava nas lutas do ME. Vivenciamos um intenso processo de entrada no mercado de trabalho do jovem universitário pela necessidade de complemento de renda para sua manutenção no estudo. De início, pela constatação de que os estudantes que se engajavam no movimento estudantil estavam tendo menos tempo para conseguir participar das atividades, visto que dividiam o tempo entre trabalho, estudo e militância, passamos a perceber como um processo muito mais geral que dizia respeito a uma tendência do desenvolvimento do capital e que o jovem estudante universitário representa apenas uma parte do todo. Foram se somando os relatos de estudantes que precisavam se desdobrar em “bicos” de final de semana, as bolsas – já em número bastante reduzido tendo em vista a precarização de políticas de permanência e assistência estudantil – já não conseguindo manter os estudantes, o engajamento em trabalhos precários – os “bicos”, “freelas”, “taxas”². Junto a um processo de piora das condições de vida da família, com o jovem precisando ser um ponto de apoio na renda familiar, assim como uma intensa piora na saúde mental, sendo diário os relatos de crises de pânico, ansiedade, depressão no contexto acadêmico etc.

Esses determinantes me fizeram planejar meu estudo monográfico de conclusão de curso com o objetivo de analisar as condições de desenvolvimento da adolescência e juventude no capitalismo contemporâneo a partir das diretrizes expressas em um documento do Banco Mundial (BM) de 2018 – “Competências e emprego: uma agenda para a juventude” – que se dedica a analisar as condições e necessidades para os jovens brasileiros. Realizei o estudo a partir das bases da psicologia histórico-cultural e suas caracterizações sobre a periodização do desenvolvimento humano. Encontrei uma forte correlação entre uma tendência de piora das condições de vida e trabalho dos jovens e uma defesa política do BM de naturalização e individualização dessas condições, defendendo políticas e interesses que vão de encontro com o desenvolvimento humano, relegando ao jovem condições de menor

2 Tal percepção é sustentada em pesquisas sobre o perfil dos estudantes universitários, como a elaborada pela ANDIFES (2019) no contexto dos estudantes dos institutos federais de ensino superior em 2018. O estudo aponta, que dos estudantes, 29,9% está trabalhando (ocupado); 29,5% não trabalha e não está à procura de trabalho (inativo); 40,6% não trabalha e está a procura de trabalho (desocupado). Ou seja, mais de 60% dos estudantes nesse grupo tem o emprego como atividade estruturante, seja estando empregando ou a sua procura.

desenvolvimento teórico, políticas de aumento da exploração e alienação, assunção de um ideal neoliberal no desenvolvimento do adolescente e jovem (SUNDIN, 2019).

A partir desse estudo e interesse que entro na pós-graduação, especificamente no PPGTE, a fim de aprofundar o tema da juventude e mudanças no mundo do trabalho, em um programa interdisciplinar de base crítica que me forneça instrumentos de análise e debates para além de uma visão determinista tecnológica e burguesa, buscando entender as raízes da problemática. Com a participação em disciplinas e nos grupos de pesquisa – Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET) e no Grupo de Pesquisa em Trabalho, Tecnologia e Capitalismo Digital – fui aprofundando alguns temas e nas conversas com o professor orientador Domingos Leite Lima Filho conseguimos estruturar o objetivo e caminho do presente trabalho.

Olhando para a juventude hoje no mundo, a partir de dados sistematizados pela OIT (2020) – que serão melhor explorados à frente – há uma população de aproximadamente 1,3 bilhões de jovens entre 15 e 29 anos. Desse total, apenas uma pequena parte, cerca de 430 milhões estão empregados, ao passo que mais da metade, 776 milhões não estão empregados ou então não estão procurando ou não estão disponíveis para o trabalho. Parte desse grupo está em algum processo educacional formal – seja na educação básica, superior ou técnica – por volta de 500 milhões. Contudo, parte significativa da juventude compõe um grupo chamado de *nem-nem*, que são jovens que não estão empregados, nem estudando, nem em algum processo de treinamento³, somando 267 milhões de pessoas nessa condição no mundo. Em termos de comparação, há uma população de jovens no mundo, maior que o total da população brasileira, que não está empregada tampouco estudando.

Há ainda outros dados significativos de representação da situação da juventude no mundo hoje. Ainda há por volta de 30% dos jovens que vivem na pobreza, dos quais 17% em pobreza moderada e 13% em pobreza extrema. E ainda, dos jovens empregados, mais de dois terços, cerca de 77% dos jovens, estão em situação informal de emprego, ou seja, não sendo

3 No decorrer deste trabalho utilizamos o termo *jovens considerados nem-nem*, como exposto por Bernardim e Silva (2017). Entendemos que a dinâmica de estar fora do emprego e da educação não significa que o jovem não faz nada, pelo contrário, há inúmeras atividades realizadas que muitas vezes escamoteiam a realização do trabalho, como por exemplo o trabalho doméstico, cuidados de crianças e idosos etc. O uso do termo “considerados” busca também explicitar que a permanência nessa posição não é uma dinâmica inerente ao jovem, um movimento individual, mas sim um processo social que objetivamente coloco a juventude na vivência de situações precárias.

abarcados por políticas de proteção e seguridade social, no geral recebendo menores salários com menores condições de trabalho (OIT, 2020).

Os dados brasileiros não fogem à regra. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que congrega os períodos de abril a junho do ano de 2021, realizado pelo IBGE, a população em idade para trabalhar representa 83,4% da população brasileira, um número de 177.149 milhões de pessoas. Esse número refere-se aos brasileiros de 14 anos ou mais. Este dado é estratificado em agrupamentos por idade, assim composto: de 14 a 17 anos 6,9%; dos 18 aos 24 anos 12,1%; dos 25 aos 39 anos 24,9%; 40 aos 59 anos 33,5%; 60 anos ou mais 22,6%. Do total de pessoas em idade para trabalhar, apenas 87.791 milhões estão em algum emprego (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021).

O número de trabalhadores à procura de emprego, aqueles que já desistiram de procurar, e os que trabalham em um ou mais empregos que não totalizam 40 horas trabalhadas na semana, compõem a categoria usada pelo IBGE chamada de subutilização da força de trabalho. Esse agrupamento representa aqueles indivíduos que estão amargando na fila do desemprego, ou então que tem de exercer mais de uma atividade remunerada para conseguir reproduzir a vida. O total de brasileiros nessa situação representa 28,6% da população na força de trabalho ampliada⁴ (IBGE, 2021).

Em que pese não ser possível obter – a partir dos dados da pesquisa supracitada – um panorama da diferença entre as taxas de subutilização da força de trabalho por agrupamentos de idades, a pesquisa referida aponta alguns dos fatores que compõem tal categoria de forma separada. Se observarmos o total do número de pessoas que estão à procura de emprego, com condições de assumir, mas que não o obtêm – compõem a taxa de desocupação – 35,1% está na faixa de 14 a 24 anos (5,7% tem de 14 a 17 anos, e 29,4% de 18 a 24 anos) (IBGE, 2021). Ou seja, mais de um terço das pessoas desocupadas são jovens, ao passo que esse grupo representa apenas 19% da população brasileira em idade para trabalhar.

Outro dado obtido através da PNAD Contínua que representa um pouco a situação dos jovens é em relação aos recebimentos mensais. De acordo com dados do primeiro trimestre de 2020⁵, o rendimento médio real efetivamente recebido somando todos os

4 A medida “força de trabalho ampliada” agrupa os setores da força de trabalho (pessoas ocupadas + desocupadas) e a força de trabalho potencial – que agrega as pessoas de 14 anos ou mais que não estavam nem ocupadas nem desocupadas, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho.

5 Os dados do primeiro trimestre de 2020 são os mais atualizados em relação ao rendimento por grupos de idades. Os dados de 2021 não apresentam as diferenças entre as idades, por isso optamos por utilizar os dados de 2020.

trabalhos que um indivíduo possa vir a ter foi de R\$ 2.574. Enquanto para a população entre 25 à 39 anos o rendimento foi de R\$ 2.503, para os jovens de 18 à 24 anos foi R\$ 1.339. Esse dado bruto não representa ainda as diferenças entre os diferentes setores sociais e tipos de empregos, mas já é representativo da situação de menores salários para os jovens.

Destaca-se, ainda, os estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2017) nas regiões metropolitanas de São Paulo, que revelam alguns dados sobre a forma de inserção da juventude no mercado de trabalho e sua relação com a permanência nos estudos. Utilizaremos esses dados, apesar de expressarem uma região apenas, como uma amostra parcial de um processo que os jovens estão inseridos, pois apresentam expressões comuns com as pesquisas feitas pelo IBGE citadas acima, sem objetivo de com isso obter uma visão do todo.

A pesquisa abrange jovens na idade de 15 até 29 anos, agrupando dados de 1996, 2006 e 2016. Ela os subdivide de acordo com sua relação com o trabalho e o estudo, obtendo 4 categorias: jovens que só trabalham ou procuram trabalho, representando um total de 55,5% de pessoas; jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho, com total de 17,6%; jovens que só estudam, que são 16,9%; jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho, representando 10% da população estudada (DIEESE, 2017). A partir desses dados iniciais nota-se que o trabalho é uma atividade central para mais da metade dos jovens, somando 73,1% desta população (número composto pelos jovens que apenas trabalham ou procuram emprego, e os jovens que aliam o estudo ao trabalho).

Em relação aos jovens que tem no estudo sua única atividade, os dados acentuam algumas contradições em relação à diferença de idades. Os estudos representam atividade exclusiva para 62% da população de 15 à 17 anos, ao passo que para os de 18 à 24 são 8,1% apenas e menos de 1% para os jovens de 25 à 29 anos (DIEESE, 2017). Mesmo considerando a existência de altos índices de defasagem idade-série na realidade educacional brasileira, os dados mostram que dos jovens que só estudam, dois terços referem-se à parcela da população em idade escolar, nos anos do ensino médio. Quanto à parcela que estaria em idade de acesso ao ensino superior, por volta de 8% à 9% têm o estudo como única atividade.

Da população total do estudo (15 à 29 anos), os jovens que conciliam estudo e trabalho representam 17,6%. Na faixa etária de 18 à 24 anos, 20% estão nessa condição, enquanto as faixas entre 15 e 17 anos e 25 a 29 anos, 27% e 8,5% de jovens, respectivamente, aliam estas duas atividades. Quanto à escolaridade, 40,6% das pessoas que conciliam trabalho

e estudo estão cursando o ensino médio; no ensino superior, 35,6% trabalham e estudam (DIEESE, 2017). Ou seja, é forte a presença de estudantes que têm que exercer algum tipo de atividade de trabalho, seja remunerada ou no auxílio às atividades domésticas e/ou familiares. Importante analisar qual o impacto que a conciliação dessas atividades produzem na vida da juventude.

Mais da metade dos jovens estudados, 55,5%, apenas trabalham ou estão à procura de emprego. Este número representa 78,7% da população de 25 à 29 anos e 60,5% de 18 à 24 anos. Número maior que a metade do total desses estratos (18 à 24 e 25 à 29 anos) tem o trabalho como atividade exclusiva. Se selecionarmos o grau de escolaridade, é possível perceber que nas duas faixas de idade (18 à 24 e 25 à 29 anos) pouco mais de 60% tem o ensino médio completo (DIEESE, 2017). Esses dados demonstram o nível de instrução da juventude, sendo que o maior contingente de trabalhadores cursou até pelo menos o ensino médio. Nesse sentido se demonstra a necessidade de se analisar qual o papel que a educação formalizada tem cumprido no desenvolvimento dos jovens, e como ela se relaciona com as necessidades do mundo do trabalho.

Para finalizar, o estudo ainda traz os dados referentes à parcela que não estuda, não trabalha e não está a procura de trabalho, e demonstra que da população nesse grupo, 52% tem ensino médio completo, seguido de 12,8% com ensino fundamental incompleto (DIEESE, 2017). Isso representa a juventude que poderia se enquadrar, nas categorias utilizadas pelo IBGE, como desalentados, que refere-se às pessoas em condições de estar empregadas, mas que desistiram de procurar e também não estão estudando.

A base estrutural de inserção do jovem hoje se dá em um movimento de intensa degradação do labor (ANTUNES, 2020), em que um suposto fim do trabalho humano assalariado pelo uso de novas tecnologias dá lugar ao seu contrário – a intensificação do trabalho, novas formas de contratação mais precárias e instáveis e a exclusão de importantes parcelas de trabalhadores do processo produtivo (ANTUNES, 2020; FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020).

A técnica e tecnologia, entendidas por Vieira Pinto (2005) como um instrumento desenvolvido pelo ser humano a fim de resolver uma contradição entre si e a natureza, são utilizadas no processo de transformação da realidade para satisfação das necessidades humanas através trabalho. No entanto, com a dominância do capital como modo de produção,

essa mesma técnica e tecnologia passam a ser subsumidas a ele, ou seja, a produção tecnológica, seu uso e desuso, passa a responder unicamente às necessidades imediatas da produção capitalista, que em última instância significa a valorização do valor através da exploração do trabalho humano (ROMERO, 2005).

Nesse contexto que Harvey (2013), a partir da concepção marxiana, entende que o desenvolvimento e mudança tecnológica se torna um imperativo desse modo de produção, não tendo como fim o melhoramento da produção, mas sim o aumento da produtividade do valor do trabalho, em que as mudanças físicas no processo produtivo servem apenas como mediação. Com isso, entendemos que as mudanças recentes no trabalho, com o advento de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) nada mais são do que novas possibilidades técnicas/tecnológicas resultantes do desenvolvimento das forças produtivas do capital e que agora são aplicadas na produção alterando processos produtivos, mas ainda mantendo a raiz desse modo de produção – exploração do trabalho humano para produção de novos valores de troca que serão apropriados privadamente.

Não devemos entender, contudo, que nada muda. Há mudanças significativas, expressas em maiores níveis de degradação do trabalho, terceirização e informalidade. Há mudanças também na dinâmica de organização da produção capitalista, que adquire novas possibilidades de integração mundial da produção de mercadorias, assim como de organização do trabalho (ANTUNES, 2020). Uma expressão desse processo é por exemplo o uso de plataformas digitais, que ganham maior notoriedade com a Uber, mas estão presentes em diversos ramos produtivos.

Entretanto, apesar do destaque às plataformas digitais, é necessário compreender que o movimento de crescente informalidade, terceirização (como formas de redução de custos com o trabalho e de subcontratação de atividades por empresas que buscam enxugar seus quadros) antecede o advento das plataformas digitais de trabalho e tem marcado novas formas de produção e comércio de produtos e serviços, assim como a própria utilização da força de trabalho no capitalismo contemporâneo (ABÍLIO, 2020a). Para além do campo dos serviços, é possível perceber a lógica algorítmica e a utilização de recursos digitais atrelados à crescente terceirização em diversas esferas da produção, tais como na indústria de transformação, no transporte de mercadorias, entre outros.

São esses, portanto, os determinantes gerais que guiam a inserção dos jovens no mundo, em especial no trabalho, e que produzem impactos significativos nas formas de

sociabilidade e produção. São eles ainda que explicam parte dos números e dados trabalhados previamente sobre a situação da juventude brasileira, ficando a necessidade de aprofundamento desses pontos no decorrer da dissertação.

Entendemos que a forma de organização do capital e expressão de seus interesses e necessidades ocorre em diferentes níveis da vida social. Marx (2008) analisa o sistema do capital a partir de sua base estrutural, onde de fato se expressa o modo de organização da produção e contém a originalidade histórica de tal modo – a organização da produção baseada na valorização do valor, que tem como característica a divisão em duas classes sociais fundamentais: de um lado a burguesia, detentora dos meios de produção e que se apropria privadamente da riqueza produzida; de outro a classe trabalhadora, detentora apenas de sua capacidade de trabalho, vendendo sua força de trabalho pelo equivalente em valor (expresso, em geral, na forma salário) que a mantenha viva (a si e sua família).

Há, portanto, num nível de estrutura do capitalismo, as raízes e determinações gerais de organização dessa forma de sociabilidade. No entanto, a partir dessa mesma base, Marx (2008) nos explica que se origina aquilo que qualifica como a expressão superestrutural dessa base econômica, que seria o desenvolvimento de uma organização política e jurídica que constrói efetivamente o sistema do capital. Essa superestrutura se expressa no Estado, na organização jurídica, na ideologia etc. Têm-se assim o capitalismo, enquanto modo de produção e sistema de organização social, em que a estrutura entra em relação dialética (contraditória, mas em unidade) com a superestrutura, constituindo determinações complexas que interveem no desenvolvimento social.

A expressão das necessidades e interesses do capital acontece nos distintos espaços da vida social. Ocorre por exemplo na organização da produção mais imediatamente, como por exemplo nas formas de organização do trabalho, na relação direta entre patrão e trabalhador etc. Como também se dá necessariamente pela mediação do Estado, enquanto instrumento de classe utilizado pela burguesia para favorecer sua dominação (LENIN, 2007); pela organização jurídica; pela construção de ideias que naturalizem e expliquem a realidade; pelos processos educacionais que formam os indivíduos em determinada sociabilidade etc.

Um desses espaços que conformam o capital e servem como instrumento de expressão de seus interesses e necessidades são as chamadas organizações internacionais, ou multilaterais. Conforme nos aponta Mendes Segundo (2005), tem força o Banco Mundial (BM), mas também distintas outras organizações – Fundo Monetário Internacional (FMI);

Organização das Nações Unidas (ONU) e várias outras – que se constituem como espaços em princípio neutros e acima de interesses particulares, mas que são utilizados como forma de construção dos objetivos do atual modo de produção.

Se construindo através de pesquisas, avaliações, auxílios e prestação de serviços à Estados, os organismos desenvolvem uma pretensa visão científica e interessada unicamente com o bem estar social, mas na prática levam a pauta e defesa do capital. Como mostra Mendes Segundo (2005), exemplificando a atuação de apenas um desses organismos, o Banco Mundial, podemos perceber um pouco o que tais órgãos representam,

No propósito de retomar o crescimento das taxas de lucro e expandir o ideário neoliberal, o Banco Mundial passa a ser o órgão representativo de políticas para alcançar tal objetivo, por meio do fomento da modernização da estrutura produtiva e institucional do capital, recomendando aos governos dos países periféricos a redução dos seus déficits fiscais, mediante a racionalização de recursos públicos (p. 35)

Nesse sentido, entendemos que os diagnósticos e prescrições elaborados pelos distintos organismos internacionais, dentre eles a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que será objeto neste trabalho, podem servir como importante ponto de análise para compreensão dos interesses e diretrizes do desenvolvimento capitalista, expressando concepções sobre o modo de organização do trabalho, as necessidades da produção, as formas de controle e explicação das contradições sociais. Tais diagnósticos poderão se expressar em diferentes países e organizações, como base para elaboração de políticas e modos de organização.

O objetivo geral dessa dissertação é analisar as concepções da relação entre trabalho e tecnologia que determinam as orientações gerais para a juventude nos documentos da OIT do período 2008-2020. Nos perguntamos qual a maneira como a OIT define juventude nas diferentes publicações e como compreende a situação atual desse setor populacional e quais as mudanças históricas que baseiam as análises. Para tanto, estabelecemos como objetivos específicos: 1) compreender as perspectivas do organismo internacional sobre trabalho e tecnologia no capitalismo hoje; 2) entender as mudanças no discurso nos diferentes anos; 3) entender no que/de que forma essas perspectivas se relacionam com a juventude.

É importante estudar as elaborações das organizações multilaterais, dentre elas a OIT, pois acabam sendo muito incidentes e influentes nas elaborações de políticas públicas dos

diversos governos (MENDES SEGUNDO, 2005). Considerado esse papel cumprido pelas organizações, para entendermos determinadas políticas é importante identificar as concepções gerais que as norteiam, que podem estar expressas em documentos e publicações de organismos multilaterais. Todavia, não podemos cair em uma posição mecânica, que superestima a capacidade de influência e direcionamento das agências internacionais, como se aquilo que propõem em âmbito geral fossem aplicadas mecanicamente nas realidades locais. Na realidade o processo é mais dinâmico, com os documentos gerais norteando políticas que são ajustadas nos contextos particulares de cada país ou região (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019).

Considerando tais aspectos, optamos por ter como objeto alguns documentos da OIT, nos quais estão expressos a visão de mundo da organização, os principais conceitos e concepções que se utilizam para análise da juventude e que de alguma forma podem influenciar na elaboração de políticas e orientações específicas para cada local. Partimos de um plano mais geral, para de alguma forma fornecer instrumentos que possam ser utilizados em análises mais específicas, como por exemplo de tal ou qual política pública em um país.

Utilizaremos como metodologia de análise a análise documental. Partindo da proposição de Le Goff (1990), ao entender que o fazer histórico pode estar baseado tanto em documentos escritos, mas também pelo não escrito, pelas relações materiais, pelas técnicas, pela arte etc. Por isso o autor propõe a noção de *documento como monumento*.

A origem da ideia de monumento estaria em ser algo que pode evocar o passado, se perpetuando, voluntária ou involuntariamente nas sociedades históricas. Por isso, nas palavras do historiador, “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1990, p. 548). A partir dessa compreensão o autor propõe ainda que a análise do documento, enquanto monumento, não deve estar afastada do todo em que foi produzido; deve-se analisar as condições de sua produção, os objetivos e determinantes que o constituíram, quais os interesses e intencionalidades que carrega.

Tomando o documento como elemento real, como empiria, Evangelista e Shiroma (2019) entendem que só é possível compreendê-lo se sobre ele formos capazes “de teorizar, de apanhá-los conceitualmente, para alcançar sua concretude” (p. 86). As fontes, os documentos, possuem objetividade, estão inscritos na realidade concreta, no entanto sua essência não está dada imediatamente; as determinações históricas precisam ser apreendidas

no percurso da pesquisa, a fim de superar a aparência. Tal exercício só pode ser realizado pela mediação da teoria. Nas palavras das autoras,

Cabe ao pesquisador interpelar o documento e verificar por que foi organizado em torno de determinados termos e por que contém um tipo específico de argumentação; que medida propõe, como a justifica, por que foi escolhida em detrimento de outras, quem a financia, que mudanças acarretará, a que grupos favorece ou prejudica? Para que foi produzido? A que fins se presta? Por qual classe social ou fração de classe foi demandado e para qual classe social ou fração de classe foi ordenado? Que elementos ideológicos foram utilizados para produzir o consenso em torno da política em tela? (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019).

Partindo das bases do método materialista histórico e dialético, o movimento de construção teórica sobre os documentos caminha pela compreensão inicial desses, vistos como concretos reais, que ao passar pelo processo de abstração a partir de categorias e conceitos científicos pode-se retornar para o concreto (os documentos) agora com uma qualidade superior, se tornando um concreto pensado. Desse modo é possível caminhar da aparência para a essência do fenômeno (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019; GERMER, 2020).

Ao analisar a metodologia de pesquisa da análise documental, Cellard (2008) afirma que para a compreensão de um documento ressaltam-se alguns aspectos: o contexto político e econômico que o documento foi escrito; os autores, seus interesses e motivos que o levaram a escrever; a autenticidade e confiabilidade do texto; a natureza do texto; delimitar os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Estes pontos iniciais são sucedidos da análise propriamente dita do documento, no qual deve ser o momento de reunir as informações obtidas anteriormente, buscando uma visão de totalidade. Esse processo se inicia com uma intencionalidade, a partir do questionamento inicial que guia “a escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador” (CELLARD, 2008, p. 303). Vê-se que essas concepções trabalhadas por Cellard (2008) refletem também algumas das ideias e compreensões das autoras acima citadas, em especial da necessidade de analisar os documentos a partir de sua expressão concreta na totalidade social, os objetivos, interesses, poderes etc., envolvidos em sua construção.

Os documentos são, como visto, elementos objetivos da realidade material, que podem se expressar em políticas, textos, fotos, revistas, diretrizes etc. Não são elementos neutros e apartados do contexto social. Do contrário, expressam os interesses e objetivos

daqueles que os concebem; nos documentos estão inscritos as concepções e conceitos que determinam a visão de mundo de certos grupos sociais e que podem aparecer direta ou indiretamente nos materiais – aquilo que é ocultado, não dito é tão importante quanto o dito, escrito, falado (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019).

Esta compreensão crítica e ampliada de documento fornece instrumentos essenciais nas análises que serão realizadas nesta dissertação, visto que tomamos como objeto oito documentos da OIT, são eles: “*Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2008*”; “*Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2010 - Edición especial sobre las repercusiones de la crisis económica mundial en los jóvenes*”; “*Global employment trends for youth 2012*”; “*Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2013 – Una generación em peligro*”; “*Global employment trends for youth 2015 – Scaling up investments in decent jobs for youth*”; “*Perspectivas sociales y del empleo en el mundo 2016: Tendencias del empleo juvenil*”; “*Global employment trends for youth 2017 – Paths to a better working future*”; “*Global employment trends for youth 2020 – thecnology and the future of jobs*”⁶.

A escolha dos documentos foi realizada através da relevância e proximidade dos objetos de cada um deles com a temática e objetivos dessa dissertação. Os documentos selecionados compõem uma publicação recorrente da organização intitulada: Tendências Mundiais do Emprego (TME). Nas palavras da OIT (2008),

A série de relatórios da OIT intitulada Tendências Mundiais do Emprego é publicada anualmente desde 2003. Também foram publicadas edições especiais para examinar as tendências do mercado de trabalho para certos segmentos da população, como jovens (em 2004, 2006 e 2008), mulheres (em 2004, 2007 e 2008), ou algumas regiões (Tradução nossa, p. 1)⁷

A escolha se deu, portanto, dos documentos que compõem a publicação TME e se direcionam especificamente para a juventude, encontrando dos referentes anos: 2004; 2006; 2008; 2010; 2012; 2013; 2015; 2016; 2017; 2020. Vimos que além dessas publicações que tratam sobre o período de vida aqui estudado, é possível encontrar alguns outros artigos e textos da OIT sobre o tema, mas se direcionando especificamente a uma região ou abordando

6 Os textos estudados não estão traduzidos para o português, por isso optamos, na medida em que ocorrerem citações textuais diretas, manter a tradução original na qual baseamos nossas análises.

7 “La serie de informes de la OIT titulada Tendencias mundiales del empleo se publica sobre una base anual desde 2003. Se han publicado asimismo números especiales destinados a examinar las tendencias del mercado de trabajo para determinados segmentos de población, como los jóvenes (en 2004, 2006 y 2008), las mujeres (en 2004, 2007 y 2008), o bien, determinadas regiones”

um aspecto apenas – como, por exemplo, jovens nem-nem. Nesse sentido, compreendendo os limites desta pesquisa, optamos por selecionar apenas aqueles documentos que compõem as pesquisas das TME, por tratar o tema de forma mais ampla, apontando os dados estatísticos e achados principais que a organização obteve. Além disso, percebemos nesses materiais a expressão de algumas das concepções da OIT sobre o que é juventude, como entendem o trabalho e a tecnologia.

A seleção do período de análise decorreu da avaliação da necessidade de obter um mínimo do panorama histórico em que se agrupam as proposições do organismo internacional a respeito da temática. Vimos especialmente a necessidade de observar as possíveis transformações nos discursos em um contexto de estabelecimento da crise econômica de 2008/09⁸ e os impactos mundiais que foram sentidos nos anos seguintes. A partir disso, optamos pelo estudo das publicações que vão do ano de 2008 até 2020 – garantido ao menos uma década e mudanças conjunturais significativas.

O caminho do trabalho será composto de mais três seções, além desta introdução. A segunda seção tem como objetivo a discussão teórica e aprofundamento nos três grandes eixos de análise: juventude, trabalho e tecnologia. Procuramos localizar os conceitos e definir nosso ponto de compreensão sobre eles, abordando-os em três subseções: conceito de juventude; conceito de trabalho; conceito de tecnologia.

Na terceira seção objetivamos apresentar os documentos estudados a partir de seu desenvolvimento histórico e principais categorias utilizadas. Está dividido em três categorias: 1) o conceito de juventude; 2) relação entre juventude e trabalho; 3) perspectivas e papel da tecnologia. Optamos por apresentar os documentos divididos já nas categorias para tornar a análise mais organizada, percebendo as mudanças internas nos próprios documentos em cada uma das categorias. Em conjunto da exposição optamos por realizar a análise, tendo em vista

8 Enquanto crise econômica compreendemos o processo cíclico e estrutural de desorganização e reorganização econômica do sistema social capitalista que pode se expressar em contextos específicos e regionais, mas também de ordem mundial, podendo envolver processos de superprodução de capital, redução das taxas de lucro etc. A crise de 2008/09 com estopim no mercado financeiro imobiliário nos EUA, chamada também de crise de *subprime* – modalidade norte-americana de empréstimos imobiliários chamada de hipotecas *subprime* (GIL; BARIZÃO, 2012) – expandiu-se globalmente gerando impactos em todas as regiões do globo, com retrocessos e estagnações econômicas e maior instabilidade política. Como todo processo de crise capitalista, o Estado, enquanto órgão de dominação da classe burguesa, é chamado a “comprar” parte da conta, com maiores empréstimos às empresas privadas e compras de suas dívidas. Em conjunto, são aplicadas uma série de medidas governamentais e empresariais a fim de recuperar as taxas de lucros e aumento da exploração da classe trabalhadora. Vemos na crise mundial de 2008/09 um momento significativo de intensificação dos ataques aos trabalhadores, se expressando dos anos que seguem até hoje.

tornar o trabalho mais fluído e mobilizando os conceitos necessários durante a própria apresentação.

A quarta, e última, seção, composta pelas considerações finais tem por objetivo tecer os últimos comentários e sínteses gerais a que chegamos no decorrer desta dissertação. Ainda que o caminho de exposição esteja ligeiramente diferenciado, esperamos nesta seção final exprimir o caminho percorrido durante os estudos, que partiram dos documentos da OIT (concreto sensível), para o aprofundamento teórico (abstração) e em seguida retornando aos documentos, agora com uma qualidade superior (concreto pensado) (GERMER, 2020).

2. DEFINIÇÕES E CONCEITOS: JUVENTUDE, TRABALHO E TECNOLOGIA

Tendo em vista o objetivo geral da pesquisa – analisar as concepções da relação entre trabalho e tecnologia que determinam as orientações gerais de políticas para a juventude nos documentos da OIT do período 2008-2020 – entendemos como necessário apoiar o desenvolvimento de nosso trabalho a partir do aprofundamento teórico nos três grandes temas que compõem o presente trabalho. Procuramos localizar algumas das concepções e debates sobre juventude, trabalho e tecnologia para, por um lado, vislumbrar a amplitude a que se referem tais conceitos e por outro fornecer a base teórica que sustenta esta dissertação acerca da temática envolvida.

Este capítulo será subdividido em três subseções – conceito de juventude, conceito de trabalho e conceito de tecnologia. As discussões que seguem têm por objetivo dar o devido suporte teórico à análise do objeto, contudo, conscientes dos limites desta pesquisa, obviamente não esgotam a análise dos conceitos, visto que cada tema, independentes uns dos outros, são objetos de pesquisas e debates dentro da vida social em geral e particularmente no campo da pesquisa acadêmica. Nesse sentido, dentro das possibilidades da pesquisa, fizemos o esforço de exposição e relativo aprofundamento teórico na análise de cada um dos três conceitos a fim de, ao chegarmos ao final deste trabalho, ser possível olhar para o material empírico escolhido (concreto sensível) – os documentos da OIT – com uma teoria fundamentada nos fornecendo alguma capacidade analítica (concreto pensado).

2.1 – CONCEITO DE JUVENTUDE

A juventude, enquanto conceito definidor de um determinado agrupamento de indivíduos, é tema de profundas pesquisas e polêmicas no decorrer da história, sendo analisada por diferentes áreas do conhecimento – psicologia, sociologia, biologia, direito etc. Certamente é um conceito amplo, que se altera com o desenvolvimento das pesquisas e análises e também tem sua amplitude restringida ou expandida a partir dos enfoques oferecidos, que ora podem privilegiar aspectos sociais, psicológicos, fisiológicos etc. na definição sobre o que é ser jovem. Um primeiro exemplo é visto na própria nomenclatura que, como veremos adiante, passou tanto pelo uso da palavra adolescente, juventude, ou então pelo uso indiscriminado dos dois termos.

Contudo, primeiramente, entendemos como necessário olhar para o desenvolvimento concreto desse período da vida humana, suas raízes históricas e sociais, que estão na base das construções teóricas que definirão e normatizarão determinados comportamentos e dinâmicas. Pais (1990) entende que a definição de determinada fase da vida só surge na exata medida que em dado momento histórico particular ela seja fonte de problemas sociais, ou seja, dificuldades, contradições que demandem o melhor entendimento de suas raízes e principalmente de controle social de determinado grupo. Nas palavras do autor,

Geralmente, são os indivíduos quem, no dia-a-dia, tomam consciência de determinadas características específicas a um período da sua vida. Se estas características afetam um universo considerável de indivíduos – pertencentes, na sua maioria, a uma geração demográfica –, elas são culturalmente incorporadas em determinados modos de vida. Se essas características, específicas a um determinado período de vida, se apresentam como expressão de determinados “problemas” sociais, atraem a atenção dos poderes públicos, podendo surgir medidas – legislativas ou de “terapêutica” social – que, por via institucional, consigam dar resolução parcial a esses problemas. (PAIS, 1990, p. 147)

O historiador francês Phillippe Ariès, referência das psicólogas Leal e Facci (2014), afirma que nem sempre a adolescência foi encarada como um período distinto do desenvolvimento, passando a existir a partir de um determinado tempo histórico. Até o século XVIII ela era confundida com a infância, que não tinha suas determinações em aspectos biológicos como a puberdade, mas sim vinculada à ideia de dependência – ao sair da dependência também saía-se da infância. Nesse período, a distinção entre as atividades de crianças e de adultos era um tanto difusa, visto que a partir dos cinco ou sete anos a criança passava a conviver com os demais em quase todas as atividades, em especial as laborais (LEAL; FACCI, 2014).

Com o desenvolvimento da sociedade moderna e das revoluções industriais, a dinâmica da sociedade se altera e com isso se transforma também a forma de relacionamento entre os indivíduos. O desenvolvimento da adolescência/juventude se coloca sob essa égide, particularmente a partir das transformações no mundo do trabalho. Bock (2004), ao retomar os estudos e conclusões de Adélia Clímaco, teoriza sobre as alterações objetivas na realidade que deram origem ao período aqui estudado. Com as revoluções industriais o trabalho se sofisticava do ponto de vista tecnológico, exigindo, por sua vez, um tempo maior e mais aprofundado de formação da força de trabalho, o que seria

realizado através da escola, reunindo os jovens em um mesmo lugar e os afastando, temporariamente, do trabalho produtivo. Por outro lado, o desenvolvimento da ciência produz avanços na longevidade da vida, e em especial na produtividade dos mais velhos. Somando-se a isso o desemprego estrutural da sociedade capitalista traz a exigência de se retardar a entrada dos jovens no mercado de trabalho e aumentar as exigências para essa entrada, o que gerava demanda para aumentar o tempo na escola.

Esses elementos objetivos de alteração das relações sociais e desenvolvimento do mundo do trabalho são fatores determinantes no desenvolvimento da adolescência/juventude como período específico. Nas palavras de Bock (2004),

A extensão do período escolar e o conseqüente distanciamento dos pais e da família, além da aproximação de um grupo de iguais, foram as conseqüências destas exigências sociais. A sociedade então assiste à criação de um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento – a juventude/adolescência (p. 41).

Flitner (1968) descreve que o início do interesse de pesquisa do período de vida tema deste trabalho acontece durante o século XVIII, em especial na Europa. As pesquisas acontecem através de três grandes campos: a epistemologia empírica; o pietismo; a antropologia racionalista. Em relação ao primeiro campo encontram-se as primeiras pesquisas sobre o desenvolvimento genético-psicológico e sua periodização. Na pedagogia pietista, com interesse referente ao desenvolvimento da fé e o processo de autonomia volitiva, abre-se o caminho para as pesquisas da psicologia individual da juventude. Por último a antropologia racionalista, que tem seu olhar voltado para o desenvolvimento e estabilização das atividades mentais. Na obra *O Emílio*, de Jean-Jacques Rousseau, através da conjunção contraditória desses três campos surgem os esboços sobre o que seria o período juvenil, entendido como um segundo nascimento, dando origem ao homem maduro, consciente e moral (FLITNER, 1968; GROPPPO, 2017).

É, no entanto, no final do século XIX e meados do século XX em que a sociologia da juventude se constitui como campo, a partir do estrutural-funcionalismo, desenvolvendo concepções que têm reverberações nos debates ainda hoje. Groppo (2017) afirma que “esta concepção gira em torno da noção de juventude como sendo uma transição à idade adulta e relacionada à socialização secundária dos indivíduos” (p. 23). Nessa concepção, que o autor qualifica como uma concepção tradicional, está presente a ideia de juventude: 1) como uma

faixa etária imaginada como tendo caráter natural e universal; 2) entendida como período de transição à vida adulta, portanto ela é interessante muito mais pelo que se tornará do que pelo que de fato é; 3) está intrinsecamente ligada ao processo de socialização, entendido como imposição de padrões sociais à conduta individual; 4) os jovens têm grande potencial de serem levados à anormalidade ou desvio, na medida em que transgridem os padrões sociais esperados, devendo-se ter uma atuação das instituições para mitigar tal risco.

Uma das principais influências no início da sociologia da juventude vem do campo da psicologia, mais detidamente no início do século XX com a obra *Adolescence* do psicólogo norte-americano Granville Stanley Hall. Groppo (2017) afirma que nessa obra o psicólogo apresenta uma concepção de adolescência associada ao sentimento, emoção e um excesso de energia e propõe

o reconhecimento oficial desta fase da vida, que ia da puberdade aos 24 anos de idade, para aumentar a dependência do indivíduo, afastando-o da promiscuidade sexual e da delinquência e adiando a entrada no mundo do trabalho, por meio da extensão do tempo de escolarização (GROPPO, 2017, p. 29)

De acordo com Grinder e Strickland (1968), o influente autor norte-americano tem como fundamento de suas ideias a teoria evolucionista de Charles Darwin, propondo o que seria chamado como teoria da recapitulação, em que “cada fase do crescimento humano representa um dos diferentes níveis dos primórdios da maturidade da espécie humana; desse modo, cada pessoa recapitula ou repete a história da espécie em seu desenvolvimento particular” (GRINDER; STRICKLAND, 1968, p. 20-21). Ainda de acordo com esses autores, Stanley Hall apresenta uma teoria marcada por uma profunda negação da razão como determinante no desenvolvimento, assim como do individualismo e da igualdade democrática – entendendo que essa última seria uma somatória de esperanças irrealizáveis, que poderiam servir para criar instabilidade no ordenamento social.

Grinder e Strickland (1968) veem que para o autor de *Adolescence* o período da adolescência é tido como importante elemento social, visto que defende o desenvolvimento de uma *juventude de elite* que seria responsável por guiar a humanidade nos interesses da coletividade. Para tanto, Hall defendia um processo educacional elitista e segregacionista: previa a separação entre meninos e meninas, para que as últimas se preparassem para o casamento e maternidade e os primeiros preparados para o serviço militar e cidadania;

importância que o processo educacional desenvolvesse um corpo e emoções sadias em detrimento de habilidades intelectuais. Essas últimas seriam de responsabilidade para apenas alguns, que seriam os dirigentes da sociedade (GRINDER; STRICKLAND, 1968).

Dando sequência, Groppo (2017) vê que o pensamento de Stanley Hall tem influência nas teorias estruturais-funcionalistas não encerrando, no entanto, os desenvolvimentos teóricos que seguem. As teorias tradicionais atentam-se mais à ação integradora do sistema social, olhando para as instituições – como foco especial para a escola e as classes estudantis – e seu papel de socialização dos jovens. Um limite inicial é justamente o peso dado à socialização realizada pela escola, fazendo com o que esteja fora dela seja entendido como possível desvio e anormalidade.

Talcot Parsons foi um importante sistematizador do estrutural-funcionalismo e denota a dupla função da escola na sociedade norte-americana de sua época. Uma primeira função é a de socialização, com a apreensão nos jovens dos ensinamentos que os capacitassem a agirem no mundo quando adultos. Já a segunda função é seletora, distribuindo os “recursos humanos” dentro de uma sociedade hierárquica e complexa. No entanto, em relação a esta última função, Parsons já aponta contradições a partir das diferenças de classes – ainda que não qualifique desta forma – ao entender que a escola secundária não seleciona os jovens a partir de seu desempenho, mas sim “aos que terão baixo status social (cursando secundário que não leva à universidade), trata-se de conduzir a diferentes categorias de trabalhos; àqueles destinados a um alto status, conduz a diferentes rumos na universidade” (GROPPO, 2017, p. 39).

Groppo (2017) aponta que Parsons já observa a construção de grupos informais pelos jovens, sem supervisão adulta direta e que possuem função socializadora. Tais grupos se constituem como grupos coetâneos, experimentando relações e preparando para o relacionamento entre adultos de mesmo status. A maioria dos jovens se engaja de maneira satisfatória do ponto de vista da integração social, mas há alguns que poderiam assumir comportamentos regressivos, como delinquência, irresponsabilidade e comportamentos inaceitáveis.

Outro autor importante nesse contexto foi Shmuel Noah Eisenstadt, particularmente em sua obra *De geração à geração*. Assim como Parsons, o sociólogo israelense vai olhar para a função socializadora e salientar que a escola não é suficiente para cumpri-la, visto que a instituição escolar enfatiza muito mais a preparação e não realiza todas as necessidades que

surtem na personalidade dos seus alunos. A criação de outros grupos etários visa responder a isto, a resposta às demais necessidades dos jovens, formando-se as agências juvenis mantidas por adultos distintas da escola e os grupos espontâneos ou informais. Destaca ainda a possível mobilização de jovens a partir de organização autônomas e com objetivos políticos, religiosos e culturais (GROPPO, 2017).

Em síntese,

o estrutural-funcionalismo vai destacar, na relação entre os elementos sociais e os aspectos biopsicológicos da juventude, as funções sociais dos grupos juvenis para a manutenção da sociedade, do “sistema social”. Fazem isso exercendo duas tarefas no que se refere aos sujeitos jovens: a socialização e a seleção. Entretanto, há o perigo dos desvios, anormalidades, patologias ou regressões nestes grupos juvenis e no comportamento dos jovens. (GROPPO, 2017, p. 50)

Na segunda metade do século XX, de acordo com Groppo (2017), ao lado das teorias estruturais-funcionalistas teria início a abertura de um novo campo analítico na sociologia da juventude, com as chamadas teorias críticas. Apesar de apresentarem diferenças teóricas importantes entre os estudiosos que estariam nesse campo crítico, o autor apresenta como comum o fato de tenderem a reconhecer o papel da juventude no movimento de transformação social. O jovem, nas teorias tradicionais, que era visto apenas na sua relação com o processo de socialização e enquadramento na ordenação social e possibilidade de comportamentos marginais, passa agora, nas teorias críticas, a ser visto pelo seu papel potencializador no processo de transformação da sociedade (GROPPO, 2017).

A primeira dentre as teorias críticas é a chamada corrente geracional. Como expressa por Pais (1990), ela toma como referência a juventude enquanto unidade, referindo-a como uma fase da vida. Tem como base as teorias da socialização, expressas pelo estrutural-funcionalismo, e as teorias das gerações, como visto no sociólogo húngaro Karl Mannheim. Para essa corrente o elemento que estaria na base da formação da juventude como uma geração social são as discontinuidades intergeracionais.

Partindo do também português Adérito Sedas Nunes, Pais (1990) argumenta que a base definidora de geração social é: indivíduos cujas idades se concentram em um determinado intervalo etário; indivíduos que tem a percepção de se encontrarem socialmente relacionados com outros grupos etários diferentes dos seus, podendo ser mais velhos ou mais novos; sentimento no grupo de que para além das diferenças etárias com outros grupos, há

presença de diferentes referências sociais e culturais. A conformação de uma geração social também é a base para os autores da corrente geracional argumentarem da construção de culturas juvenis, que de certa forma seriam opostas à cultura de outras gerações.

Um dos temas que aparece na corrente geracional, vinda das ideias do estrutural-funcionalismo, é a concepção de socialização contínua, quando os jovens seriam socializados pelos valores e normas das gerações adultas, sem grandes contestações. Surge também o tema das rupturas ou conflitos intergeracionais, que se daria quando as descontinuidades entre as gerações ocorressem em uma clara posição de tensão e confrontação. Em ambos aspectos, de socialização contínua e dos conflitos intergeracionais, a base está na relação entre uma geração jovem que se relaciona com as demais gerações e no fato de que “as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse facto, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares” (PAIS, 1990, p. 154).

Em artigo publicado em 2015, Luís Antonio Groppo mostra que para Karl Mannheim a juventude ganha centralidade no desenvolvimento social. Para o sociólogo húngaro a juventude se enquadra como um momento crucial na vida humana, visto que é o período na vida em que “há uma vinculação experimental com a realidade e os valores sociais, contrastando com a maturidade, quando o indivíduo julgará novas experiências sociais com base nestes padrões já sedimentados” (GROPPO, 2015, p. 8). Ainda de acordo com o autor, os jovens viveriam um contato original com a herança cultural, podendo se caracterizar como um relacionamento distinto e distanciado em relação à tal herança vinda de outras gerações (GROPPO, 2017).

Mannheim vê, portanto, a juventude como uma posição social e um agente revitalizador da sociedade, visto que vai entrar na dinâmica social vinda de fora. O húngaro argumenta que até a época da puberdade a criança vive principalmente no seio familiar, com seus comportamentos e atitudes reguladas pelas dinâmicas ali postas. Já na fase da adolescência o indivíduo começa a se relacionar com a vizinhança, com a comunidade e com certas esferas da vida pública. Esse processo permite com que a forma que o jovem se relacione com a sociedade seja através desse olhar de “fora”, de quem está chegando agora e, por isso, mais distanciado das concepções e dinâmicas arraigadas nos adultos (MANNHEIM, 1968).

Nesse contexto que entre em cena o potencial de revitalização social atribuído ao jovem, de acordo com Mannheim (1968), decorrente de um certo espírito de aventura e o não engendramento no status quo. No entanto, o potencial só se transforma em ação na medida em que forem desenvolvidos mecanismos e estruturas para dar cabo da chamada reserva de energia latente presente nos jovens, podendo se expressar tanto em ações reformistas como conversadoras e reacionárias. Nas palavras do autor,

a mocidade é parte importante das reservas latentes que se acham presentes em toda sociedade. Dependerá da estrutura social essas reservas (e quais delas, se houver) serem mobilizadas e integradas numa função. O fator especial que torna o adolescente o elemento mais importante para a nossa arrancada de uma sociedade é ele não aceitar como natural a ordem consagrada nem possuir interesses adquiridos de ordem econômica ou espiritual. (MANNHEIM, 1968, p. 77)

As concepções geracionais de Mannheim têm influência também no início das pesquisas brasileiras relacionadas com a sociologia da juventude. Como por exemplo na obra *A juventude na sociedade moderna* da socióloga Marialice Mencarini Foracchi (2018), onde a autora se debruça sobre os aspectos geracionais e as condições particulares da juventude na sociedade para argumentar sobre o potencial de revolta dos jovens. Ela argumenta sobre um primeiro aspecto de revolta, na adolescência, que se expressa em um conflito de caráter geracional, na medida em que os jovens revoltam-se contra os valores e demandas expressas pelos pais, professores e demais adultos. Para em seguida, num segundo momento, dentro ou a partir do movimento estudantil universitário e da contracultura, os alvos passarem a ser os valores e estruturas sociais estabelecidas.

Outra referência no Brasil que parte de algumas ideias desenvolvidas por Karl Mannheim é o também sociólogo Octávio Ianni (1968), em seu artigo *O jovem radical*. Relacionando com o referencial marxista, o autor argumenta sobre o surgimento do comportamento radical do jovem. Tal comportamento é explicado em parte pelo momento particular da certa desvinculação das obrigações sociais experienciadas nesse período de vida, que permite não apenas o estranhamento em relação à realidade, mas também o desvendamento dos mecanismos que sustentam a ordem social capitalista, gerando possibilidades de comportamentos radicalizados – não necessariamente revolucionários.

De acordo com Groppo (2017) o estrutural-funcionalismo e a concepção geracional de Karl Mannheim esboçam uma ideia que terá certa influência nos debates da

adolescência/juventude, a partir da caracterização desse período de vida como momento de separação do jovem do mundo produtivo a partir da entrada na escola e possibilidade de experimentação nas relações sociais. É no campo da psicologia, no entanto, que a ideia ganha corpus e definição conceitual, chamada de *moratória social* ou *psicossocial*.

Ozella (2002) e Leal (2016) afirmam que foi o psicanalista Erik Erikson quem institucionalizou a adolescência como uma fase especial, destacando a formação da identidade como um aspecto importante. Erikson introduz o conceito de *moratória*, entendida a partir da passagem da infância à vida adulta, confusão de papéis e dificuldades de estabelecimento de uma identidade própria. A sociedade impõe ao indivíduo a moratória “que se configura como um tempo para que vivam suas crises e, ao final deste período, consigam afirmar sua identidade” (LEAL, 2016, p. 17).

Grosso (2017) argumenta que essa *moratória social* seria um lapso de tempo permitido aos jovens, em um período de constituição da personalidade, para que “pudessem ensaiar e errar, experimentando diversos papéis. Tempo que haveria um relaxamento ou relativização da aplicação das normas sociais em relação ao comportamento juvenil” (p. 68). Tal concepção, como argumenta o autor, sob roupagens que defendem o cuidado e proteção, na prática coloca o jovem num limiar em relação à sociedade, negando o pleno exercício social já que eram considerados “imaturos”, postergando a possibilidade de ação na vida social.

Contardo Calligaris, como nos aponta Bock (2007), parte do conceito de moratória desenvolvido por Erikson e se aprofunda no entendimento de quais as dificuldades que o adolescente encontra para se inserir na sociedade. O psicanalista entende esse período como fruto da modernidade, que promove o ideal de adulto como independência, o que torna o hiato entre a maturação física – ocorrida na adolescência – e a independência ainda mais penoso, visto que o jovem ainda mantém relação de dependência com os adultos. Leal (2016) reinterpreta a ideia de moratória, entendendo-a como uma necessidade da sociedade e não do adolescente, afastando a sociedade da pressão de mais uma parcela de trabalhadores entrando nas fileiras do mercado de trabalho, pois justifica-se a incapacidade do adolescente adentrar no mundo adulto, ou seja, entrada no trabalho assalariado, devido à sua imaturidade e irresponsabilidade. Nas palavras da autora,

a justificativa para a moratória da adolescência seria a falta de maturidade do adolescente, embora já tenha alcançado a maturação do corpo. Isso seria, no entanto, uma ideia circular, pois a espera forçada é o que o mantém ou o torna inadaptado e imaturo (LEAL, 2016, p. 18).

Apesar de entender o contexto social e cultural com uma certa importância, essas posições de Erikson e Calligaris ainda permanecem de uma certa forma abstratas, e “a adolescência fica concebida como uma fase difícil, uma fase problemática da vida, que deve ser superada. As características específicas da adolescência (se é que existem) são tomadas como negativas ou como ‘bobagens’ da idade” (BOCK, 2007, p. 66). E acima de tudo, como aponta Groppo (2017), tal ideia de moratória homogeniza e universaliza a condição do jovem, sem observar as desigualdades sociais e de acesso aos bens humanos, dentre eles o acesso à escolarização e a postergação de entrada no mercado de trabalho.

Como forma de tentar lidar com essas diferenças de classe e desigualdade social, Groppo (2017) referencia os trabalhos de Mario Margulis e Marcelo Urresti, que, junto da moratória social, acrescentam a ideia de uma moratória vital. Essa última seria advinda de uma disponibilidade de energia, de vitalidade e tempo de vida maior dos jovens em relação aos adultos. Nas palavras do sociólogo brasileiro,

Se eles afirmam [Margulis e Urresti], à semelhança de Mannheim, que a juventude é uma posição ou situação social – ou seja, uma realidade social efetiva, construída e reconhecida socialmente na modernidade via a moratória social, também dizem que esta posição é vivida desigualmente pelos sujeitos. Àquela moratória vital do jovem, que lhe é naturalmente dada, mas que precisa ser cultural e socialmente significada para se efetivar, a sociedade pode (ou não) acrescentar outra reserva, excedente ou crédito, agora de caráter social: a dita moratória social. Trata-se de um “tempo doado” dando-lhes certa autonomia para “configurar trajetória de inscrição social” (Peregrino, 2011, p. 281). Mas este tempo varia de acordo com a condição social dos sujeitos, oscilando do alongamento indefinido à recusa. (GROPPO, 2017, p. 73)

Ou seja, com a definição de uma moratória vital que pode ser acrescida ou não, a partir das condições sociais, da moratória social – entendida como tempo permitido para o jovem contrair uma relação experimental com o mundo – dão-se alguns passos na consideração das desigualdades de classe na construção do pensamento sobre a juventude. Mas é com os debates vindo da corrente classista (PAIS, 1990; GROppo, 2017) que a relação entre as classes sociais ganha destaque. Tal corrente relativiza o valor da geração e de uma cultura juvenil universal na sociedade de classes moderna e tem como principal marco a

publicação do livro *Resistance through Rituals* em 1976, organizado por Stuart Hall e Tony Jefferson.

Apesar de alguns autores da corrente geracional, como descreve Pais (1990), argumentarem a favor das diferenças sociais que também se expressam internamente à geração jovem, defendendo a existência de diferentes subculturas juvenis, tais subculturas ainda estão determinadas pela conformação de uma grande cultura juvenil em contraposição à cultura de outras gerações, como a adulta. A forte tendência a olhar a juventude como entidade homogênea nas correntes geracionais é a principal crítica destacada por Pais (1990), pois trata a relação etária com tanta ou maior ênfase que as contradições socioeconômicas; podendo decorrer em problemáticas na medida em que os estudos geracionais, ao observar comportamentos tido como “desviantes”, podem tratá-los como universais aos jovens.

A corrente classista, inicialmente desenvolvida no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, segue a tradição marxista e tem forte influência das ideias do revolucionário italiano Antonio Gramsci ao se pensar o processo de construção de hegemonia. As ideias elaboradas pelo grupo têm como objetivo principal refutar a existência de uma cultura juvenil universal através do olhar para as diferenças de classes sociais que conformam a posição dos jovens no mundo. Nesse sentido, a corrente olha para as subculturas juvenis como um modo diferenciado de expressão da cultura da classe a qual o indivíduo pertence.

No início dos estudos da corrente classista os teóricos se interessam em algumas expressões de subculturas juvenis, presentes na Inglaterra e outros países, como por exemplo é o caso dos *teddy boys* e *skinheads*, que expressam contradições advindas da condição de classe trabalhadora, se apropriando também de outros elementos culturais, vindos da cultura de massa, da cultura burguesa ou de antigas tradições operárias (GROPPO, 2015). Ou ainda os *hippies* e os movimentos estudantis, com relação a contradições específicas da cultura da classe média em um contexto Pós-Segunda Guerra. Pais (1990) argumenta que para a corrente classista as subculturas juvenis seriam sempre “soluções de classe” para problemas vivenciados pelos jovens a partir da forma como se relacionam com o mundo dada sua classe social. Groppo (2017) argumenta que para a referida corrente sociológica dentro das teorias críticas,

As subculturas juvenis não são apenas “construção ideológicas” portanto, mas também meios para negociar espaços e sentidos no campo da luta pela hegemonia cultural. Ao mesmo tempo, expressam a busca de novos sentidos, valores e espaços aos jovens desta classe social. São formas de negociação e resistência diante da cultura dominante (p. 77-78)

Grosso (2015) argumenta que nos debates dentro da corrente classista, especialmente no livro *Resistance through Rituals*, há elementos que se aproximam da própria negação da noção de juventude e geração, na medida em que o termo juventude poderia ser utilizado para neutralizar a expressão da consciência de classe. Ou ainda em Pais (1990), forte crítico da corrente classista, ao argumentar que pelo peso dado às relações de classe na conformação do que é ser jovem a corrente acaba por negar qualquer conceito de juventude enquanto categoria social.

É em Pierre Bourdieu (1983), no texto *A juventude é apenas uma palavra*, que a negação do valor sociológico dado à juventude é mais presente. O sociólogo francês argumenta da existência de duas expressões de juventude, dadas pelas condições concretas de inserção no mundo do trabalho, em que uma deve se preocupar mais imediatamente com a venda de sua força de trabalho e outra que pode permanecer na condição de estudante, ainda que ambas estejam em uma mesma idade biológica. Nesse sentido, o autor argumenta que o uso da noção de juventude enquanto uma unidade social, composta por indivíduos que partilham de interesses e vivências comuns, seria um “abuso da linguagem” (BORDIEU, 1983).

Bourdieu (1983) entende que as divisões por idades são arbitrárias, se alterando com o passar dos anos e das condições e dinâmicas próprias de cada momento. A definição geracional tem relação com a divisão do poder em determinada sociedade, atribuindo a tal ou qual grupo orientações e definições que ordenam e mantêm cada setor em seu lugar. A juventude então seria utilizada como um instrumento de demarcação de determinado espaço social.

Um dos fatores que expressam a condição de adolescente se dá em seu aparente isolamento da produção direta da vida – fora do sistema produtivo – por estar na condição de estudante. Nesse ponto em que, para Bourdieu (1983), reside a fonte de uma das confusões da oposição entre as juventudes, visto que o acesso à escolarização, em níveis maiores do que era ofertado anteriormente, não exprime uma mesma condição estudantil aos jovens das diferentes classes. De um lado os jovens da classe burguesa se veriam inseridos em um

processo educacional com vistas a sua qualificação para ocuparem os cargos mais altos do mercado de trabalho. De outro os jovens da classe trabalhadora, que agora mais amplamente acessam a educação formal produzindo novas aspirações, mas que seriam incompatíveis com as possibilidades de efetivá-las na vida concreta a partir de sua condição de classe. O discurso mantido pelo sistema, da educação como redentora social, expressa a fonte da contradição com a realidade sentida – de que a educação tem um forte peso na reprodução dos privilégios.

Retornando as ideias apresentadas por Pais (1990), o autor entende que as teorias sociológicas de juventude tem vacilado entre esses dois polos apresentados acima: de um lado a corrente geracional, que trata os jovens como grupo unitário, compostos de indivíduos de uma mesma faixa etária, prevalecendo a busca por elementos mais uniformes e homogêneos que caracterizam essa fase da vida; de outro lado a corrente classista, que vê os jovens como necessariamente distintos a partir de diferenças de classe, situação econômica e de poder, diferentes interesses e ocupações – nesse caso seria um abuso de linguagem tratar os jovens como grupo unitário, como argumenta Bourdieu (1983).

A juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada pela instabilidade associada a determinados problemas sociais. Pais (1990) defende que há uma transição nos elementos constitutivos da problemática da juventude no campo sociológico a partir das mudanças econômicas, em especial derivado do período de recessão, nos quais o principal desses é a chamada crise do emprego, gerando maior dificuldade de entrada dos jovens no mercado de trabalho. Um dos traços específicos da juventude hoje é tido como reflexo das diversas relações que contraem em relação ao emprego – desemprego, inatividade, formação, trabalho intermitente, parcial etc. Aquilo que nos anos 1960 e início dos anos 1970, no contexto português trabalhado pelo autor, era tido como uma crise da juventude que se expressava no campo do conflito geracional e crise de valores, passa a se tornar eminentemente econômico (PAIS, 1990).

Pais (1990) compreende que o “Desafio que se coloca à sociologia é, então, o da desconstrução (desmistificação) sociológica de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude, que, em forma de mito, nos é dada como uma entidade homogênea.” (p. 146). O sociólogo português afirma que parte daquilo que se tem descrito como culturas juvenis decorre de processos particulares que quando analisados pela sociologia são tomados como elementos universais, presentes a todos os jovens, mas que não necessariamente representam as percepções e ações de todo o grupo. Nesse sentido,

argumenta que a juventude, quando entendida como uma fase da vida, é uma categoria socialmente construída, determinada por situações econômicas, políticas ou sociais particulares; uma categoria sujeita a mudança no decorrer do tempo.

A tese apresentada por Pais (1990) é de que a juventude – enquanto signo que representa um conjunto de ideias – deve ser entendida por dois campos semânticos: como *unidade* e como *diversidade*. A unidade é decorrente da análise do jovem como grupo etariamente definido, composto por sujeitos que encontram-se em um mesmo momento histórico, geralmente determinado pela relação com o conjunto de outras gerações. Já a diversidade deve ser vista a partir da compreensão de juventude “como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros” (PAIS, 1990, p. 151).

Ainda dentro do campo das teorias críticas, Groppo (2004; 2017) defende uma perspectiva bastante interessante, a qual o autor chama de *dialética da juventude*. Visto o caráter marcadamente contraditório da sociedade capitalista, expresso em processos de conflitos e tensões, a condição juvenil é também determinada por esse movimento. Para além das condições de classe – elemento importantíssimo nas avaliações – Groppo (2017) explica que a sociabilidade capitalista também se apropria de uma estrutura etária que lhe é própria, desenvolvida no decorrer de um movimento histórico de institucionalização e controle social.

Groppo (2004) entende que a juventude é uma categoria social usada para classificar, ordenar e normatizar comportamentos. Nesse sentido, opera tanto no nível do imaginário social – construindo uma ideia do que é ser jovem – como é também um processo formado e mantido a partir da relação direta com instituições sociais modernas, como o Estado, legislação, escola etc. Enquanto grupo social, etariamente organizado, possui distinções internas, entre diferentes experiências de juventude, ao mesmo tempo que há um elemento em comum de ser o momento de preparação para o mundo social e organizada na relação com um conjunto de instituições. Realizando, dessa forma, a institucionalização e cronologização do curso da vida (GROPPO, 2017).

No entanto, há também um segundo momento, determinado em grande medida pela própria institucionalização da juventude, em que se instala uma contradição – abre-se a possibilidade dos jovens desenvolverem seus próprios grupos “informais”, com estilos e comportamentos potencialmente desviantes e contestadores da ordem posta; em um movimento claro de autonomização (GROPPO, 2004; 2017). Esse momento é exemplificado na construção dos movimentos de juventude presentes desde a segunda metade do século XX.

Apesar de alguns desses ainda se constituírem como elementos integradores do jovem na sociedade – em que um dos exemplos citados por Groppo (2017) é o movimento juvenil da Franco-Maçonaria e da ordem Rosa-Cruz – desenvolvem-se também movimentos jovens que têm claro caráter contestador da ordem social vigente. O autor cita, por exemplo, o caso dos movimentos de maio de 1968 na França, a participação de jovens nos processos de independência e luta anti-imperialista no chamado “Terceiro Mundo”. Nas palavras do autor brasileiro,

Os movimentos contestam, de modo nem sempre consciente, a rigidez da estrutura das categorias etárias da modernidade, o que significava contestar o poder dos adultos e das instituições controladas pelos adultos na determinação dos processos de socialização e integração na vida pública e no mundo do trabalho. (GROPPO, 2017, p 89-90)

Nesse sentido, entendendo o caráter dialético do desenvolvimento social, que se expressa também nas estruturas etárias, é preciso conceber a condição juvenil como posta em um processo contraditório entre institucionalização e autonomização – entre a construção social a partir de determinados modos e formas de sociabilidade e a possibilidade de construção de relações autônomas e desenvolvimento de novas experiências a partir de outras direções.

Vimos o movimento de construção de alguns dos caminhos que o campo da sociologia da juventude percorreu, em conjunto com debates vindos da psicologia e antropologia. Tal movimento, até o momento, foi agrupado em duas matrizes principais: as teorias tradicionais, com forte peso do estrutural-funcionalismo e início dos estudos da adolescência na psicologia; e as teorias críticas, agrupamento das correntes geracionais e classistas (PAIS, 1990; GROPPPO, 2017). No entanto, de acordo com Groppo (2016; 2017) há um terceiro momento, qualificado como as teorias pós-críticas.

A base teórica que fundamenta esse momento na sociologia da juventude tem forte expressão dos debates pós-estruturalistas e pós-modernos, do campo das ciências sociais. O primeiro movimento nesse contexto é a ruptura da noção de totalidade, na medida em que os teóricos contestam a possibilidade de se entender a realidade social como um todo, ainda que contraditório. Ao invés de uma sociedade unitária, a realidade é composta por uma série de redes, fluxos de pessoas e objetos de caráter múltiplo e aberto. Nesse sentido, não há uma real ou possível integração social a ser realizada. Rompe-se também, em um segundo movimento,

com a ideia de socialização vista como via única – em que as gerações adultas educam as novas, tornando a socialização mais plural, com participação ativa dos sujeitos – seriam as socializações flexíveis e ativas (GROPPO, 2017).

Especificamente em relação às teorias sociológicas de juventude, as teorias pós críticas, ainda havendo diferenças entre elas, comungam da concepção que as teorias anteriores partem de uma mesma ideia de juventude que foi superada pelas transformações sociais. Essa concepção estaria baseada na crítica aos pressupostos de juventude das teorias tradicionais: 1) de que os jovens formam um grupo etário bem definido e delimitado, com associação entre faixa etária e papéis sociais e institucionais rigidamente colocados; 2) de que há uma transição linear para a vida adulta – juventude terminando com a transição para o trabalho, matrimônio etc.; 3) socialização ocorrendo pela intervenção das gerações mais velhas nas novas; 4) moratória social como postergação do direito dos jovens exercerem sua sexualidade, consumo e participação social plena (GROPPO, 2016).

Grosso (2017) reproduz uma das críticas realizadas ao uso da cronologização do curso da vida enquanto elemento fixo de estruturação da sociedade moderna. As ideias pós-críticas veem a idade cronológica como elemento estruturante das ciências universalizadoras. Parte da explicação para tal conclusão diz respeito à expansão e massificação da escolarização, se tornando processo presente na vida dos jovens não apenas dos países centrais do capitalismo – contraditoriamente, a massificação da educação tem suas raízes nas disputas e demandas políticas dos movimentos de trabalhadores e estudantes do século XX. As transformações sociais do quarto final do século XX colocam em xeque algumas dinâmicas sociais que estruturavam a padronização cronológica da vida, são elas: mudanças no campo do trabalho, com as transformações advindas do uso de novas tecnologias na produção; alterações na composição familiar, com as variações nas idades em que os indivíduos se casam, tem filhos etc.

As teorias tradicionais olharam para a formação da juventude a partir do processo de escolarização; as teorias críticas, a partir dessa base, observam também para o elemento da cultura de massas na formação do que seria entendido como ser jovem. Já as teorias pós-críticas, ao olhar para a realidade social sob a ideia de uma sociedade de consumo, notam que a conformação de uma dinâmica de vida juvenil deixa de ser apenas uma categoria etária para se tornar uma representação social, um modo de ser – a forma-juventude, forma-signo – que deve também entrar no campo do consumo. Assim,

no que se refere à juventude, pode se considerar, com base em Baudrillard, que ela foi convertida em “juvenilidade” ou “juvenilização”. Ou seja, a juventude torna-se signo para o consumo, e se realiza pelo consumo. A juventude passa a ser a “idade”, ou melhor, o estilo de vida ou modo de ser mais desejado, mais querido, denotando outros signos, cada vez mais esvaziados de significados reais, tais como rebeldia, novidade, audácia, liberdade, prazer, descompromisso, beleza, sedução e poder. (GROPPO, 2017, p. 109-110)

O autor acima referido entende que as teorias pós-críticas radicalizam três principais aspectos na sociologia da juventude: 1) reforçam a valorização da diversidade quando se olha o objeto de análise, defendendo a ideia de juventudes, no plural, como qualificação para abarcar essa diversidade; 2) transmutam o conceito de socialização, presente nas teorias tradicionais e críticas, para o conceito de subjetivação, em que o sujeito não é mais o ponto de partida, mas sim de chegada; 3) atenuam a ideia da dialética da condição juvenil – não se trata da contradição entre as vivências juvenis e os espaços de socialização e integração social, mas sim da possibilidade do jovem atravessar estas linhas de subjetivação, dispositivos de poder e discursos, realizando misturas ou hibridismos (GROPPO, 2017).

Alguns outros autores, tratados por Groppo (2017), partindo das ideias das teorias pós-críticas olham para a realidade a partir das chaves de mudança dos padrões de acumulação capitalista, naquilo que tem-se comumente chamado de acumulação flexível. Observando as alterações aí expressas, veem a condição da juventude se alterando, através da ideia de multiplicidade e precariedade. A multiplicidade se dá pela ampliação das possibilidades de vivência juvenil, com promessas de liberdade e criatividade. Já a precariedade revela as condições desiguais e crescentes dificuldades por que passam os jovens, em especial aqueles de condições econômicas mais baixas. Nesse sentido, os autores notam que a experiência juvenil carrega traços gerais, como a condição de precariedade no desemprego e informalidade do trabalho já não sendo mais características dos países “pobres” e a própria escolarização em massa não apenas presentes nos países “ricos”.

Abramo (2005) descreve que até pelo menos os anos 1960 o debate sobre juventude no Brasil esteve restrito a jovens escolarizados de classe média e a relação com a participação nos movimentos estudantis e sociais – como vimos anteriormente em Foracchi (2018). Durante o último quarto do século XX o foco passa a ser centrado na questão das crianças e adolescentes em situação de risco, gerando um intenso processo de mobilização em torno da defesa dos direitos desses grupos, representado pela confecção do Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) no final dos anos 1980. Nesse período há uma associação direta entre adolescência e juventude, muitas vezes tratando o primeiro como indistinto da infância.

Mais recentemente, em meados dos anos 1990, começa-se a olhar para a juventude para além da adolescência em risco e para além dos setores de classe média. Dois são os determinantes apontados por Abramo (2005). O primeiro deles se refere a percepção de que a situação de risco não se encerra nos anos da adolescência – entendida como indo até os 18 anos. Pelo contrário, podendo muitas vezes intensificar a situação de risco e precariedade depois dessa idade. Por outro lado, há também o aparecimento público de novos atores juvenis, em grande medida vindo de setores populares, por meio de situações ligadas à questões culturais.

A importante pesquisadora brasileira defende que na sociedade atual há, no plano de fundo, o processo de descronologização das idades. Mais especificamente aos jovens, a partir das mudanças no mundo do trabalho e as possibilidades de inserção no “mundo adulto”, alteram-se alguns dos marcadores definidores do período de vida, como por exemplo a entrada mais tardia no mercado de trabalho e estruturação familiar, ampliando o que se poderia chamar como situação juvenil. Com isso, demonstra a importância de se olhar para a juventude não apenas como transição para o mundo adulto, mas percebendo as singularidades que marcam o período em si mesmo (ABRAMO, 2005).

Pais (2012), em um caminho parecido, aponta a ocorrência de uma estandarização das representações etárias na sociedade moderna ao mesmo tempo que ocorre uma desestruturação das trajetórias de vida. Utiliza-se do conceito de *entropização* das idades, processo que se dá pela combinação desordenada de trajetórias transitórias e precárias. Nesse contexto, a juventude, intitulada como a geração do futuro, tem dificuldade de ser ver como tal, visto que caminha em um desesperançoso presente, vivendo em um constante estado de tensão entre uma satisfação esperada, mas negada pela realidade social – processo que o autor qualifica como *disritimia*, uma dissociação entre o que é idealizado como possibilidade aos indivíduos e o que é concretamente vivido.

Por último, gostaríamos de trazer também dois autores da psicologia que tratam do tema da juventude por um viés crítico às teorias psicológicas de base psicanalista que olham para o período da adolescência/juventude como processo natural e universal. Abrantes e Bulhões (2016), psicólogos que se reivindicam a partir da teoria histórico-cultural, argumentam que a juventude deve ser considerada como uma fase distinta da adolescência,

ligada com o início da vida adulta. No entanto, apontam os limites de se tentar delimitar um período do desenvolvimento, ainda mais como esse, dentro de uma sociedade de classes, em que está presente diferenças drásticas de acesso aos bens culturais entre os indivíduos.

Mais importante do que a idade, Abrantes e Bulhões (2016) afirmam que para se compreender a juventude deve ser avaliado qual a sua relação com o mundo do trabalho, visto a característica geral de entrada na produção de bens, marcando o início da vida autônoma. Nesse caminho, realçam a relação do indivíduo com uma “atividade de formação profissional (ou conformação), independentemente se esse processo ocorre no trabalho ou nas instituições educativas, o que depende da situação concreta do jovem” (p.247).

No que se refere a atividade exercida pelo indivíduo na realidade, que dentro da sociedade capitalista é determinada pela posição ocupada no processo produtivo, os autores acima referidos destacam a diferença entre as classes sociais. Por um lado o jovem da classe trabalhadora, com menores condições financeiras, possui uma necessidade premente de inserção no mercado de trabalho com vistas a reprodução de sua vida, quando em muitos casos da reprodução da própria família; inserção também necessária para garantir condições que lhe permitam estudar e se qualificar. Em relação aos níveis de exploração e alienação, o processo ocorre para o jovem da mesma forma como o é para o adulto trabalhador, porém com um menor salário. Já para a pessoa que possui melhores condições financeiras lhe é possível traçar e organizar um projeto de estudo, uma formação profissional não diretamente ligada à entrada pragmática no mercado de trabalho, mas sim em um espaço e atividade previamente elaborada (ABRANTES; BULHÕES, 2016).

Ao jovem com maior apoio financeiro é possível com que se suspenda a entrada pragmática no mundo do trabalho, para organização e elaboração de objetivos profissionais. Já para o jovem mais precarizado da classe trabalhadora lhe cabe o trabalho para sua manutenção enquanto ser humano e, caso seja possível, a realização de algum estudo profissionalizante, que permita com que venda sua força de trabalho mais qualificadamente, sendo explorado com um salário um pouco melhor. E na atual conjuntura, sob a lógica da ideologia neoliberal, a atividade da juventude se coloca sob os moldes da meritocracia e da concorrência. Assim como a forma de organização do trabalho, sob os moldes da acumulação flexível e toyotismo (como veremos mais adiante), extingue postos de trabalho, intensifica a exploração, retira direitos trabalhistas e insere o trabalhador em postos mais precarizados pela via da terceirização. Para além do fato que o desemprego vem atingindo níveis altos, com uma

grande parcela das pessoas que se encontram nesse setor serem jovens. É a partir desses moldes – trabalho precário e desemprego – que se dará a atividade da juventude na realidade de hoje (ABRANTES; BULHÕES, 2016).

Vimos até aqui uma breve síntese sobre o desenvolvimento das concepções de juventude na teoria social. Com forte presença de debates de inúmeras áreas, das aqui destacadas sociologia e psicologia, percebemos que as definições se alteram tanto pelas diferentes teorias e fundamentos teóricos que guiam os pensadores, como pelas próprias alterações que a sociedade de classes passa. Olhar para o que é a juventude hoje, segunda década do século XXI, não é o mesmo que olhar para o que era a condição juvenil no início do capitalismo e mesmo durante o século XX – período de efervescência dos debates sobre juventude.

A partir do aqui exposto, alguns pontos de caracterização da situação jovem se destacam nas análises, por exemplo: a relação com a escolarização e seu aumento na vida jovem e massificação; entrada no mundo do trabalho – seja pela entrada direta em anos precoces, seja pela postergação através de um maior período de qualificação, seja pela postergação decorrente do desemprego; a construção de espaços de socialização enquanto grupo específico, que alguns dos autores qualificam como subculturas juvenis, e que podem ser expressão tanto da produção de consenso e integração social, como podem produzir tensões e rupturas com elementos da ordem posta.

Entendemos que esses são elementos presentes nas análises de juventude no decorrer de seu processo de desenvolvimento histórico, com pesos e enfoques distintos. Portanto, devem ser levados em consideração nas análises e avaliações que surgem agora, tanto para comprovar sua viabilidade como elementos caracterizadores da situação juvenil, como para sua superação através de novas contradições. Partimos da compreensão baseada em Groppo (2017) de que devemos entender a dialética na condição do ser jovem, visto os processos de institucionalização e cronologização do curso de vida na sociedade moderna, que podem servir como elementos integradores dos sujeitos na dinâmica social; assim como perceber os possíveis momentos de autonomização da experiência no mundo, potencializando movimentos que caminhem na superação de determinados aspectos das relações sociais.

Com isso é necessário destacar também, como atestam Abrantes e Bulhões (2016), que um elemento central na experiência de vida jovem é a relação que contrai com o mundo

do trabalho, determinado pela sua posição social na produção da vida – sua classe social – e que desembocará em experiências distintas para jovens de classes distintas. Visto dessa forma, recorrendo à síntese colocado em Pais (1990), de que a juventude expressa uma situação de unidade e diversidade. Há certa unidade na experiência visto estarem determinados todos por um mesmo contexto e conjuntura social; no entanto, a forma e desdobramentos desse contexto se expressarão de forma diversa, a partir das condições de classe e posição social na produção da vida.

Um pequeno exemplo. Olhando para o contexto brasileiro, vemos que os jovens de hoje em dia passaram por um momento político que se expressou com um governo de conciliação de classes direcionando o executivo por boa parte da infância dos que hoje estão na juventude. No aspecto econômico vivenciaram uma situação de crescimento econômico em meados dos anos 2000, passando pelo impacto da crise econômica em 2014/15 – ainda que tal crise seja determinada pelo movimento de crise cíclica global de 2008/09 que atinge o Brasil mais tardiamente devido a um conjunto de fatores, dentre eles as melhoras econômicas que o país passou pelo boom das commodities durante a década de 2000. E mais recentemente, os jovens também estão inseridos no contexto de piora generalizada das condições de vida, impactando em sua vida particular – visto o alto número de jovens que estão no desemprego – e nas condições de vida familiar, como aumento dos preços, aumento da terceirização e informalização do trabalho etc.

Tais condições são distintas dos processos sociais que passaram aqueles que hoje se encontram na vida adulta. Na própria medida em que a situação social pelas quais os jovens de hoje passaram – seja na infância seja no início da juventude – os adultos passaram estando em outro período de vida. Ainda que o fator etário não deva ser o determinante das avaliações, não é possível se deixar de notar que a experiência dessas diferentes conjunturas sociais estando em períodos de vida diferentes, carregam as possibilidades dos sujeitos desenvolverem percepções e se conformarem de maneiras distintas. Nesse sentido, o fator etário não deve ser de todo desprezado.

Por outro lado, a partir da visão de mundo que partimos nesse trabalho, vemos que o elemento central de estruturação da sociedade está na forma em que produzimos a vida socialmente, nesse sentido, sendo preponderante qual a posição que os sujeitos ocupam nessa produção. Com isso, destacamos que o elemento de classe é preponderante sobre a faixa etária. E retomando o próprio exemplo acima colocado, a vivência dos jovens, ainda que

experienciando uma mesma conjuntura social, vai ser determinada de formas diferentes pela posição de classe que o sujeito tem. Ou seja, os jovens de origem burguesa terão experiências e percepções bastante distintas dos jovens trabalhadores; e mesmo entre os jovens trabalhadores, que serão atravessados por questões desiguais a partir de qual a qualidade e condições de sua família. E ainda com destaque para as experiências desiguais advindas de fatores como divisão sexual e racial do trabalho, ambos fatores que não se negam nas contradições de classe, visto serem subsumidos à dinâmica capitalista e usados como forma de exploração e controle dos corpos das mulheres e dos corpos da população preta.

Em síntese, partimos da compreensão de que a faixa etária deve ser um dos elementos de análise ao se falar de juventude, no sentido de que são produzidas e institucionalizadas determinadas dinâmicas específicas aos grupos de idades. No entanto, o elemento central para nós é sim a condição de classe, que vai ser atravessada por demais fatores de desigualdade – como raça, gênero e sexualidade. Fazemos isso não apenas de um ponto de vista unicamente teórico, mas em especial compreendendo, a partir do materialismo histórico e dialético, que o objetivo principal da produção científica não é o de apenas entender a realidade e sim de entender para transformá-la. Tal transformação se dará pela organização independente e revolucionária da classe trabalhadora. Por isso nosso principal objetivo deve se dar em compreender quais as dinâmicas sociais que determinam a condição de vida da juventude trabalhadora; no contexto específico deste trabalho, compreender como as concepções de trabalho e tecnologia da Organização Internacional do Trabalho atingem a população jovem trabalhadora e seus impactos nas condições de vida e trabalho para a classe que produz.

2.2 – CONCEITO DE TRABALHO

Muitas vezes quando falamos sobre trabalho nas conversas cotidianas a ideia expressa no senso comum marca a característica de se referir a uma atividade realizada pelo sujeito que permite a obtenção de uma remuneração. É uma tarefa na qual o sujeito realiza diariamente para ganhar seu sustento, ganhar “o pão de cada dia”, uma atividade que “dignifica” o ser humano. Estar trabalhando significa a obtenção do potencial humano por ser produtivo perante a sociedade, enquanto a falta do trabalho – ou desemprego – significa o

afastamento da sociedade na medida em que não está realizando uma tarefa, não obtém seu sustento “pelas suas próprias mãos”. Vemos, portanto, que há uma correlação estreita entre trabalho e emprego, em que o segundo é marca definidora quando utilizamos o primeiro termo.

No entanto, a partir das contribuições da teoria marxiana e marxista, compreendemos que o conceito de trabalho vai muito para além da ideia de emprego (entendido como a atividade realizada que é trocada por um salário para manter a existência individual e familiar). É através deste caminho, de compreensão da categoria trabalho e seus desdobramentos na sociedade de classes capitalista que pretendemos percorrer nesta subseção. Olharemos para o desenvolvimento do trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana e suas contradições na sociedade vigente como subsídio para nos depararmos com os documentos e ideias expressas pela OIT que se relacionam com o tema.

2.2.1 Das Origens ao Modo de Produção Capitalista

De acordo com Marx (2013) o trabalho é acima de tudo o processo entre ser humano e natureza, em que o primeiro modifica e reconstrói a última a fim de garantir as condições de sua existência no mundo. A mediação entre o ser humano e natureza, realizada pelo trabalho, com a ação da totalidade do indivíduo – mãos, braços, pernas, sentidos, cabeça, vontade etc. – age sobre a realidade dada naturalmente para modificá-la a fim de obter as condições e resoluções das necessidades que o ser humano desenvolve historicamente; quando o ser humano trabalha ele consegue criar algo que não estava dado previamente pelo meio natural.

Engels (2006) compreende que é por meio do trabalho que se abre a possibilidade de transformação do macaco em ser humano, na medida em que a ação de transformação da realidade possibilita o desenvolvimento do aparato biológico, como o desenvolvimento das mãos e coordenação motora, encéfalo altamente desenvolvido, aprimoramento dos sentidos etc.

Leontiev (2004) destaca três estágios da passagem do animal ao ser humano. O primeiro se refere à preparação biológica, na qual os australopitecos eram animais que levavam uma vida gregária, já conhecendo a posição vertical, com o início do uso de utensílios rudimentares não trabalhados e com formas ainda muito rudimentares de comunicação. O segundo estágio pode ser entendido como o momento de hominização,

marcado pelo início da fabricação de instrumentos e pelas primeiras formas de trabalho e vida social. A formação do ser humano, nesse estágio, estava ainda submetida às leis biológicas, nas quais o desenvolvimento representava alterações anatômicas transmitidas de geração à geração pela hereditariedade. É o momento também em que tais alterações anatômicas (cérebro, mãos, órgãos dos sentidos etc.) passam a ser produzidas sob influência do trabalho e da comunicação pela linguagem – “o seu desenvolvimento biológico [ser humano] tornava-se dependente do desenvolvimento da produção.” (LEONTIEV, 2004, p. 280).

É no terceiro estágio que é possível observar o momento de viragem, em que o papel do aspecto biológico e social se altera, é o momento da humanização. É nesse período que surge o tipo do ser humano atual, *Homo sapiens*; a evolução livra-se totalmente da sua dependência inicial com as mudanças biológicas lentas transmitidas hereditariamente e o desenvolvimento humano passa a ser regido pelas leis sócio-históricas (LEONTIEV, 2004). Vemos com Lukács (2013), relacionado às ideias aqui apresentadas por Leontiev, que é por meio do trabalho que é possível a existência do salto ontológico que fundamenta a humanidade, em que ocorre a saída da esfera iminentemente orgânica para a vida social.

Por meio do trabalho social e do emprego de instrumentos que reside um dos fundamentos da formação da atividade consciente do ser humano, conforme aponta Luria (1994). Diferentemente dos animais, os homens tanto empregam instrumentos como os preparam; neste processo de preparação do instrumento está um elemento primordial na formação da consciência humana. Pegando como exemplo a preparação de uma pedra lascada para caça, o autor demonstra como o processo de lascar a pedra por si só não tem nenhuma relação com uma necessidade biológica; a atividade só se torna importante no momento em que foi possível matar um animal para alimentação. Porém, no processo de produção foi necessário ter conhecimento da operação que será realizada (caçar) e do futuro emprego do instrumento (pedra lascada). Nisso há uma mudança importante no comportamento – a atividade não está voltada diretamente para a satisfação de uma necessidade biológica, ela só adquire sentido com o emprego posterior de seus resultados; o comportamento vai se complexificando.

A preparação dos instrumentos requer uma série de procedimentos, portanto, a atividade se divide em diversas operações auxiliares e estas divisões executam uma mudança no comportamento do homem. A organização de atividades conscientes “complexas”, que se

separam da atividade geral, leva a outras formas de comportamento que não tem uma finalidade biológica, em muitos casos podendo se opor a ela (LURIA, 1994).

A origem da linguagem é outro fator que está na raiz do processo de formação da atividade consciente do homem. Entende-se por linguagem “um sistema de códigos por meio dos quais são designados os objetos do mundo exterior, suas ações, qualidades, relações entre eles, etc.” (LURIA, 1994, p. 78). Tal forma de comunicação não existe nos animais; o que existe é apenas uma forma de expressão de seus estados, na qual não há distinção de qualidades, ações nem designação de coisas, de modo que não pode ser considerada linguagem.

Durante a atividade prática dos indivíduos – o trabalho social – era necessário transmitir informações ao outro. A informação não podia ser restrita a expressão de estados subjetivos, era preciso designar objetos que faziam parte da atividade. Nesse início, os sons ainda não tinham existência autônoma, eles estavam relacionados a atividade prática que se exercia e a comunicação também era feita por meio de gestos e atos. Só com o decorrer de muitos anos que a linguagem dos sons começou a separar-se da atividade prática e ganhar independência; momento no qual surgem palavras autônomas capazes de indicar objetos, e posteriormente distinguir ações e qualidades (LURIA, 1994).

A linguagem é o fator fundamental de formação da consciência e imprime ao menos três mudanças essenciais na atividade consciente. O primeiro se refere ao fato de que designando os objetos exteriores com palavras isoladas é possível discriminar objetos, dirigir a atenção a eles e conservá-los na memória, permitindo com que se lide com objetos externos inclusive em sua ausência. Com a designação de palavras aos objetos e sua posterior pronúncia permite-se lidar com a imagem do objeto mentalmente. Assim é possível afirmar, como exposto por Luria (1994), que a linguagem duplica o mundo perceptível, pois conservam-se as informações recebidas do mundo exterior e cria-se um mundo de imagens interiores.

A segunda mudança adquirida é a possibilidade de abstração das propriedades essenciais dos objetos e generalizações, de modo que a linguagem passa a ser o veículo mais importante do pensamento, onde reside a transição da relação unicamente sensorial com a realidade para a racionalização. Isso fundamenta a terceira importância da linguagem, na qual ela se torna o mecanismo fundamental de transmissão de informação. Ao transmitir todo o conhecimento, habilidades e formas de comportamento produzidos durante a história social

por meio de signos, o indivíduo se apropria das generalizações humanas sem a necessidade de repetição da experiência sensível na vida individual (LURIA, 1994).

Após esta digressão referente ao papel do trabalho na transformação do animal em ser humano social e seu fundamento na formação da atividade consciente podemos retornar ao texto marxiano em sua célebre passagem recorrentemente revista nos debates acerca da categoria trabalho, na qual o autor escreve,

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade a ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2013, p. 255-256)

Vemos na passagem uma importante síntese de aspectos transformadores que o trabalho implica no ser humano. O que está colocado na atividade do trabalho não é unicamente a transformação da realidade, mas sim a alteração desta através de uma prévia ideação do sujeito que trabalha. O trabalho, nesse sentido, representa o momento de objetivação de uma subjetividade do sujeito que necessariamente foi desenvolvida pela subjetivação da objetividade do real. Ou seja, o indivíduo se desenvolve na apropriação das formas de ação no mundo concreto que foram desenvolvidas pela humanidade (subjetivação pela objetividade) e na medida em que age no mundo consegue externalizar aquilo que havia internalizado previamente a partir das necessidades sociais postas (objetivação da subjetividade).

A partir de tal constatação Lukács (2013) define que o trabalho é um pôr teleológico, no sentido de que é uma atividade voltada a um fim, mas também que sua existência pressupõe um autor consciente. O desenvolvimento pelo trabalho se torna uma sucessão de pores teleológicos; nas palavras do autor: “Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 52).

O trabalho, portanto, é o elemento definidor do ser humano, atividade na qual supera sua condição animal para o desenvolvimento enquanto ser genérico humano. No entanto, através da continuidade histórica e desenvolvimento da sociedade de classes, as formas de trabalho são alteradas, tendo como consequência alterações também naquilo que o trabalho representa para os indivíduos.

Marx (2013) entende que com a produção voltada para a troca e sua organização no capitalismo o trabalho adquire um caráter duplo. Por um lado ele mantém-se como atividade expressa na relação do ser humano com a natureza com objetivo de transformação da última a partir dos interesses e necessidades da humanidade. Nesse sentido é um trabalho concreto, produtor de valores de uso, ou seja, produção de bens que têm finalidade para uso humano na satisfação de suas necessidades.

Por outro lado, a organização capitalista, baseada na propriedade privada dos meios de produção e organizada a partir da troca entre mercadorias, necessita com que os produtos do trabalho – os valores de uso produzidos – se relacionem entre si de forma com que possibilitem a equivalência. Tal processo é realizado pela equivalência entre os trabalhos abstratos contidos nas mercadorias a partir da categoria valor de troca e que representa apenas um quantum de trabalho (atividade humana) expressa pelo tempo socialmente necessário para realizar o ato produtivo de determinada mercadoria (MARX, 2013).

Compreendemos então que o trabalho carrega uma especificidade fundamental para a vida humana: a produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas (ou de estar inserido em outro processo necessário para a realização deste ciclo). Entretanto, na sociedade capitalista, com a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho adquire um sentido particular.

O trabalhador detém apenas sua força de trabalho, sua capacidade de realizar uma atividade de produção, na medida em que está afastado da posse dos meios de produzir sua vida. Essa força de trabalho, ao ser vendida para o capitalista (dono dos meios de produção), se realiza em seu valor de uso, ou seja, é utilizada na medida em que coloca em movimento os meios de produção e exerce sua capacidade específica de produção de valores de uso, de bens socialmente necessários. A força de trabalho humano, conforme constatado por Marx (2013), é a única atividade capaz de produzir um novo valor objetivado nas mercadorias. Além de produzir valores suficientes para pagar o investimento nos meios de produção e força de

trabalho, o trabalho dispendido pelos trabalhadores é o único capaz de gerar novos valores, que excedem o inicial, produzindo um mais-valor.

Observamos, portanto, que o trabalho no capitalismo deve ser compreendido pelo seu caráter duplo, em que é tanto trabalho concreto, que produz valores de uso socialmente necessários, mas também é balizado nas relações sociais pelo seu caráter de representação de um trabalho abstrato em que torna possível a troca de equivalentes em uma sociedade marcada pela propriedade privada e apropriação privada do excedente produtivo.

A partir do caráter duplo do trabalho atravessado pela propriedade privada dos meios de produção, Marx (2015) compreende que a atividade humana fundamental é marcada por um caráter alienador, notado pelo autor em quatro dimensões: a) do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho; b) do sujeito e da atividade do trabalho; c) do indivíduo e do gênero humano; d) dos sujeitos entre si.

Observando a relação mais imediata entre o trabalhador e o produto final do processo de trabalho Marx (2013; 2015) demonstra que a partir da propriedade privada dos meios de produção o trabalhador se torna meramente uma mercadoria que se relaciona com outras dentro do processo produtivo; não é o sujeito que trabalha que se apropria dos produtos obtidos, mas sim aquele sujeito que detém a propriedade dos meios, dos objetos e que compra a força de trabalho. O produto, enquanto uma objetivação desenvolvida pelo trabalhador, se encontra com o sujeito como um objeto estranho, alienado de si, distanciado – aí se encontra a primeira dimensão da alienação.

A segunda dimensão reside no fato de que o próprio ato de produção se encontra distanciado do trabalhador. O trabalho deixa de ser uma atividade vital humana que satisfaz uma necessidade, se tornando apenas um meio com o qual o sujeito obtém um salário e que poderá ser trocado pelos bens necessários para reprodução de sua força de trabalho e de sua família; ou seja, o trabalho se torna apenas meio para satisfação da necessidade imediata de manutenção da existência física. Para Marx (2015) “a exterioridade do trabalho para o trabalhador aparece no fato de que ele não é [trabalho] seu, mas de um outro, em que ele não lhe pertence, em que nele não pertence a si próprio, mas a um outro” (p. 309).

O ser humano é um ser genérico, em que pela atividade de trabalho altera a realidade e a si mesmo, produzindo os meios necessários para a vida social. O indivíduo social faz da natureza parte componente de si próprio, torna a natureza seu corpo inorgânico, na medida em que é um meio de vida imediato assim como objeto/matéria e instrumentos da atividade vital

humana. O ser humano é genérico pois só existe como parte do gênero humano, da humanidade, da totalidade em que está inserido e a genericidade humana, por outro lado, só existe pois é síntese dos singulares que são os indivíduos. Com a alienação do trabalho, que separa os sujeitos dos produtos do trabalho e da atividade de trabalho em si, aliena-os também do próprio gênero humano enquanto universalidade. Na síntese de Marx (2015),

“do *ser genérico do homem* – tanto a natureza quanto a sua capacidade espiritual genérica (*Gattungsvermögen*) – uma essência *alienada* a ele, num *meio* da sua *existência individual*. Ele aliena do homem o seu corpo próprio, bem como a natureza fora dele, bem como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*.” (p. 314, grifos no original)

Por fim, a última dimensão tratada por Marx (2015) é de que o trabalho alienado afasta os seres humanos entre si. Na medida em que o ser humano está afastado do produto do seu trabalho, da sua atividade vital e do seu ser genérico ele se afasta também dos demais seres. Quando se depara com outros sujeitos, o indivíduo se depara com alguém exterior a si mesmo, afastado de si e de suas condições de humanização. A relação entre seres não está mais na percepção da construção da vida genérica humana pela síntese das várias singularidades que compõem a totalidade da vida social, mas sim no afastamento entre os indivíduos que se chocam na realidade através da sua posição de trabalhador alienado.

Vimos até agora que o trabalho enquanto atividade exercida pelo ser humano possui uma característica dupla: por um lado é uma atividade ontológica (LUKÁCS, 2013) que fundamenta e impulsiona o desenvolvimento da humanidade, sendo essencial para o desenvolvimento da linguagem e da consciência; por outro lado, nas condições impostas pela sociedade capitalista, o trabalho se torna também uma atividade alienada dos sujeitos que a exercem, afastando o indivíduo do ato em si, do produto, do ser genérico e dos demais seres humanos (MARX, 2015). Ao analisar a situação vivida pelos trabalhadores hoje no capitalismo devemos compreender, portanto, essa duplicidade vivida na atividade do trabalho, em que é ao mesmo tempo atividade humanizadora e alienante.

2.2.2 A Organização do Trabalho no Capitalismo

A organização do trabalho dentro da sociedade capitalista é um processo de construção que passa por diferentes momentos no decorrer da história. A visão da organização

capitalista em que está presente uma grande fábrica onde se reúnem um conjunto de trabalhadores que operam máquinas de forma organizada e controlada nem sempre foi assim. De acordo com Pinto (2007) a organização do trabalho de modo técnico é incorporada na produção capitalista apenas a partir das primeiras revoluções industriais no século XVIII, especialmente no início do século XIX. Aos primeiros capitalistas não interessavam as miríades de situações e processos que ocorriam na atividade de trabalho, se ocupando apenas da venda de matérias-primas e coleta dos resultados da atividade final. Com a evolução dos sistemas de comércio e circulação de mercadorias passam a entrar em cena estratégias mais diretas que visam ao aumento das escalas de produção, padronização dos produtos e diminuição dos custos de produção e transporte, levando à necessidade de maior controle sobre o trabalho humano empregado na produção.

A partir do momento em que o controle sobre o processo produtivo e os modos de exercer a atividade de trabalho passam a ser centrais para a continuidade da produção capitalista há o aprofundamento da distância entre atividades unicamente executoras e atividades de administração e organização da produção. A atividade específica de se pensar a forma como será dividida e organizada a produção dos bens se torna, então, processo separado da execução direta (PINTO, 2007).

Se apropriando dos conhecimentos dos trabalhadores que executavam as tarefas, a organização capitalista, na figura de empresários, “técnicos” e estudiosos do trabalho, passa a analisar o processo produtivo de forma a torná-lo mais organizado e controlado a partir de seus próprios interesses – diminuição dos custos produtivos e aumento da extração de mais-valia. É com isso, por exemplo, que abrem-se maiores possibilidades para mecanicização das fábricas, em que o trabalhador se torna mero apêndice de máquinas que agora passam a ordenar a produção (ROMERO, 2005).

As fábricas passam a se constituir como

estruturas organizacionais cada vez mais expostas à análise experimental, as complexas e especializadas funções que aglomeravam mostravam-se ainda mais passíveis de serem objeto de aprimoramento técnico, dentro de campos de estudos definidos, possibilitando, a partir de então, sua crescente “racionalização”. (PINTO, 2007, p. 18)

A partir dos estudos e aplicações práticas das ideias elaboradas por Frederick Taylor, que no campo da produção ficou conhecida como organização de trabalho taylorista, abre-se

um novo campo e dinâmica produtiva. Com objetivo de construção de uma concepção supostamente técnica, imparcial e científica, o olhar de Taylor se volta para a forma como as tarefas eram distribuídas e executadas, observando desde os movimentos físicos realizados pelo trabalhador até a atividade dos cargos de gerência e administração (PINTO, 2007).

Através de tal elaboração, o taylorismo se apropria dos conhecimentos dos trabalhadores em relação à forma de execução das atividades a fim de elevar e regularizar a produtividade e qualidade. De acordo com Pinto (2007), o movimento expressa muito mais o interesse pelo controle do ritmo e intensificação do trabalho para garantia de maior extração de mais-valia. A função que anteriormente era o próprio trabalhador que aprendia a partir de sua experiência prática, aprendendo os movimentos e macetes para execução e garantindo um mínimo controle do tempo em contexto de aumento de produção e intensificação, passa agora a ser estudado, tabelado e transmitido aos trabalhadores por meio de fichas de instrução e ordens realizadas pela gerência. De tal modo é possível reduzir a exigência de aprendizagem do trabalhador em relação à tarefa que executará, reduzindo o nível de conhecimento técnico anterior e acelerando o processo de treinamento do novo sujeito que entra no processo produtivo (PINTO, 2007).

Em continuidade com a forma de organização taylorista, Henry Ford inicia a aplicação em suas empresas – empresa automobilística Ford – de novas dinâmicas produtivas, naquilo que ficou conhecido como fordismo. Partindo da extrema parcialização e controle sobre as tarefas executadas, Pinto (2007) aponta que a maior inovação desse novo modelo foi a aplicação da linha de produção em série, com “a colocação do objeto de trabalho num mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final” (p. 31). Ao longo dessa linha o objeto passava por inúmeros trabalhadores fixos, com funções específicas subdivididas em pequenas tarefas extremamente simples. O objetivo com as linhas de montagem mecanizadas era a diminuição dos poros de trabalho, para que cada processo executado pelo trabalhador servisse para a agregação de um novo valor no produto – para a execução de um trabalho novo, nos termos marxianos (MARX, 2013). Se no taylorismo era a cronometragem do processo de trabalho que controlava o ritmo de produção de cada indivíduo, no fordismo é a própria máquina, uma esteira mecanizada por exemplo, que ordena e intensifica a atividade.

Outro elemento novo possibilitado pelo modo de organização fordista é a produção em massa e conseqüente consumo em massa. Pela aplicação de novos processos técnicos, como as linhas de montagem, é possível a padronização e fabricação em escala imensa, reduzindo os custos de produção (assim como do valor de troca) que são contrabalanceados pelo consumo ampliado (PINTO, 2007).

Para além do controle sobre o processo de trabalho direto imposto pela organização taylorista/fordista, notamos, com Pinto (2007), que o fordismo expande a coação até mesmo para a vida privada dos trabalhadores de suas fábricas. Com a criação de um departamento de “recursos humanos” a indústria fordista passa a se responsabilizar pela manutenção da ordem dentro e fora da fábrica, atuando em aspectos da vida privada e familiar com objetivo de manutenção das condições de produtividade e reprodutibilidade da força de trabalho de modo que os trabalhadores não se tornassem improdutivos, seja por quais motivos fossem – acidentes de trabalho, problemas familiares, uso de álcool e outras drogas etc.

Considerando a continuidade entre o processo desenvolvido por Taylor e por Ford e sua aplicação conjunta, podemos entender como um mesmo sistema, o sistema taylorista/fordista. Nesse sentido, Pinto (2007) sintetiza que a ideia fundamental deste sistema

é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um “apêndice da máquina” (tal como fora descrito, ainda em meados do século 19, por Karl Marx, ao analisar o avanço da automação na indústria da época), repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menor experiência de trabalho no assunto. (p. 33)

A possibilidade de compreensão do processo produtivo como um todo pelo trabalhador é tolhida quase que completamente, visto ser responsável por apenas uma pequena parte e que mesmo sua própria forma de execução é determinada por outro e o ritmo controlado pela máquina. De certa forma, com a discussão anterior, podemos perceber que aprofunda-se a alienação, afastando o sujeito do produto de trabalho e principalmente da atividade de trabalho em si (MARX, 2015). Nesse sentido, Romero (2005) aponta o movimento de subsunção real do trabalho ao capital, em que um processo produtivo que até então era de alguma forma compreendido e controlado pelo sujeito que o executava passa cada vez mais a estar sob direção e controle direto da própria organização capitalista.

O sistema taylorista/fordista expande-se na sociedade capitalista em especial no período entre as duas guerras mundiais, pautado pelo crescimento econômico com uma produção e consumo em massa. No entanto, a partir dos anos 1970 a dinâmica do capital sofre algumas alterações, principalmente ligado ao desequilíbrio econômico causado pelo aumento do preço do petróleo proporcionado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e as altas variações do dólar (PINTO, 2007).

Diminui-se o investimento no crescimento industrial, gerando novas demandas para a produção mundial, como apontado por Pinto (2007): maior flexibilidade produtiva, possibilitando a produção de diferentes modelos de produtos em menor tempo; maior índice de qualidade dos produtos; baixos preços finais, através da diminuição do retrabalho e flexibilidade produtiva e também com manutenção da produção fabril com baixa ociosidade, mínimo uso de estoque, equipamentos e trabalhadores; por último, maior rapidez e precisão na entrega de mercadorias.

É originado, então, um novo modelo de gestão do trabalho baseado na organização produtiva desenvolvida na fábrica da Toyota no Japão e difundida no mundo a partir da década de 70. Em um contexto de crise mundial do capitalismo, a forma de organização taylorista/fordista de “produção em série e em larga escala, fundamentada em unidades produtivas altamente verticalizadas e concentradoras de grandes contingentes de trabalhadores especializados, em sua maioria semiqualeificados, tornou-se uma ‘camisa de força’ para o crescimento” (PINTO, 2007, p. 39).

A fundamentação de uma nova reestruturação produtiva se encontra em alguns pilares de transformação da organização do trabalho, além do incremento do uso de tecnologias microeletrônicas e robóticas. Um desses pilares é a autonomia, palavra que vem da junção de “autonomia” e “automação”, e significa o “processo pelo qual é acoplado às máquinas um mecanismo de parada automática em caso de detectar-se algum defeito no transcorrer da fabricação, permitindo-as assim a funcionar autonomamente” (PINTO, 2007, p. 56). Isso faz com que a ação humana direta seja diminuída, possibilitando que um mesmo trabalhador fique responsável por coordenar diferentes máquinas e processos; assim como reúne em um mesmo local um conjunto de maquinarias e processos, concentrando o que antes se dividia em diferentes funções e departamentos, fazendo com que o mesmo trabalhador seja responsável pelo controle desse conjunto em uma mesma jornada, dele exigindo que seja polivalente e multifuncional.

Outro pilar desse novo modelo de produção está na celularização da produção, “que consistiu em organizar os postos de trabalho em grandes conjuntos abertos (e não fechados, como departamentos), de modo a concentrarem em si uma etapa definida de todo o processo produtivo” (PINTO, 2007, p. 60). O fluxo contínuo de produção se dá pela articulação entre o processo produtivo posterior que determina a demanda e tempo necessário para que os insumos das células anteriores sejam enviados. Está aí colocada a produção *just-in-time*, baseada na relação encomenda-produção-entrega, reduzindo os estoques e, conseqüentemente, os encargos financeiros com estrutura física e humana necessária para armazenar a produção.

Na articulação dessas diferentes características – autonomia, polivalência e celularização – o controle dos trabalhadores não é mais realizado unicamente pela figura da gerência, como era dentro da produção taylorista/fordista, mas, agora, são os próprios trabalhadores convocados a “vestir a camisa da empresa” e ficar sob constante vigilância em relação ao seu próprio trabalho e dos companheiros da mesma célula e das demais, pois os resultados são medidos de acordo com o trabalho coletivo dentro dessas células. A partir da política de metas e da flexibilização da produção, os trabalhadores estão submetidos a constante estresse e pressão para darem conta de atingirem o ritmo produtivo demandado (PINTO, 2007).

O desenvolvimento e aplicação do modelo toyotista de produção tem como consequência, segundo Pinto (2007), uma fragmentação da classe trabalhadora. De um lado está um número pequeno de trabalhadores mais escolarizados e que são exigidos de maior participação e polivalência, geralmente localizados nas grandes empresas no centro do sistema capitalista, em círculos operacionais e gerenciais. Para esse grupo é permitido uma menor rotatividade, conquistas salariais, acordos coletivos e sindicalização. Já no outro lado se encontra a maioria da classe trabalhadora, contratada por tempo parcial, terceirizada ou ligada à informalidade, afastada de políticas de regulação do emprego e direitos sociais pela desregulamentação das leis trabalhistas, composta em grande parte pela juventude, pelas mulheres e pelos mais velhos (PINTO, 2007; ANTUNES; ALVES, 2004).

No contexto brasileiro por exemplo, de acordo com Antunes (2020), é a partir da década de 1990 que a reestruturação produtiva ganha força no país, combinando aspectos da acumulação flexível⁹ com o fordismo, através do uso de novas tecnologias ao mesmo tempo

9 Acumulação flexível se refere à alteração do regime de acumulação de capitais realizado no sistema capitalista a partir do final dos anos 1970. De acordo com Harvey (2008), “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo

que intensifica a exploração da força de trabalho. Esse movimento, nas palavras do autor, expressa uma “expansão intensificada da reestruturação produtiva no Brasil, tendo como consequências a flexibilização, a informalidade e a precarização da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2020, p. 135).

Como exemplo, a expansão da reestruturação produtiva no Brasil implica em uma reorganização da produção, na qual o setor terciário se desenvolve enormemente, chegando a representar 30,6% de toda a produção nacional (ANTUNES, 2020). De acordo com Antunes e Alves (2004), os antigos trabalhadores estáveis das indústrias dão lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, ampliando as parcelas de terceirização, subcontratação, empregos part-time¹⁰ etc. A expansão do trabalho no setor de serviços, que inicialmente foi a saída para parte da população excluída das fábricas, encontra limites no momento em que esse setor se “submete à racionalidade do capital e à lógica do mercado” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 338), tendo exemplo a redução de trabalhadores no setor bancário e mesmo de serviços públicos que foram privatizados.

Soma-se a essas características do atual mundo do trabalho, como afirmam Antunes e Alves (2004), a crescente exclusão dos trabalhadores mais velhos, com idade próxima aos 40 anos, que são substituídos pelo trabalhador polivalente e multifuncional do toyotismo, ao passo que é grande o número de jovens em idade para trabalhar, mas que, sem perspectivas de emprego, acabam na precariedade ou mesmo no desemprego.

Vemos que em conjunto com a expansão desse novo modelo de gestão do trabalho, baseado na acumulação flexível, é ampliada a ideologia do neoliberalismo que se reverte como gestão política estatal no capitalismo como um todo. Em relação ao tema, retomamos muito rapidamente os estudos de Anderson (1995), para quem essa forma política tem seu surgimento baseado na crítica ao Estado de bem-estar social e o keynesianismo, desenvolvida na Europa, em especial após a II Guerra Mundial.

O reforço do papel do Estado na sociedade e principalmente o papel das políticas públicas são contrapostas por Friedrich Hayek e Milton Friedman, ideólogos burgueses e

surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.” (p. 140). Tal regime de acumulação flexível tem uma de suas expressões na implementação do sistema produtivo toyotista.

10 Modelo de contratação em que o indivíduo é contratado para trabalhar menos horas semanais, em média 22 horas – cerca de 4h por dia e sem garantia dos direitos trabalhistas. Atualmente, tal modalidade de emprego tem se somado com a dinâmica do trabalho intermitente, em que o trabalhador não possui um turno ou carga de horário fixa, indo trabalhar apenas quando é chamado, e recebendo também apenas pelas horas trabalhadas – desconsiderando o horário que fica a espera do chamado, ou locomoção etc (ANTUNES, 2020).

expoentes da ideologia neoliberal, durante a década de 1940, ao que se referem como o fundamento da crise do capitalismo. No entanto, tal crítica não teve grande reverberação num primeiro momento, pois os Estados de Bem-Estar Social no continente europeu ainda não haviam se consolidados. As ideias propagadas pelos precursores do neoliberalismo passam a ganhar corpo na medida que as políticas sociais-democratas vão encontrando limites, a partir dos anos 1970. Para Hayek e Friedman, “o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência [...] argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si”. (ANDERSON, 1995, p. 2)

No entanto, com o progresso no desenvolvimento econômico, acompanhado pelas políticas do Estado de bem-estar social, o neoliberalismo enquanto política só teve sua primeira experiência na ditadura de Pinochet no Chile, nos anos 1970, colocada em curso no centro do sistema em 1979 com Thatcher na Inglaterra e em 1980 com Reagan nos EUA, ao que se seguiram outros países europeus. Assume posição maior na América Latina, no final dos anos 1980 no México, Argentina e Peru, se expressando também no Brasil mais hegemonicamente nos anos 1990. Dentre as políticas preconizadas se encontram: contenção dos gastos sociais do Estado; redução de impostos das rendas mais altas; retorno às taxas de desemprego necessárias para o desenvolvimento capitalista com aumento do exército industrial de reserva; ampliação das privatizações de bens, empresas e serviços estatais. (ANDERSON, 1995).

A sociedade capitalista hoje em dia baseia-se, portanto, em uma dinâmica de trabalho construída sobre a base da acumulação flexível e com hegemonia política da ideologia neoliberal. Ambas faces da mesma moeda, a moeda da ofensiva burguesa em busca de aumento de suas taxas de lucro que constrói mediações no formato da acumulação para melhor apropriação da riqueza.

Filgueiras e Cavalcante (2020) apontam que uma série de estudos que começam a circular na década de 1980 defendiam a tese do fim do trabalho e de que a classe trabalhadora caminhava para seu fim – tais proposições tem como exemplo escritos de André Gorz e Claus Offe. As teses do fim do trabalho compreendiam que com a aplicação de novas tecnologias na produção, como a automação potenciada pelos avanços na microeletrônica, o trabalho humano se tornaria supérfluo ou marginal. Ou ainda, de que o avanço do trabalho no setor de serviços determinaria uma alteração qualitativa na atividade de trabalho, exigindo “outra

racionalidade, um trabalho mais ‘reflexivo’, irredutível à quantificação econômica em moldes tradicionais. Não haveria, no limite, o mesmo sentido de trabalho tradicional.” (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020, p. 14). De tal modo as lutas por melhores condições trabalhistas ou pelo pleno emprego perderiam força em relação à disputa por formas de distribuição de riqueza. Vê-se nessas teses um forte apelo ao determinismo tecnológico, em que as mudanças estão muito mais ligadas à questões técnicas do que políticas e sociais.

As mudanças vistas no desenvolvimento do capitalismo nos últimos anos levou, entretanto, à contraposição das teses do fim do trabalho, visto que alterações na dinâmica produtiva implicaram na ampliação do capital e recriação de distintas formas e postos de trabalho na periferia capitalista, que carregam a característica de serem trabalhos assalariados baseados na exploração humana. E ainda, o avanço do setor de serviços representa formas muito parecidas de trabalho como são apresentadas no setor fabril. A ofensiva neoliberal sobre as políticas de proteção do trabalho altera questões específicas do que antes era a norma em um sistema produtivo taylorista/fordista, no entanto ainda mantém a quantidade e qualidade do trabalho assalariado como norma no capitalismo (ANTUNES, 1995 apud FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020).

Em continuidade, os autores argumentam sobre uma nova roupagem do “adeus à classe trabalhadora”, na qual a nova característica está na defesa de que há um declínio estrutural do trabalho assalariado e de que as novas características do mercado de trabalho impedem a proteção trabalhista pelas legislações vigentes (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020). Nesse sentido, de acordo com os autores, aparecem abordagens que argumentam sobre: a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho por conta própria; o surgimento de uma zona cinzenta onde estão empregos que não são nem assalariados nem por conta própria; ou ainda a criação de uma nova classe social, em especial nas ideias do teórico Guy Standing, que aborda o surgimento do precariado, que agrupa o aumento dos sujeitos em ocupações precárias e instáveis ao passo que os assalariados e proletariado diminuem.

Antunes (2009) argumenta que a partir da reestruturação produtiva iniciada nos anos 1970 “o capital, em escala global, veio redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa.” (p. 233). Proliferam-se distintos modos de trabalho que carregam uma mesma particularidade: sua condição de maior precariedade. Algumas das tendências apontadas pelo autor envolvem: redução do proletariado fabril tradicional, estável,

dando lugar a formas mais desregulamentadas de ocupação; aumento do proletariado fabril e de serviços em empregos precários, que envolvem terceirizações, empregos part-time, subcontratos etc.; crescente exclusão dos trabalhadores jovens e também dos mais velhos. De tal modo, mantém-se a dinâmica capitalista de exploração do trabalho humano ainda que com características particulares, permanecendo a centralidade da contradição entre detentores dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho (MATTOS, 2019; ANTUNES, 2020).

Nos debates mais recentes acerca do trabalho surgem dinâmicas próprias decorrentes do maior uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e que vem apresentando contradições novas, a partir daquilo que vem sendo chamado como plataformação do trabalho, trabalho digital etc. Graham e Anwar (2019) definem trabalho digital como uma atividade realizada pela mediação de plataformas digitais, com significativo espalhamento geográfico ao redor do globo, onde não há a necessidade da empresa e trabalhador compartilharem a mesma localização geográfica. Casilli (2018) aprofunda a definição ao entender que o trabalho digital representa o movimento de tarefaização e datificação do trabalho, na qual se parcelam as ocupações em pequenas tarefas, com a possibilidade de externalizá-las para fora do local físico das empresas – geralmente sendo levado para outros países, através do trabalho mal remunerado das microtarefas e clickworks¹¹.

De acordo com Grohmann (2020),

trata-se de pensar a plataformação do trabalho como a dependência que trabalhadores e consumidores passam a ter das plataformas digitais – com suas lógicas algorítmicas, dataficadas e financeirizadas – em meio a mudanças que envolvem a intensificação da flexibilização de relações e contratos de trabalho e o imperativo de uma racionalidade empreendedora (DARDOT; LAVAL, 2016) como vias de justificação dos modos de ser e aparecer do capital. (p. 112)

11 Há um debate corrente a respeito de uma suposta imaterialidade, “não manualidade” do trabalho digital, no qual esse perderia sua condição concreta por estar ocorrendo pela mediação de softwares e novas TICs. Em conjunto com tais argumentações são apresentadas defesas de que a teoria do valor trabalho, conforme exposta por Karl Marx, perderia sua validade como elemento explicativo das relações de trabalho na sociedade capitalista contemporânea visto que o saber, o conhecimento carregado pelo trabalhador se torna a fonte primordial de produção de valor, tornando impossível a mensuração do valor da força de trabalho e mesmo a produção de novos valores no capitalismo. Concordamos com Antunes (2020) ao apontar “que a tendência crescente (mas não dominante) do trabalho imaterial expresse, na complexidade da produção contemporânea, distintas modalidades de *trabalho vivo* e, enquanto tal, partícipes em maior ou menos medida do processo de valorização do valor.” (p. 87, grifos no original). Assim como apontam Huws (2011) e Antunes (2020) o trabalho digital está longe de ser um processo que acontece no vazio, em uma puéril abstração, mas sim tem base concreta real, visto demandar diferentes tipos de atividades físicas para sua realização, seja na mediação mais imediata como o uso de teclados e mouses, seja em processos mais gerais como a necessidade de extração mineral em países da América Latina e África para fornecimento de materiais que serão processados para constituírem as várias partes de qualquer hardware.

A transição entre a segunda e terceira revolução industrial, como apontam Sousa, Pochmann e Bonone (2021) foi marcada pela utilização de tecnologias da informação e comunicação, robótica e eletrônica “para gerar uma estrutura produtiva mais flexível, que possibilitou a transposição dos muros da fábrica e dos estados nacionais no processo de expansão industrial.” (p. 5). Com a desregulamentação do trabalho, maior mobilidade de capital e flexibilidade das TICs, vê-se a expansão de plantas industriais pelo globo em busca de força de trabalho de menor valor, menor regulamentação trabalhista, menores impostos e maiores jornadas de trabalho.

Nesse contexto,

O surgimento da economia plataformizada não deriva do acaso oriundo de um tipo particular de tecnologia de comunicação e informação, mas de um processo deliberadamente construído desde a desregulamentação financeira e desconstituição do Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos. A redução do papel do Estado, a mobilidade de capitais e a descentralização produtiva construiu processos de flexibilizações trabalhistas, difusão da terceirização e produziu a proliferação de um caleidoscópio de relações de trabalho que buscavam a desconstrução da relação entre os trabalhadores enquanto classe. (SOUSA; POCHMANN; BONONE, 2021, p. 6)

Inicialmente visibilizada pelo fenômeno ocorrido com a expansão da empresa Uber na contratação de motoristas por meio de uma plataforma digital, a dinâmica produzida se expande para muito além desse aplicativo e serviço, incorporando um conjunto de ocupações, serviços, níveis de qualificação, condições de trabalho etc. (ABÍLIO, 2020b). Nesse sentido, a uberização expressa as alterações nas relações de trabalho vivenciadas no sistema capitalista global e que culmina em novas formas de controle, de gerenciamento e de organização do trabalho.

A autora conceitua a uberização como o amplo processo de informalização do trabalho, de avanço na flexibilização trabalhista e monopolização econômica (ABÍLIO, 2020b). Se relaciona com o movimento construído pelo Estado, em contexto de ofensiva burguesa e avanço do neoliberalismo, que elimina direitos, mediações e regulações públicas em relação ao trabalho e condições de vida dos trabalhadores, em um contexto em que expande-se o trabalhador autônomo, “gerente de si mesmo”, que deve estar disponível para o trabalho a todo o tempo, sem direitos e mecanismos legais que os protejam minimamente. A organização e regulação do trabalho passa a se dar através das empresas, mediadas por

aparatos tecnológicos como as TICs, que realizam o encontro entre o prestador de serviço e a procura de diferentes atividades econômicas, na qual o trabalhador passa a ser determinado pela empresa (pela plataforma digital) em todas as tarefas e atividades realizadas no trabalho – é a plataforma que regula o tempo para execução das tarefas, que regula a oferta do serviço, que regula a remuneração etc. (ABÍLIO, 2020b).

De acordo com Antunes (2020), a organização produtiva baseada no modelo toyotista, para além de se apresentar no âmbito fabril pela celularização, autonomação e polivalência – Pinto (2007) – uma de suas implicações gerais está na transferência de parte do gerenciamento da produção para o próprio trabalhador. É o trabalhador que deve se organizar, seja no âmbito do trabalho coletivo em uma fábrica, escritório, homeoffice etc., ou mesmo no trabalho autônomo, para cumprir as tarefas e demandas que lhes são exigidas. Abílio (2020b) aponta que o trabalho por plataformas passa a ser uma expressão nova desse mesmo movimento toyotista. O trabalhador digital passa a ser o responsável por organizar sua jornada a fim de obter a remuneração pela atividade; o sujeito inicia sua jornada sem saber ao certo qual a remuneração obterá, qual a carga de trabalho e muito menos o tempo de trabalho necessário.

Tomado como gerente de si próprio, o indivíduo que trabalha deve se organizar para cumprir as demandas e tarefas apresentadas da forma e tempo que julgar necessária. No entanto, a remuneração obtida não representa de fato o tempo que esteve disponível para o trabalho, mas apenas o tempo que prestou determinado serviço. Por exemplo, a remuneração de um motorista do Uber que passa 12 horas em seu carro trabalhando não é referente a essas 12 horas, mas apenas pelo tempo em que realizou as corridas que a plataforma lhe disponibilizou. O trabalhador se torna, nesse sentido, a expressão direta do trabalhador *just-in-time*, na qual “a condição do trabalhador *just-in-time* é estar disponível para ser imediatamente utilizado, mas ser remunerado unicamente pelo que produz” (ABÍLIO, 2020b, p. 116-117, grifo do original). Ao capital torna-se possível centralizar o controle produtivo ao mesmo tempo que transfere riscos, custos, ônus e parte do gerenciamento ao trabalhador.

No entanto, este autogerenciamento do trabalhador não acontece de forma ampla e “livre”. O aparente controle do sujeito sobre a atividade que executa se mostra, na prática das plataformas digitais, uma falácia. São as próprias empresas, mediadas pelos dados gerados nas plataformas e aplicativos, que organizam quem, onde e de que forma deverá realizar a atividade; é aquilo qualificado como o gerenciamento algorítmico (ABÍLIO, 2020b;

GROHMANN, 2020), no qual a empresa consegue cruzar infinitos dados dos trabalhadores, dos “consumidores”, dinâmicas geográficas etc., a fim de determinar de que modo o trabalho se realizará. Além de não possuir o controle sobre a tarefa que será designada para si, o trabalhador muito menos tem controle e acesso sobre como essa divisão é realizada, tampouco quais são os critérios que definem a remuneração.

Há um encontro entre o gerenciamento da empresa e o autogerenciamento subordinado do trabalhador: a empresa organiza a distribuição da oferta pelo espaço, ao mesmo tempo que tem de contar com as decisões do próprio trabalhador sobre seu deslocamento e engajamento nas tarefas ofertadas. O trabalhador vive disponível para o trabalho, sem saber como opera seu próprio recrutamento.” (ABÍLIO, 2020b, p. 119)

Uma das características do trabalho hoje, como apontado por Antunes (2009), são as altas taxas de informalidade e flexibilidade, que assolam parte significativa da força de trabalho no mundo todo, em especial nos países da periferia do capitalismo. De acordo com o autor,

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 234)

O aprofundamento desse processo de informalização e flexibilização no capitalismo hoje é visto, por exemplo, no *crowdsourcing* (trabalho em multidão), continuação do que antes era qualificado como *outsourcing* (terceirização), no qual as plataformas reúnem multidões de trabalhadores prontos para se engajarem nas variadas tarefas que aparecerem. Os trabalhadores não são mais contratados ou selecionados pelas empresas, mas sim aderem às atividades arcando com os riscos e custos sem mesmo ter a certeza de remuneração. Tal dinâmica representa desde os trabalhadores que realizam um sem fim de microtarefas em plataformas como a *Amazon Mechanical Turk*, os motoristas que passam a se utilizar de plataformas de corrida e até mesmo pesquisadores com alto nível de qualificação que “tentam

a sorte” em “desafios” lançados por grandes empresas multinacionais arcando com os custos de pesquisa (ABÍLIO, 2020b).

De acordo com Graham e Anwar (2019) o fenômeno tratado como *crowdsourcing* permite com que, por meio de plataformas online, o trabalho seja terceirizado em escala planetária. Nessa dinâmica há um excesso de força de trabalho disponibilizada para o engajamento em atividades que podem ser contratadas para além dos limites geográficos, nas quais, em grande medida, o poder de barganha dos trabalhadores se torna limitado.

Nestas plataformas de trabalho digital online os trabalhadores fornecem inúmeros dados e informações a respeito de si que podem ser utilizados pelos empregadores como forma de precarização das atividades, reduzindo as remunerações por exemplo, tendo em vista o excesso de sujeitos que disputam uma mesma tarefa. Enquanto que os próprios trabalhadores que executam a atividade possuem pouca informação sobre quem os contrata e até mesmo qual a finalidade da tarefa e onde ela será utilizada (GRAHAM; ANWAR, 2019). Vemos então, nessa modalidade de trabalho, o reforço da alienação do trabalho, na qual a atividade está completamente afastada do controle do indivíduo, tanto no produto final, como no próprio processo; o trabalho não é mais a objetivação determinada pelo conhecimento a respeito dos determinantes e objetivos finais da tarefa, mas sim o completo distanciamento entre trabalhador e trabalho.

Pela escala global assumida pelo mercado de trabalho os trabalhadores se encontram em uma atividade profundamente marcada pela instabilidade e perda de direitos. Dinâmicas históricas construídas na contradição entre capital e trabalho, como a organização independente dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida e trabalho é definitivamente minada pela amplitude e fragmentação com que as contratações acontecem. Os trabalhadores digitais online não mais sabem exatamente o que fazem e nem quem são seus patrões. Os trabalhadores digitais online não mais possuem estruturas definidas para que possam se organizar e reivindicar seus direitos e apresentam inúmeras dificuldades para construção de novas instâncias, visto a alta carga de trabalho necessária para obtenção de alguma remuneração que reproduza a força de trabalho e com isso maiores limites na capacidade de articulação trabalhista; e ainda estão determinados por um intenso processo concorrencial e não colaborativo entre si. Os trabalhadores digitais online não mais possuem legislações e regulações que reflitam e controlem o processo e condições de trabalho, visto que o fato das atividades serem ofertadas online, na relação entre patrões e trabalhadores que

não estão sob uma mesma legislação, dificulta a possibilidade de regulação (GRAHAM; ANWAR, 2019).

Outro tipo de trabalho digital, para além do *crowdwork*, são aqueles nos quais, por meio da mediação da plataforma, os serviços são prestados localmente, como por exemplo os trabalhos plataformizados de limpeza, transporte etc. (HOWSON et. al., 2022). As dinâmicas, no entanto, são bastante próximas da modalidade citada anteriormente, visto que mesmo em plataformas de trabalho local, que conectam o trabalhador com o demandante da tarefa diretamente no local, a construção das plataformas e decisões a seu respeito – forma de trabalho e contrato, remuneração – são tomadas em escala global e suas sedes geralmente localizadas no Norte Global. Essa operação globalizada com expressões localizadas vem em conjunto com o “desencaixe” normativo, em que não há regulação trabalhista, tributária etc. O controle direto sobre o processo de trabalho é controlado globalmente, de maneira dita “anônima” e controlado nos mínimos processos – ditando onde, de que forma e quando deve trabalhar. As plataformas desenvolvem também formas de controle indireto e gamificação através das bonificações e penalidades com seus critérios definidores escamoteados (HOWSON et. al., 2022).

Vimos, no decorrer desta subseção, que o trabalho é atividade fundamental para a humanização, residindo como ponto de partida para desenvolvimento da consciência, da linguagem, da socialização. No entanto, no transcurso da história humana, baseados no modo como a produção dos meios necessários para a manutenção da vida ocorreu, o trabalho se transforma, passando a ser também fonte de alienação do sujeito em relação ao processo de trabalho, os produtos finais, ao gênero humano e dos seres humanos entre si. Esse movimento é mediado pela forma como o processo produtivo é organizado, havendo mudanças no decorrer da história recente em relação ao sistema de trabalho hegemônico, mas ainda com um caráter definidor: a contradição entre capital e trabalho, na qual o primeiro precisa do segundo para sua existência, ainda que se construa pela degradação e precarização daqueles sujeitos que trabalham.

Contemporaneamente os movimentos do capital, com a aplicação de novas tecnologias no processo produtivo acentuam a contradição principal entre capital e trabalho, marcando uma nova fase da degradação do labor. Ideologicamente observado pelo viés do determinismo tecnológico, as mudanças que são tomadas como meramente técnicas e visando

o aumento da produtividade e bem estar da sociedade são contraditadas pela realidade vivida: precarização das condições de trabalho; maior concentração e monopolização da riqueza e meios de produção; aumento da alienação no trabalho. É esse, portanto, o momento que vivenciamos na sociedade capitalista hoje, o qual da base para analisarmos a realidade e intervirmos nela.

2.3 – CONCEITO DE TECNOLOGIA

No cotidiano, ao tratarmos sobre tecnologia, muitas vezes o conceito se liga diretamente aos aparatos tecnológicos que crescem constantemente em nosso entorno. A tecnologia é vista, dessa forma, com os computadores, celulares, eletrodomésticos, com a mecanização e automação produtiva, com os aparatos que intermedeiam processos diagnósticos no âmbito da saúde etc. Em grande parte das vezes é atribuída à tecnologia a função principal de transformação social, afirmando que tal ou qual aparato tecnológico alterou processos produtivos, alterou formas de socialização etc.

No entanto, a fim de tratarmos da relação entre tecnologia e sociedade, é necessário ir além da aparência e conceituação cotidiana sobre tecnologia, buscando entender o que ela de fato representa e de que forma os discursos correntes explicam (ou escondem) as relações concretas que estão por trás do fenômeno. Este objetivo que nos propomos nesta subseção, procurando olhar, de forma resumida e sintética, para o conceito de tecnologia e suas expressões nas relações cotidianas, superando visões deterministas e a-históricas que obnubilam a forma como compreendemos a função da tecnologia nas relações humanas.

Lima Filho e Queluz (2005) apontam que a tecnologia, ou aquilo que é entendido como tecnologia, tem sua presença ampliada nas formas de sociabilidade no contexto vivido pela humanidade, estando presente em todas as dimensões da vida social, como no ambiente doméstico, no trabalho, no lazer etc. De tal modo, por um lado há uma centralidade real ocupada pela tecnologia, ao mesmo tempo que é construída sob um conjunto de concepções, tanto do senso comum como de conhecimentos sistematizados, em que é produzido um fetiche de representações sobre o avanço tecnológico.

Retomando um pouco da história recente da humanidade, Smith e Marx (1994) observam que a cultura ocidental é recheada de histórias, mini-fábulas, que dão grande peso na tecnologia como agente de importantes mudanças sociais. Por exemplo, a colonização da

América e Ásia por parte da Europa ocidental sendo justificada, sob alguns aspectos, pela criação dos artefatos de navegação, como a bússola. Ou ainda, que o processo de Reforma Protestante teve como determinação primeira a criação da imprensa, que permitiu a massificação dos escritos bíblicos.

Tomadas em conjunto, tais narrativas históricas, atribuem peso central e inescapável às tecnologias e artefatos, tomados como agentes autônomos e entidades independentes do processo social. Um complexo processo histórico é tomado pela unicausalidade tecnológica. Este determinismo tecnológico, que como argumentado por Smith e Marx (1994) pode ser visto em um espectro que vai desde visões mais fechadas e duras até visões mais leves e com algum grau de relatividade, no geral toma o desenvolvimento tecnológico nele mesmo, atribuindo poder à tecnologia ou algum de seus atributos intrínsecos. O avanço tecnológico, nesse sentido, se torna uma necessidade inescapável, retirando das mãos dos próprios seres humanos a capacidade de fazerem história e transformarem as formas de sociabilidade.

Gama (1990) ao se debruçar sobre a tecnologia, aponta que há distintas formas de compreensão do conceito no decorrer da história humana e que podem aparecer em conjunto ou separadas, mas ainda com forte influência nos debates contemporâneos. Uma primeira origem, aparentemente de caráter semântico, se dá com o uso do conceito traduzido de *technology*, em sua acepção inglesa, o qual engloba um vasto conjunto de significados, podendo referenciar desde o que entendemos por técnica ou conjunto de técnicas, até os instrumentos, ferramentas e objetos tecnicamente produzidos e o “*know-how*”, o saber-fazer, ligado com a produção industrial. Soma-se a tais significados o uso mais recente relacionado com mecanismos de mercado na qual *technology* designa também inventos, patentes, propriedade industrial, cabendo nesse caso falar em transferência e venda de tecnologia (GAMA, 1990).

A segunda origem do termo tecnologia, de acordo com Gama (1990), está relacionada com o estabelecimento hierárquico entre teoria e prática, na qual a primeira, tratada como ciência, ocupa posição superior à segunda, tida como técnica e ligada com o trabalho prático direto. Nesse caso a tecnologia entra como recurso simplificador da contradição, mas mantendo a relação hierárquica, em que o termo se torna sinônimo de ciência aplicada.

Mantendo a concepção de tecnologia enquanto ciência, Gama (1986; 1990) defende que o conceito significa a ciência do trabalho produtivo, representando uma sistematização

racional e científica dos conhecimentos oriundos da prática produtiva. Vinculada com o desenvolvimento do capitalismo e transição de um sistema de produção artesanal baseado nas corporações de ofício para o sistema manufatureiro, onde o trabalho coletivo é estabelecido pela reunião dos trabalhadores em grandes oficinas. O surgimento da concepção de tecnologia como ciência do trabalho produtivo se relaciona, portanto, com a entrada do capital na produção e com o enfraquecimento das corporações de ofício, em que alteram-se as formas de transmissão do conhecimento, saindo do sistema de aprendizagem do trabalho e passando a ser função das escolas profissionais – com surgimento na França, onde a tecnologia se torna disciplina escolar (GAMA, 1990).

Tomando a tecnologia como ciência do trabalho produtivo e baseando-se na análise marxiana sobre o processo de trabalho – o qual é composto pela atividade de trabalho em si, pelos objetos de trabalho e pelos instrumentos de trabalho – Gama (1986; 1990) propõe um modelo tetraédrico para se analisar o âmbito e escopo a que se refere o conceito de tecnologia. Em tal modelo estão agrupados os elementos constitutivos do processo de trabalho, como definido por Marx (2013), sendo:

tecnologia do trabalho, implicando as questões de energia dispendida no trabalho, de habilitação técnica e de formação profissional, de adequação dos recursos mecânicos ao trabalho e ao trabalhador (ergonomia), de segurança e de higiene no trabalho, de remuneração, de formação profissional, etc; *tecnologia do objeto de trabalho*, envolvendo basicamente o estudo dos materiais a serem transformados. São materiais naturais como as madeiras, as rochas em geral, as fibras vegetais e animais, pouco beneficiadas e os modernos materiais sintéticos, que criam hoje uma “segunda natureza”; *tecnologia dos meios de trabalho*, que estuda os meios já mencionados acima; *tecnologia básica ou praxiologia*, onde se estudam os meios colocados genericamente a serviço dos outros ramos da tecnologia como, por exemplo, os sistemas de medidas, as normas técnicas, as questões de eficiência e de custos, a cibernética, a informática etc. (GAMA, 1990, p. 44, grifos no original)

É, portanto, através desse modelo tetraédrico que Ruy Gama compreende que devam percorrer as análises e avaliação sobre a tecnologia, tanto no que se refere sobre o desenvolvimento tecnológico em sentido amplo, como questões como o atraso tecnológico e incorporações de tecnologia. Nesse sentido, em artigo de 1990, o autor propõe um caminho bastante interessante para se pensar o desenvolvimento do trabalho e tecnologia no Brasil a partir do modelo posto, observando, no transcorrer da história do país, como esses quatro âmbitos da tecnologia foram se desenvolvendo (GAMA, 1990).

Álvaro Vieira Pinto (2005), ao se debruçar sobre o conceito de tecnologia, realiza uma diferenciação importante entre técnica e tecnologia, diferenciação que orienta suas análises e dá fundamento para uma crítica de posições estreitas e moralizantes sobre a tecnologia e a sociedade atual. Partindo da concepção marxista sobre o desenvolvimento humano, o autor traz ao centro do debate a máxima de que os seres humanos não se desenvolvem ao acaso ou naturalmente, mas sim produzem sua própria existência. Através do trabalho, enquanto atividade fundamental realizada pela alteração da natureza de acordo com as necessidades sociais da humanidade, conforme argumentamos na subseção anterior, o ser humano constrói a própria existência na medida em que altera a realidade e a si mesmo. Com isso, a técnica passa a ser compreendida por Vieira Pinto (2005) como o próprio modo de ação do ser humano sobre o mundo,

Foi o homem que, ao se desenvolver, ao se tornar capaz de conceber o mundo numa infinidade de ideias particulares, nas quais se manifesta o grau que atingiu seu desenvolvimento intelectual, decorrente do aperfeiçoamento dos órgãos perceptivos e cerebrais, desenvolveu como consequência a técnica, simples modo de ação sobre o mundo e continuação direta, agora consciente, volitiva, intencional, do que a natureza fazia em favor das espécies inferiores para alcançar o mesmo fim, garantir a subsistência do ser vivo. (p. 159)

Não é a técnica que domina o ser humano e é o motor da história, como alguns debates contemporâneos ao autor tendiam a localizar, mas sim é o ser humano que se serve da técnica, tornando-a um ato próprio seu, que se expressa em um instrumento ou procedimento. A técnica, para Vieira Pinto (2005) é um aspecto do processo social, que serve aos indivíduos como forma de resolução das contradições que enfrenta na objetividade do real, no processo de alteração da natureza. De modo que o fenômeno técnico envolve dois processos principais: o primeiro diz sobre a natureza em si mesma, suas propriedades, barreiras e limites que se interpõe à ação dos sujeitos; o outro é a própria razão e consciência humana, desenvolvida pelo trabalho, que se torna elemento essencial para se organizar a atuação na realidade, de forma que há uma penetração mais completa da razão nos fenômenos naturais.

Tais ideias nos possibilitam compreender a técnica como fenômeno essencialmente humano, na medida em que diz respeito ao processo de ação consciente na realidade a fim de alterá-la de acordo com as necessidades sociais postas. Portanto, diz sobre o processo produtivo desenvolvido na história da humanidade, de modo que a técnica está presente em todas as épocas da história humana, sendo uma falácia atribuir apenas às civilizações atuais o

caráter de “civilização tecnológica”, como muito bem aponta Vieira Pinto (2005). Cada época apresenta a técnica que lhe é permissível ter, permeada pelas contradições que determinam cada momento histórico. “Por isso a qualificação moral da técnica pertence de fato a quem a técnica pertence” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 168), isto é, o ser humano, que a desenvolve e executa de acordo com as formas sociais de vida e produção.

Visto o caráter essencialmente humano do fenômeno técnico, Vieira Pinto (2005) dá sequência para o debate a respeito do conceito de tecnologia, observando que esse vem sendo definido a partir de quatro significados principais: 1) tecnologia como logos da técnica, ou seja, teoria, ciência que realiza a discussão da técnica, posição vista como primordial pelo autor; 2) tecnologia e técnica tratados como equivalentes, tratando-se de termos intercambiáveis; 3) ligado à concepção anterior, o terceiro significado entende tecnologia como o conjunto de todas as técnicas que uma determinada sociedade dispõe, dando um sentido genérico e global ao conceito; 4) por último, atribuição que o autor se detém mais fortemente, é o uso de tecnologia como a ideologização da técnica.

Olhemos, agora, resumidamente para essas quatro definições. Em relação à primeira acepção do termo nos utilizamos das palavras do autor, que melhor resumem:

Se a técnica configura um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializando em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural, compreende-se tenha obrigatoriamente de haver a ciência que o abrange e explora, dando em resultado um conjunto de formulações teóricas, recheadas de complexo e rico conteúdo epistemológico. Tal ciência deve ser chamada “tecnologia”. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 221)

Tal ciência passa a incorporar alguns tópicos, como: a classificação das técnicas; a rentabilidade técnica; a história das técnicas; a função social da técnica e seus direcionamentos etc. De modo que constitui, para o filósofo brasileiro, uma valiosa contribuição, ao subtrair da teoria da técnica a causalidade das opiniões pessoais e limitadas que podem circular (VIEIRA PINTO, 2005).

A segunda conceituação de tecnologia, equivalente à técnica, é a mais frequente e usual e possui forte correlação com a ideologização da técnica, visto que “setores ligados aos ramos meramente econômicos têm interesse em conservar a imprecisão conceitual, pois caso o conceito seja mantido sem uma substância definida, ele pode ser utilizado para considerações ‘ocas’ e ‘banais’” (SILVA, 2013, p. 846).

Lima Filho e Queluz (2005), ao debaterem sobre uma das principais matrizes conceituais de tecnologia, a matriz instrumental, entendem que essa compreende “a tecnologia como técnica, isto é, como aplicação prática de saberes e conhecimentos” (p. 24). Em seu interior está presente uma hierarquização entre saber e prática, na qual a teoria subjuga a prática. Tais concepções correm o risco de realizarem um reducionismo de dupla face: um primeiro reducionismo está na redução da tecnologia como mero saber aplicado, na qual reproduz a ruptura entre teoria e prática, condicionando a teoria a valor superior na sua relação com a prática concreta, subsumindo os conhecimentos e saberes advindos da prática cotidiana à posição secundária; o segundo reducionismo é percebido na submissão da sociabilidade à dimensão tecnológica, tratando do afastamento entre esses dois fenômenos, no qual a tecnologia teria o papel de determinar “de fora” a realidade social, representando o determinismo tecnológico (LIMA FILHO; QUELUZ, 2005).

A concepção que trata a tecnologia como conjunto de todas as técnicas de determinada época histórica apresenta uma faceta política importante, na medida em que atribui apenas às economias centrais a capacidade de produção e surgimento de novas técnicas, relegando aos países subdesenvolvidos um papel de espectador e não produtor técnico. A tecnologia das áreas desenvolvidas se torna, portanto, o único referencial, único modelo tecnológico possível, cabendo com que as demais regiões, tratadas como “não tecnológicas”, importem as técnicas de países centrais (VIEIRA PINTO, 2005).

A técnica passa a ser tratada, portanto, como fundamento apenas das sociedades econômico e politicamente dominantes, escamoteando a base humana do fenômeno técnico e as contradições de classe que compõem o real.

A arte e os produtos de artesanato que os povos pobres elaboram não exigem menos tirocínio tecnológico, menos capacidade de pensamento racional do que as portentosas invenções científicas da ciência moderna e suas aplicações industriais. A diferença consiste em serem feitos em outra base, exígia de conhecimentos materiais, conforme era de se esperar, pois o saber científico e a posse das máquinas fabris por definição foram negados aos povos dependentes, ou lhes são concedidos em doses racionadas, devidamente empacotados num envoltório ideológico, ocultador da própria situação na qual vivem, ao mesmo tempo não os deixando escapar ao controle de um desenvolvimento autorizado. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 268).

O movimento de localização da técnica e tecnologia apenas em alguns países ou espaços, tomando esses como verdadeiramente tecnológicos, constrói também a quarta e

central atribuição do conceito de tecnologia para Vieira Pinto (2005), que representa a ideologização da tecnologia. Através da retirada da base material que sustenta o fenômeno técnico – o ser humano – a tecnologia passa a ser tratada nela mesma, perdendo sua referência concreta, de modo a ser utilizada de acordo com os interesses políticos e econômicos das classes dominantes.

Está presente, da mesma forma, na ideologização da tecnologia a teologização tecnológica, na qual o instrumento técnico ao invés de ser tomado no seu sentido de mediação da ação humana na realidade passa a ser afastado da objetividade, tomado muitas vezes como instrumento de adoração, de devoção – “Esquece que a máquina não passa de obra sua, produto de suas finalidades interiores, realizando mediante as ideias que adquiriu, e acredita ao contrário dever deixar-se possuir pela tecnologia, porque só assim poderá adquirir um nome e uma essência humana, a de ‘técnico’” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 291)¹².

A ideologização da tecnologia auxilia no processo de dominação econômico-política na medida em que é tomada como referência moral positiva e fruto unicamente dos países dominantes. O desenvolvimento tecnológico passa a ser tomado por uma percepção eufórica e uma crença de que é apenas a tecnologia a responsável por construir uma vida próspera e feliz a todos. No entanto, essa mesma tecnologia é localizada apenas nos países centrais – as verdadeiras civilizações tecnológicas – que servem como o parâmetro e transferidas para o restante da sociedade. Nesse sentido, a técnica desenvolvida nos países dominantes, servindo como demiurgo do desenvolvimento social, deve ser tomada como elemento de adoração e reprodução em todos os rincões do mundo, pois é a única forma de desenvolvimento possível.

Em síntese,

pode-se dizer que as ideologizações da tecnologia têm como uma de suas principais consequências incapacitar para a compreensão da técnica. Não permite visualizar a técnica como o nome dado à mediação exercida pelas ações humanas na consecução das finalidades que o ser humano concebe para lutar contra as resistências da natureza. Nas ideologizações da tecnologia, não se consegue compreendê-la como a capacidade de o ser humano fazer-se a si mesmo, por meio da conquista e domesticação das forças que lhe são antagonistas e que o manteriam na condição de animal comum. (SILVA, 2013, p. 852)

12 Lima Filho (2010) aponta que a ideologização da tecnologia é composta tanto pela sacralização (visto no trecho acima) como pela demonização tecnológica, agrupando tecnofílicos e tecnofóbicos em um mesmo movimento que separa a produção tecnológica de sua base material. Nas palavras do autor, “é justamente neste processo de ideologização que se apoia o pragmatismo, que opera uma espécie de sacralização ou demonização da tecnologia. Essa operação retira a tecnologia do contexto social e cultural em que é produzida e apropriada, constituindo-se assim a base fundante do determinismo tecnológico” (LIMA FILHO, 2010, p. 91).

Baseando-se nos estudos de Andrew Feenberg, Novaes e Dagnino (2004) apontam que, para o autor referido, algumas das perspectivas traçadas nos debates em relação à tecnologia caminham em uma posição determinista e mecanicista, compreendendo o desenvolvimento tecnológico afastado das relações sociais que o produziram, de forma a construir uma visão fetichizada. Nas visões deterministas, a tecnologia caminha de forma unidirecional em conjunto com o progresso civilizacional, na qual “O progresso técnico é entendido como fosse um bonde em cima de trilhos previamente colocados por alguém, que segue um caminho próprio, onde todas as nações deveriam embarcar; umas antes (as avançadas) outras depois (as retardatárias).” (NOVAES; DAGNINO, 2004, p. 192).

De acordo com Lima Filho e Queluz (2005) as concepções deterministas tecnológicas, retiram a tecnologia de sua concretude real, composta pela relação entre os seres humanos e a natureza, para ser tomada como fenômeno social independente e autônomo. À tecnologia é atribuído agência unívoca no desenvolvimento social, escamoteando a ação humana e dando aos aparatos tecnológicos a força determinante, tal como apontou Vieira Pinto (2005). Tais posições são vivenciadas em distintos aspectos da vida social, seja nas representações sobre o desenvolvimento produtivo e organização do trabalho, tomando as máquinas como “utopia burguesa da completa automação dos processos produtivos e reificação total do trabalhador” (LIMA FILHO; QUELUZ, 2005, p. 21), seja no campo das políticas públicas e demais instâncias da vida humana, como na educação e saúde. A tecnologia é, portanto, retirada de seu contexto social de produção, tomada como entidade independente, fato que, como consequência, afasta os próprios cidadãos das decisões e avaliações em relação à aplicação tecnológica, permanecendo apenas como mero consumidores.

A visão instrumental e determinista de tecnologia, como criticada por Andrew Feenberg, concebe o objeto tecnológico por sua neutralidade, com a diferença advinda pelo emprego que dele se faz. De forma contrária, é necessário conceber a tecnologia através de sua relação concreta com as relações sociais que a produziram, compreendendo que ela não é neutra, pois incorpora os valores e necessidades da sociedade industrial capitalista. O desenvolvimento tecnológico é determinado pelos interesses e ideais da classe dominante, na medida em que é esta fração da sociedade que está em posição de destaque na correlação de forças sociais para exprimir, por meio da técnica e tecnologia, suas necessidades (NOVAES; DAGNINO, 2004).

Entendendo a tecnologia e os artefatos técnicos como produto social e histórico da humanidade, Lima Filho (2010) argumenta que esses são desenvolvidos a partir das relações sociais inscritas na estrutura e superestrutura da realidade. De tal modo, o desenvolvimento técnico e tecnológico expressa os interesses e necessidades da produção capitalista, estando determinados por este modo de produção, de forma que

as representações que se produzem acerca da tecnologia estão, portanto, mediatizadas pelas relações sociais vigentes que, na dominância das relações capitalistas de produção convertem trabalho, ciência e tecnologia em mercadoria e, dessa forma, são convertidas de sua significação concreta de uso e utilidade social, na forma geral e abstrata de troca que caracteriza a alienação da conversão em mercadoria. Derivam daí as fantasias, ou seja, o fetichismo da tecnologia (LIMA FILHO, 2010, p. 88)

Inegavelmente a tecnologia, ou melhor, os aparatos tecnológicos adentram no seio de todas as relações e fenômenos sociais vividos atualmente, tanto na produção imediata com os processos de automação produtiva e avanço da microeletrônica, como no âmbito doméstico e particular. Através deste papel central que a tecnologia ocupa na sociabilidade humana, determinada pelos interesses e necessidades do modo de produção capitalista, produzem-se um conjunto de representações e ideias a respeito da tecnologia tomando-a como elemento natural, ahistórico e com um desenvolvimento unidirecional rumo ao “progresso”. Ou seja, ao lado do papel real ocupado pela tecnologia na humanidade, constrói-se um conjunto de concepções fetichizadas, que negam o caráter social e histórico do desenvolvimento tecnológico (LIMA FILHO, 2010).

O autor argumenta que tais posições fetichizadas de tecnologia, como característica do modo de produção capitalista, são determinadas pela tentativa de naturalização das relações sociais postas. No desenvolvimento histórico do atual sistema social do capital a ciência e tecnologia passam a ocupar posição central na potencialização das forças produtivas, servindo como força material e intelectual que guia a elevação de produtividade e concentração de riqueza capitalista, ou seja, a apropriação privada dos meios de produção e do produto social tem o seu corolário na apropriação igualmente privada da ciência e da tecnologia. Contudo, esta realidade expressa tão somente a dominância e a correlação de forças dominante em benefício do capital, pois, na realidade ciência e tecnologia são produções de toda a totalidade social, não apenas de uma parte, ou seja, “o desenvolvimento científico e tecnológico resulta do processo de produção e apropriação contínua de

conhecimentos, saberes e práticas pelo ser social no devir histórico da humanidade.” (LIMA FILHO, 2010, p. 89). Nesse sentido, ciência e tecnologia devem ser compreendidas como uma construção social complexa, desenvolvida na relação contraditória de ser determinada e determinante da realidade, não atuando de forma neutra ou autônoma do desenvolvimento social em geral.

Tendo como base as ideias expostas acima, partimos de uma compreensão de tecnologia que procura superar visões deterministas e a-históricas sobre o desenvolvimento tecnológico, que afastam a técnica e tecnologia das condições reais em que foram produzidas. No escamoteamento das contradições que dão origem à técnica e tecnologia estão impressos os interesses das classes dominantes na manutenção da atual ordem social capitalista, dando ares inespecíficos ou fragmentados às escolhas técnicas feitas, que na essência tem como base o aumento da exploração do trabalho e concentração de riqueza.

Nesse sentido, olhamos para a técnica e tecnologia enquanto fenômenos fundamentalmente humanos (VIEIRA PINTO, 2005), que dizem respeito à ação do ser humano na realidade afim de transformá-la de acordo com as necessidades e interesses socialmente desenvolvidos. Processo que é permeado pelas contradições e disputas nas correlações de forças sociais, na qual o passado, presente e futuro do desenvolvimento tecnológico está imerso.

2.4 – JUVENTUDE, TRABALHO E TECNOLOGIA – APROXIMAÇÕES PRELIMINARES

Tendo passado pelo aprofundamento teórico a respeito das categorias de juventude, de trabalho e de tecnologia, nosso objetivo nessa subseção é traçar algumas breves considerações a respeito das três categorias em conjunto, amarrando algumas relações que nos parecem importantes para dar sequência à análise documental das proposições da OIT.

Partimos da compreensão, exposta na subseção 2.1, que a juventude é um período de vida bastante significativo no ponto de vista do desenvolvimento humano, assim como um setor social protagonista em diversas situações qualificadas como problemas sociais (PAIS, 1990) – delinquência, contracultura, engajamento político etc¹³. Diversos elementos foram

¹³ Notamos que tais situações não devem ser compreendidas como problemas, como negatividades que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, pelo contrário, são expressões das próprias contradições capitalistas que agem na particularidade de um período da vida humana.

utilizados ao longo da história para definir e caracterizar as dinâmicas próprias da juventude, como geração, aspectos biológicos de maturação física e sexual, escolarização, subculturas juvenis entre outros. No entanto, analisamos a importância de localizar nas classes sociais a dinâmica fundamental que determina a vivência do período juvenil. A partir da posição ocupada em relação à propriedade privada dos meios de produção da vida social que se desenvolvem as potencialidades ou entraves que agem sobre o desenvolvimento humano. Olhando para o jovem, é a partir da sua condição de classe que se estrutura qual a qualidade do processo educacional que terá acesso, qual a possibilidade de se manter afastado ou não da venda direta da força de trabalho, qual tipo de sociabilidade e expressão comportamental será aceita pelo restante da sociedade.

Não descartamos, contudo, conforme exposto anteriormente, que o aspecto geracional e etário sejam traços presentes na formação do que entendemos por juventude, tendo em vista que pessoas de uma mesma idade compartilham uma mesma conjuntura social e econômica, ainda que em classes sociais distintas. Marcada por uma institucionalização e cronologização da vida, a sociedade capitalista conforma espaços e momentos específicos que agrupam sujeitos de uma mesma idade, como por exemplo o processo educacional, a entrada no mercado de trabalho, o acesso a determinadas políticas sociais, a possibilidade de aposentadoria etc. Vemos, então, que a ideia de geração compõe parte das determinações da juventude, ainda que a condição de classe determine a própria vivência geracional.

Analisando os distintos momentos e teorias que analisaram a condição juvenil, destacamos três principais aspectos que mediam a relação entre juventude e sociedade. Um primeiro aspecto diz respeito à extensão e massificação do período escolar no capitalismo, agrupando sujeitos de uma idade em um espaço social em comum. Tal marca está presente em diversos momentos da teoria social que se debruça sobre adolescência e juventude. A segunda marca é relacionada com o trabalho, mais especificamente a entrada na venda direta da força de trabalho, que caracteriza parte significativa do período de vida jovem, ainda que as determinações de classe influenciem o momento e qualidade dessa venda.

Por último, ressaltamos a construção de espaços de socialização enquanto grupo específico, marca também presente em diversas teorias e que representa um momento bastante potencial do desenvolvimento humano, contribuindo para a definição da juventude enquanto período de vida distinto. Tal grupalização tem um papel tanto do ponto de vista do desenvolvimento psíquico, abordado por Abrantes e Bulhões (2016) e Pandita-Pereira (2019),

como na conformação de um grupo social específico, visto nos diferentes períodos da sociologia da juventude (GROPPO, 2017). É através da formação de grupos específicos, determinados por situações sociais compartilhadas, que se expressa também a diversidade nas formas de vivência do que é ser jovem na sociedade atual (ABRAMO, 2005).

Olhando agora para os dados a respeito da situação da juventude no mundo, e particularmente no Brasil, como trabalhados na introdução desta dissertação e melhor aprofundados no capítulo seguinte, eles demonstram uma situação de intensa precariedade e instabilidade da vida juvenil. Segundo a OIT (2020), a população jovem (15 à 29 anos) no mundo até a data de publicação representava 1,3 bilhões de pessoas. Desse total, apenas 430 milhões estavam empregados, sendo que cerca de 70% em empregos informais. É significativo o alto número de jovens considerados nem-nem, agrupando uma parcela de 267 milhões de pessoas globalmente. A OIT (2020) ressalta também o alto índice de pobreza na juventude, atingindo por volta de 30% do total do grupo.

Se globalmente a situação da juventude é inquietante, o contexto brasileiro não foge à regra. De acordo com o IBGE (2021), jovens entre 14 e 24 anos somam 20% da população em idade para trabalhar, ao mesmo tempo que essa mesma coorte totaliza 35,1% dos indivíduos desocupados. A juventude é a parcela etária mais atingida pelo desemprego. Em conjunto na dinâmica trabalhista, os trabalhadores jovens recebem os menores salários em relação à fase adulta.

No que se refere à educação, internacionalmente, de acordo com a OIT (2020), dos 1,3 bilhões de jovens no mundo, cerca de 500 milhões estão na educação formal. No contexto brasileiro Bernardim e Silva (2017) apontam o processo de aumento das matrículas de adolescentes e jovens no ensino médio, última fase da educação básica obrigatória, dos anos de 1990 até os dias atuais. No entanto, há contradições importantes no que diz respeito à qualidade educacional ofertada e ainda às condições ofertadas para permanência escolar.

Nos anos recentes no contexto brasileiro temos visto a implementação de uma reforma curricular e organizacional do Ensino Médio, que na defesa de uma lógica empresarial da educação (FREITAS, 2018) esvazia os conteúdos pela retirada de disciplinas da grade obrigatória e fragmenta a oferta educacional em 5 áreas do conhecimento sem a garantia de que os estudantes possam realmente optar pela área que se interessarem pois não necessariamente as escolas disponibilizarão as cinco áreas. Em conjunto de tais mudanças está também o vínculo estreito entre escola e empresa, com a forte participação empresarial na

organização da proposta de reforma, e também no próprio currículo, com a relação estreita entre as demandas do mercado e a oferta curricular.

Olhando para o desenvolvimento humano partimos da ideia de situação social de desenvolvimento elaborada pela psicologia histórico-cultural, na qual devemos compreender o processo de humanização a partir de “uma combinação especial entre os processos internos de desenvolvimento já gestadas pelos sujeitos em seu desenvolvimento anterior e as demandas sociais típicas feitas a eles em cada período da vida” (PANDITA-PEREIRA, 2019). Ou seja, o desenvolvimento ocorre a partir daquilo que o sujeito já internalizou e transformou em capacidade psíquica e aquilo que o sujeito é demandado e realiza pelas mediações fornecidas pelas relações sociais.

Como vimos com os dados expostos acima, a sociedade capitalista exige dos jovens a entrada na venda direta da força de trabalho. Realiza tal exigência a partir da organização curricular, que muitas vezes vincula educação e trabalho e também pela não oferta de meios de subsistência que não estejam ligados com um emprego e obtenção de um salário, ou seja, não fornecem políticas públicas que possibilitem a existência juvenil afastada do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo que o capitalismo exige a entrada no mercado de trabalho, organiza sua produção de modo que os empregos disponíveis para os jovens sejam em grande medida obtidos sob condições precárias e instáveis, favorecendo com que os jovens vivam a instabilidade com menores salários, longas jornadas, pouca segurança e proteção trabalhista etc. Em conjunto com essas condições, os jovens são instados a conciliarem o trabalho com o estudo, visto a necessidade da venda da força de trabalho para manutenção de si e da família e o reforço a uma lógica da educação como redentora da superação da desigualdade social (FRIGOTTO, 1993), ainda que o acesso educacional se dê sob moldes precários e esvaziados de conteúdos científicos.

De tal modo, observando a dinâmica de trabalho na sociedade capitalista atual e as características educacionais preconizadas nas políticas educacionais vigentes na particularidade brasileira, compreendemos que o capitalismo demanda dos jovens a entrada no mercado de trabalho sob condições precárias, alienantes e degradantes. Ou seja, a sociedade exige a venda da força de trabalho, mas sem fornecer as condições para que isso potencialize o desenvolvimento humano. Do contrário, notamos pela análise realizada anteriormente, que tais condições de trabalho e vida caminham na degradação do

desenvolvimento, pela reforço a uma lógica individualizante e alienadora dos processos sociais.

Na dinâmica do trabalho no capitalismo hoje em dia, com o advento das novas TICs e sua aplicação na produção, percebemos que esses novos aparatos tecnológicos têm surgido como elemento redentor dos problemas como desemprego e falta de oportunidade no mercado do trabalho – tais pontos serão melhor trabalhados no capítulo seguinte. Momento em que os jovens, pelo fato de se utilizarem dos novos artefatos tecnológicos desde tenra idade, são instados a “desbravarem” esse novo campo que se abre no campo do trabalho, com o trabalho digital.

Como visto anteriormente, a forma de compreensão da tecnologia acima expressa uma visão determinista e fetichista tecnológica, na medida em que tomam os artefatos tecnológicos determinados em si mesmo. A tecnologia se torna fiadora do desenvolvimento social; ou melhor, o desenvolvimento social acontece única e exclusivamente pelo desenvolvimento tecnológico em abstrato. As novas TICs, nesse sentido, surgem como forças abstratas que regem e organizam nossas vidas, sem ao menos sabermos como surgiram e a quais interesses respondem. Por exemplo o uso das redes sociais para comunicações interpessoais, o uso de aplicativos e plataformas digitais para compra e venda de produtos e serviços, se tornam tão centrais e naturalizadas que parecem ganhar força própria. Isso tudo reforçado pela visão burguesa de mundo, que de fato não procura demonstrar a história e objetivos dos processos sociais que hoje organizam a produção social da vida, tendo em vista que servem como elementos de manutenção da ordem social capitalista.

Os jovens, portanto, são chamados a lidar com as novas TICs como se fossem elementos naturais e a-históricos. Entendemos que, assim como Leontiev (2004) aponta no debate sobre trabalho e uso de instrumentos, os aparatos tecnológicos compõem o corpo inorgânico do ser humano, ou seja, fazem parte da forma desenvolvida pelo gênero humano para resolver as necessidades que se depara na realidade. No entanto, se relacionar com tais aparatos envolve a compreensão de suas determinações, sua história, processo de desenvolvimento, e em especial os interesses a que respondem – tendo em vista o papel importante que as novas TICs têm no reforço de uma lógica burguesa de exploração e alienação do trabalho e das relações sociais. Processo contrário ao que aparentemente acontece na prática, com uma educação cada vez mais esvaziada de conteúdos científicos e

críticos, uma inserção aligeirada e precária no mercado de trabalho, com a organização das relações humanas sob moldes alienantes e individualizantes.

Esses são alguns dos pontos que relacionam juventude, trabalho e tecnologia. Os expusemos afim de destacar dinâmicas presentes na vida social, sem contudo esgotar o debate. Na sequência desta dissertação buscamos aprofundar tal análise a partir dos conceitos e proposições realizadas pela OIT para a juventude.

3. O QUE A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO TEM A FALAR SOBRE JUVENTUDE, TRABALHO E TECNOLOGIA

Antes de iniciarmos a apresentação e discussão dos documentos analisados nesta dissertação, julgamos necessário tecer breves considerações a respeito da história da Organização Internacional do Trabalho, a fim de trazer à análise determinantes mais gerais que acabam por se expressar de modo indireto nos textos e documentos.

Como trabalhado na seção de introdução, entendemos que o sistema capitalista se expressa e se organiza em distintos espaços da vida social, conformando tanto um modo de produção das riquezas, como, mais além, um modo de organização e direcionamento de determinada sociabilidade. Essa expressão é vista tanto no nível mais elementar da produção econômica, que serve como estrutura da vida social, como nos seus desdobramentos superestruturais nas formas de organização do Estado, na estrutura jurídica e de controle, na ideologia – conjunto de ideias que servem como ponto de explicação e naturalização das relações hoje estabelecidas, que, como Marx e Engels (2007) afirmam, são elaboradas a partir dos interesses e necessidades da classe dominante.

Nesse sentido, as organizações internacionais fazem parte da forma de organização do sistema social do capital, expressando as necessidades e direcionamentos da classe dominante – burguesa – mas incorporando as contradições entre as classes, que movimentam a realidade.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919 no quadro do Tratado de Versalhes em contexto do pós-primeira guerra mundial. Como aponta Leitão (2016), um de seus determinantes centrais está na primazia que toma a chamada “questão social”, em especial os elementos ligados às contradições emergidas do processo da primeira e segunda revolução industrial. Junto disso estão as iniciativas que vinham sendo tomadas à época em relação à articulações internacionais e a maior organização do movimento operário e sindical.

Surge então, nesse contexto, a necessidade de responder de forma mais assertiva e articulada aos problemas do trabalho, tendo em vista a pressão que o processo revolucionário russo e o movimento revolucionário europeu exercia. Assim como a necessidade de articulação burguesa em relação às formas de organização do trabalho e as medidas legais que deveriam ser adotadas, visto que as diferenças regulatórias nacionais poderiam servir como entraves à livre concorrência propalada pelo liberalismo (LEITÃO, 2016).

A OIT surge tendo “como missão servir de plataforma permanente duma cooperação entre os seus membros, relativa ao estudo, análise e comparações das diversas legislações e regulamentações sobre o trabalho assalariado.” (LEITÃO, 2016, p. 106). É composta por uma comissão tripartite, ou seja, com presença de representantes dos diferentes Estados que a constroem, patrões e trabalhadores, com objetivo de garantir diálogo e construção de consensos.

Alguns princípios e orientações gerais norteiam as avaliações da OIT, como: combate à pobreza; manutenção de um salário mínimo; liberdade de expressão e associação, com direito à greve garantido; pleno emprego e elevação do nível de vida; dentre outros. Por outro lado, Leitão (2016) aponta que

as relações de força que as sociedades desenvolvidas e em vias de desenvolvimento têm conhecido, no âmbito de políticas de ajuste e de austeridade, exprimem-se também neste fórum internacional. E as forças neoliberais, representadas sobretudo pelo grupo patronal, tentam desvalorizar a necessidade e a importância das normas internacionais sobre o trabalho. (p. 110)

Nesse sentido, vemos que as avaliações e diretrizes da OIT precisam ser entendidas dentro das contradições que constituem o organismo, expressando os embates entre as duas classes fundamentais – burguesia e trabalhadores – ao mesmo tempo que a aplicação das diretrizes, por mais progressistas que sejam, não significam a expressão plena dos interesses dos trabalhadores, muito menos que serão efetivamente construídas nas realidades nacionais e específicas.

A partir desse histórico breve da OIT, vemos que, como argumentado anteriormente, ela cumpre um papel fundamental na dinâmica de organização do capitalismo – seja através da formulação de teorias, estudos, pesquisas, seja na organização e fiscalização direta dos países em relação à aplicação das proposições e orientações de políticas estabelecidas. Nesse sentido, analisaremos as publicações que compõem o objeto desta dissertação com a compreensão de serem instrumentos que expressam contradições da sociedade capitalista, ao mesmo tempo que representam interesses e necessidades da manutenção e continuidade do capital como sistema social dominante.

Neste capítulo buscamos sintetizar mais profundamente os documentos em análise. Tal procedimento será realizado através da explicitação das principais ideias e argumentos

mobilizados pela OIT, de que forma se movimentam no sentido de construção de uma totalidade e como a organização fundamenta as proposições feitas.

Como dito anteriormente, os documentos escolhidos se colocam em uma linha histórica que vai do ano de 2008 até 2020, agrupando um total de 8 documentos, os quais são: “*Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2008*”; “*Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2010 - Edición especial sobre las repercusiones de la crisis económica mundial en los jóvenes*”; “*Global employment trends for youth 2012*”; “*Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2013 – Una generación em peligro*”; “*Global employment trends for youth 2015 – Scaling up investments in decent jobs for youth*”; “*Perspectivas sociales y del empleo en el mundo 2016: Tendencias del empleo juvenil*”; “*Global employment trends for youth 2017 – Paths to a better working future*”; “*Global employment trends for youth 2020 – thecnology and the future of jobs*”.

Partindo das ideias de Evangelista e Shiroma (2019), que afirmam que “A racionalidade presente na documentação não é dada a priori; ao contrário, tal racionalidade é construída como conhecimento que ordena os elementos oferecidos pelas evidências empíricas” (p. 96), optamos por trazer uma síntese e análise dos principais argumentos pelo agrupamento em 3 principais categorias/conceitos que ascenderam durante o estudo e que se relacionam com os objetivos da dissertação; são elas: concepção de juventude; trabalho e juventude; tecnologia e juventude. Na medida em que construímos a síntese dos documentos, buscamos também realizar uma análise das ideias apresentadas, que terá como base as ideias mobilizadas no segundo capítulo deste trabalho.

Tal método de exposição é escolhido por entendermos ser uma melhor forma de apresentar o desenvolvimento histórico das concepções e categorizações realizadas pela OIT, buscando as continuidades, diferenças e saltos analíticos nos documentos em tela. Assim como uma possibilidade de tornar mais fluída a leitura deste trabalho pelos leitores que terão acesso a esta dissertação.

3.1 – CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE: ENTRE O ECONOMICISMO E O RISCO DA INSTABILIDADE

Neste subtópico procuraremos sintetizar as principais concepções sobre juventude, observando as diferenças e continuidades do conceito e de que forma as análises se

desenvolvem nas publicações. Dessa forma será possível traçar algumas ideias gerais sobre como a OIT compreende o que é ser jovem nos relatórios aqui estudados.

Uma primeira definição, presente em praticamente todos os documentos, diz respeito a qual faixa etária a organização se refere quando fala em juventude. A grande maioria das caracterizações que realizam partem da definição de jovens entre 15 e 24 anos, ao mesmo tempo que se baseiam em estudos de outras organizações ou países específicos que agregam como jovens indivíduos entre 15 à 29 anos. Vemos inicialmente essa falta de clareza e definição sobre a juventude em relação à faixa etária.

Em certos momentos a própria organização questiona a viabilidade de utilização de uma definição estreita de idade (15 à 24 anos), tendo em vista que o aspecto principal que constitui o período de vida, conforme os documentos argumentam, é a transição para mundo do trabalho, pois cada vez mais os dados relatados pela organização apresentam os limites de uma “transição completa” (OIT, 2015) para o mercado de trabalho até os 24 anos, podendo se estender em mais alguns anos de vida. Tal proposição é vista, por exemplo, no trecho da publicação de 2010,

Neste relatório, a juventude é definida como o grupo de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. No entanto, ainda existem diferenças na forma como os programas estatísticos nacionais definem e medem a juventude. As definições de “juventude” são baseadas, em parte, no uso final da medição. Se o que se deseja é, por exemplo, medir a faixa etária em que se espera que uma pessoa entre no mercado de trabalho, então a definição estatística de 15 a 24 anos pode não ser mais válida, pois hoje cada vez mais jovens adiar a entrada no mercado de trabalho para bem depois dos 25 anos. Por outro lado, existem vários casos, especialmente no mundo em desenvolvimento, onde a idade típica de entrada no mercado de trabalho pode ser inferior a 15 anos, caso em que a linha entre o trabalho juvenil e o trabalho infantil não é mais clara. (OIT, 2010, p. 1, tradução nossa)¹⁴

Vemos, portanto, que apesar de ainda trazer uma certa estabilidade etária na definição – jovens de 15 à 24 anos – a OIT considera também a extensão dessas idades. Em especial quando utilizam dados que se referem ao processo de transição para o mercado de

14 “En este informe se define como jóvenes al grupo de personas en edades comprendidas entre los 15 y los 24 años de edad. Ahora bien, siguen existiendo diferencias en la forma en que los programas de estadísticas nacionales definen y miden la juventud. Las definiciones de “joven” se basan, en parte, en el uso final de la medición. Si lo que se desea es, por ejemplo, medir la franja etaria en que se prevé que una persona ingrese al mercado de trabajo, entonces la definición estadística de 15 a 24 años de edad puede ya no ser válida, dado que hoy en día más y más jóvenes posponen la entrada al mercado de trabajo hasta mucho después de los 25 años. Por otra parte, se dan varios casos, en especial en el mundo en desarrollo, donde la edad típica de incorporación al mercado de trabajo puede ser inferior a los 15 años, en cuyo caso el límite entre trabajo juvenil y trabajo infantil deja de ser claro.”

trabalho as idades se referem ao período de 15 à 29 anos, como na publicação de 2020: “A discussão a seguir pressupõe que um ‘jovem’ (de 15 a 29 anos) terá concluído a transição (‘transitado’) quando estiver estabelecido em um emprego estável” (OIT, 2020, p. 29, tradução nossa).¹⁵

Como argumentamos no capítulo anterior, compreendemos que a faixa etária não deve ser considerada elemento estanque na definição dos períodos de vida, tendo em vista estarmos imersos em uma sociedade de classes, que necessariamente produz distintas formas de acesso aos instrumentos desenvolvidos pela humanidade, conseqüentemente distintas formas de desenvolvimento. A partir de Abrantes e Bulhões (2016), destacamos que o principal definidor dos períodos de vida decorre da atividade principal que guia o desenvolvimento do sujeito em determinado momento. Por outro lado, a escolha de uma certa idade para analisar os períodos e dinâmicas próprias de desenvolvimento não deve ser ao acaso, usando ora uma faixa ora outra, como visto nas análises da OIT sobre juventude. Em especial por se tratar de uma organização que tem como eixo de atuação a construção de argumentações e proposições de políticas a serem aplicadas nos contextos de cada país. Vemos, portanto, que a “confusão” etária nas publicações da organização, em conjunto com os demais elementos que serão expostos no decorrer deste subtópico, constrói um quadro nebuloso sobre o que é o jovem na sociedade capitalista de hoje.

Nos detendo agora nas concepções expressas em cada documento, vemos que no ano de 2008, no documento intitulado “*Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2008*”, a organização inicia com uma conceituação aparentemente simples, mas que expressa uma forma limitada de análise, na qual define juventude unicamente como o momento de vida em que ocorre a transição para o mercado de trabalho – “existe um denominador comum que consiste em ingressar no mercado de trabalho, seja para exercer uma função ou para procurá-la. O emprego decente e produtivo é, sem dúvida, o que os jovens buscam e pelo qual lutam.” (OIT, 2008, p. 1, tradução nossa)¹⁶.

Vemos que a juventude é tratada a partir de suas qualidades positivas: no momento da publicação é a geração com maior acesso à escolaridade, distinta de outras gerações jovens; afirmam que os jovens já entendem sua posição no mundo, tendo claro quais são as

15 “The following discussion assumes that a ‘young person’ (aged 15–29) will have completed the transition (“transited”) when she or he is settled in stable employment”

16 “existe un denominador común que consiste en el ingreso al mercado del trabajo, sea para desempeñar un trabajo o para buscarlo. Un empleo decente y productivo es sin duda alguna lo que buscan con ahínco y por lo que luchan los jóvenes.”

suas aspirações no trabalho e na sociedade e buscam as oportunidades para uma inserção economicamente ativa e produtiva no mercado de trabalho; e que a partir de sua energia, talento e criatividade são a base para o desenvolvimento social futuro (OIT, 2008).

Interessante perceber que na publicação de 2008 predomina uma avaliação positiva, baseada nos dados apresentados, que demonstram um aumento nos empregos absolutos e queda nas taxas de desemprego, aumento da escolaridade, entre outras. Tais avaliações conformam uma visão prognóstica alentadora, de que o caminho trilhado até o momento, com a diminuição do desemprego, maior assalariamento dos jovens, deve ser reforçado, buscando superar os entraves ainda existentes, mas com um futuro potencial.

Mesmo com dados confortantes segundo a OIT (2008), é necessário se observar para os limites e dificuldades que acometem de forma distinta os jovens de economias “desenvolvidas” e “em desenvolvimento”¹⁷. Aos jovens deste último grupo de economias, destacam: a pobreza e falta de trabalho decente; maioria dos jovens em trabalhos agrícolas mal remunerados e precários; nível de escolaridade inferior à média mundial e baixa qualidade educacional; desajuste entre oferta e demanda de trabalho juvenil; alta incidência de contaminação pelo vírus HIV. Já aos jovens de economias desenvolvidas: aumento do emprego temporário; alta rotação no emprego.

Há uma clara distinção entre os problemas vividos pelos jovens a partir da condição de “desenvolvido” ou “em desenvolvimento” de seus países. Problemas como o desemprego e

17 A OIT em todos os seus documentos se utiliza da divisão entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”; há momentos que utilizam outros termos, mais gerais, como ricos e pobres, mas a maior parte das concepções estão entre desenvolvidos e em desenvolvimento. No entanto, no decorrer dos documentos não há nenhuma definição direta sobre a concepção que se baseiam para realizarem tal distinção; o organismo não apresenta nenhum critério claro e objetivo sobre a escolha dos termos. Compreendemos que esta falta de clareza cumpre um papel para o organismo, pois constrói um quadro no qual naturalizam-se as condições desiguais de desenvolvimento no capitalismo. De acordo com Sousa (2020), entendemos que a divisão dicotômica entre desenvolvidos e não desenvolvidos pressupõe uma relação mecânica e eurocentrada. Aquilo que é desenvolvido é tomado pelo parâmetro do desenvolvimento político-econômico europeu e norte-americano, defendido como caminho a ser seguido. Aqueles países que não se enquadram no mesmo parâmetro de produção e relações são tidos como atrasados, retrógrados, necessitando seguir os passos daqueles que estão acima. Para além da visão mecânica e etapista, tal divisão entre desenvolvidos e não desenvolvidos carrega o escamoteamento do processo de desenvolvimento do capitalismo enquanto relação social hegemônica, na qual os países que hoje ocupam o centro do sistema se desenvolveram pela exploração e pilhagem das riquezas e processos produtivos da periferia, em especial África, Ásia e América Latina. De outro modo, compreendemos a sociedade capitalista atual como um sistema produtivo e social hegemônico no mundo todo, que impõe, necessariamente, uma divisão internacional do trabalho a nível mundial, de forma com que alguns países detenham a maior parte das riquezas, da propriedade privada, do domínio da ciência e tecnologia, enquanto os demais países sigam subordinadamente integrados, em posição inferior no que se refere à produção econômica, acúmulo de riquezas, aprimoramento científico e tecnológico etc. De tal modo, discordamos da visão dicotômica e mecânica que a OIT se utiliza nas publicações aqui estudadas, pois fazem parte de uma visão de mundo burguesa que devemos nos opor e superar. Por isso ao nos referirmos sobre as posições expressas pela OIT utilizaremos os termos “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” entre aspas.

pobreza mais restritos às economias “em desenvolvimento” e nos poucos países “desenvolvidos” problemas mais ligados às qualidades dos empregos obtidos. Como destacaremos adiante, essa caracterização se alterará na medida em que as contradições econômico-sociais da sociedade de classes se intensificam.

Em síntese, o potencial econômico dos jovens aparece com destaque, seguido da proposição de investimentos em políticas de melhoria da inserção no mercado de trabalho, pela

necessidade de fortalecer (ou criar) instituições do mercado de trabalho que abram o acesso ao mesmo para os jovens, evitem a discriminação com base na “inexperiência dos jovens”, promovam o espírito empreendedor e a formação voltada diretamente para as demandas do mercado de trabalho. (OIT, 2008, p. 8, tradução nossa)¹⁸

Na publicação de 2010, cujo título é “*Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2010 - Edición especial sobre las repercusiones de la crisis económica mundial en los jóvenes*”, alguns elementos discursivos começam a se alterar, em grande medida decorrente dos impactos da crise econômica mundial de 2008/09. O que no documento de 2008 era apenas uma possibilidade de risco decorrente da instabilidade financeira global, aparece na publicação seguinte como crise econômica, impactando o mundo todo e acarretando alterações nas condições de vida da juventude, como visto no aumento das taxas de desemprego, aumento da pobreza, maior vulnerabilidade jovem.

Nesse sentido, é possível perceber que há uma generalização da condição de vulnerabilidade dos jovens. Fatores que antes eram tido apenas como problemas centrais nas economias “em desenvolvimento”, como a pobreza e desemprego – visto por exemplo na publicação de 2008 – passam agora a ser também centrais nas economias “desenvolvidas”, tendo as taxas de desemprego acentuadas com mais força nos países europeus (OIT, 2010).

Os impactos da crise nos jovens, de acordo com a OIT (2010), podem acarretar na construção de uma verdadeira *geração perdida* – “Ultimamente, aliás, tem havido a preocupação de que a crise deixe como legado uma ‘geração perdida’, formada por jovens totalmente desconectados do mercado de trabalho.” (p. 1, tradução nossa)¹⁹. O aumento das

18 “*necesidad de fortalecer (o crear) instituciones de mercado de trabajo que abran a los jóvenes el acceso al mismo, eviten la discriminación que se asienta en la ‘inexperiencia del joven’, promuevan el espíritu de empresa y una formación directamente centrada en las demandas del mercado.*”

19 “*Ultimamente, además, preocupa que la crisis deje como legado una “generación perdida”, integrada por jóvenes que se desvinculan por completo del mercado del trabajo.*”

taxas de desemprego, o maior período que permanecem fora do mercado de trabalho e o possível aumento de pobreza conformam o quadro desalentador, conforme tratado pela organização internacional.

No mesmo documento utilizam também o conceito de *juventude feliz e infeliz*. Aparece uma certa concepção naturalizante de juventude, em que o ser jovem esperado é o *jovem feliz*, que está rodeado de perspectivas e opções para o futuro. Por outro lado, há a *juventude infeliz*, tratada como o setor que tem poucas esperanças quanto ao futuro e no plano individual pensam que a desigualdade de sua situação é injusta (OIT, 2010). Sendo esse último o agrupamento que gera maiores inquietações para a organização, na medida em que afirmam que a forma como os jovens percebem sua situação econômica pode se tornar estopim para a desconfiança de ordem política, com os jovens respondendo a sua situação na culpabilização da ordem capitalista, aos efeitos da globalização, aos políticos nacionais etc.

Vemos com essa compreensão de juventude a individualização e moralização da forma como os jovens compreendem sua situação no mundo. Na forma como expressa a organização trata a justificação dessa dita *juventude infeliz* como algo moralmente equivocado; de certa forma eximindo de responsabilidade as contradições capitalistas que determinam a situação concreta de vida dos indivíduos – o jovem estaria equivocado ao enxergar sua situação como fruto da ordem do capital, expressas tanto na dinâmica de organização global da produção como na particularidade política dos países.

A OIT (2010) apresenta uma concepção contenedora de juventude, visto que é necessário controlar os efeitos deletérios da precarização das condições de vida dos trabalhadores jovens, pois a manutenção dessa situação poderia gerar processos de instabilidade social:

Para os jovens, a falta de perspectivas quanto à possibilidade de trabalhar para viver dignamente é uma ameaça real à estabilidade nacional e mesmo à paz, segurança e desenvolvimento global. Felizmente, os desafios do emprego jovem são muitas vezes priorizados por meio de políticas e programas na agenda nacional, enquanto as campanhas que buscam enfatizar o desenvolvimento da juventude são importantes na agenda global. (OIT, 2010, p. 59, tradução nossa)²⁰

20 “Para los jóvenes, la falta de perspectivas en cuanto a la posibilidad de trabajar para vivir de forma digna es una amenaza real para la estabilidad nacional e, incluso, para la paz, la seguridad y el desarrollo mundial. Afortunadamente, muchas veces el orden del día a nivel nacional confiere prioridad a los desafíos del empleo juvenil a través de políticas y programas, mientras que las campañas que buscan hacer hincapié en el desarrollo juvenil pisan fuerte en la agenda mundial.”

Permanece ainda, em conjunto com as caracterizações anteriores, uma visão economicista da juventude, associando diretamente o investimento nesse setor como a possibilidade de maior desenvolvimento econômico, como visto na passagem

Investir na juventude representa uma oportunidade de aproveitar os amplos benefícios potenciais das importantes coortes de jovens de hoje. Se tratada corretamente, uma janela demográfica jovem pode se traduzir em um tremendo crescimento econômico, como o que a Ásia experimentou durante as décadas de 1970 e 1980, o que também pode levar à inclusão social e à redução da pobreza (OIT, 2010, p. 60, tradução nossa)²¹

Sendo também o contrário, como o baixo investimento em políticas de empregos para os jovens, preocupante para a organização, visto que um jovem desempregado terá que permanecer por mais tempo sob a dependência financeira da família, diminuindo a renda per capita familiar e impactando na diminuição do consumo. Aparece, da mesma forma, o vínculo estreito entre desemprego, exclusão social e perda de investimentos sociais, acarretando que “As sociedades perdem o que investiram em educação e os governos não recebem contribuições para seus sistemas de seguridade social e são forçados a gastar mais em serviços corretivos, como uso de drogas e programas de prevenção ao crime” (OIT, 2010, p. 7, tradução nossa)²².

Notamos que essa mesma visão é continuada na publicação de 2012, em que a definição de juventude é expressa unicamente pelo seu viés econômico e utilitarista. A partir do conceito de *juventude ociosa*, observam o aumento das taxas de desemprego no mundo, aumento dos empregos precários e maior situação de vulnerabilidade dos jovens. Afirmam então que o afastamento dos jovens do mercado de trabalho, sua ociosidade – seja pelo desemprego ou desalento – acarreta em perda de potencial produtivo e desenvolvimento econômico para as nações – como visto no trecho abaixo, em que a definição aparece de forma mais clara,

21 “Invertir en los jóvenes representa una oportunidad de utilizar los amplios beneficios potenciales de las importantes cohortes de jóvenes de la actualidad. Si se aborda correctamente, una ventana demográfica juvenil puede traducirse en un gran crecimiento económico, como el que experimentó Asia durante las décadas de 1970 y 1980, que también puede conducir a la inclusión social y a la reducción de la pobreza”

22 “Las sociedades pierden lo que han invertido en la educación y los gobiernos no reciben contribuciones en sus sistemas de seguridad social y se ven obligados a gastar más en servicios correctivos, como los programas de prevención del uso de drogas y el crimen”

Os jovens ociosos não estão contribuindo para o bem-estar econômico de seu país. A perda de renda da geração mais jovem se traduz em falta de poupança e também em perda de demanda agregada. Muitos jovens que não conseguem ganhar sua própria renda precisam ser sustentados financeiramente pela família. Os governos não recebem contribuições para os sistemas de seguridade social e são forçados a aumentar os gastos com serviços corretivos. A falta de trabalho decente, se vivenciada em tenra idade, também ameaça as perspectivas futuras de emprego de uma pessoa e frequentemente leva a resultados indesejáveis no mercado de trabalho por períodos mais longos. Tudo isso é uma ameaça ao potencial de crescimento das economias. (OIT, 2012, p. 11, tradução nossa)²³

Sintetizando, é possível perceber que na publicação de 2010 e 2012 aparecem elementos conceituais de juventude que caminham em visões individualizantes e economicistas. Arraigadas em dicotomias definidoras – juventude feliz ou infeliz; investimento em políticas de emprego ou perda de investimentos e necessidade de políticas compensatórias – a OIT constrói um quadro pessimista para os jovens, em que as positivities expressas em 2008 parecem ter sido abandonadas pela crise econômica.

Os autores (OIT, 2010) entendem como necessidade, portanto, guiar os jovens, como aponta Rivera-Aguilera (2018) – pois é uma possível *geração perdida* – para um caminho de menor desigualdade e melhores condições de trabalho. “Encontrar o caminho” deve ser realizado pela aplicação de políticas de Estado, em conjunto com instituições sociais e empresárias. Portanto, aos jovens cabe o papel de resignação perante sua situação concreta no mundo, pois não é justa sua revolta e esperar pelas direções que serão determinadas por outras instâncias. E ainda, a raiz da intervenção em políticas juvenis não parece estar na justeza de construir uma sociedade que permita um melhor desenvolvimento humano, mas sim pelos riscos econômicos e políticos que a situação de miserabilidade e desigualdade podem acarretar, potencializando a instabilidade social e colocando a ordem capitalista em questionamento.

A negatividade e pessimismo se mantém, de forma acentuada, nas publicações posteriores, como no informe de 2013, cujo título demonstra a valoração atribuída aos jovens - “*Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2013 – Una generación em peligro*”. O conceito agora usado é dos *jovens desafortunados*. Optando novamente pelo uso de um conceito com

23 “Idle youth are not contributing to the economic welfare of their country. The loss of income among the younger generation translates into a lack of savings as well as a loss of aggregate demand. Many youth who are unable to earn their own income have to be financially supported by the family. Governments fail to receive contributions to social security systems and are forced to increase spending on remedial services. A lack of decent work, if experienced at an early age, also threatens a person’s future employment prospects and frequently leads to undesirable labour market outcomes over longer periods. All this is a threat to the growth potential of economies.”

certo viés moralizante, a organização internacional afirma que os impactos nocivos da crise econômica permanecem de forma acentuada tanto na periferia como no centro do sistema, impactando os jovens nas dificuldades de saírem do desemprego, aumento do trabalho com piores condições etc. Pelo uso do conceito vemos que a OIT entende o setor jovem como não dotados de sorte, marcados pela carência, pela desgraça, vide ser um sujeito *desafortunado* –

O enfraquecimento da recuperação global em 2012 e 2013 exacerbou a crise do emprego jovem, tornando o acesso ao emprego ainda mais difícil para muitos desafortunados jovens à procura de emprego. E está dificultando tanto que muitos estão desistindo de procurar. A prolongada crise econômica também está forçando a atual geração de jovens a ser menos seletiva quanto aos empregos que estão dispostos a aceitar, uma tendência que já era evidente antes da crise. Está a aumentar o número de jovens que aceitam empregos a tempo parcial ou que se limitam a empregos temporários. Empregos seguros, uma vez que a norma para as gerações anteriores – pelo menos nas economias avançadas – tornaram-se mais difíceis de encontrar para os jovens de hoje. (OIT, 2013, p. 1, tradução nossa)²⁴

O jovem, conforme argumentam na publicação, passa por sérias dificuldades na construção de sua autonomia através da entrada no mercado de trabalho, tendo em vista a precariedade de condições de trabalho a que estão expostos. Nesse sentido, conforme a citação anterior, as condições vividas demandam com que os jovens sejam menos seletivos em relação ao trabalho, que aceitem com menor grau de crítica a piora das condições de vida e trabalho, que aceitem o trabalho informal e temporário (OIT, 2013). A linha geral é de que os jovens devem se adaptar ao contexto precário vivido. Tal maneira de construção argumentativa, em nossa análise, parece demonstrar o viés naturalizante e individualizante da condição precária do ser jovem. Cabe-se apenas aceitar que as coisas estão do modo que estão; cabe aceitar as condições visto que refletem uma falta de sorte da geração atual e não porque são fruto de uma determinada forma de organização da produção em contexto pós-crise.

24 “El debilitamiento de la recuperación mundial en 2012 y 2013 ha agravado la crisis del empleo juvenil, dificultando aún más el acceso al empleo para muchos desafortunados jóvenes que buscan trabajo. Y está dificultándolo hasta tal punto que muchos están renunciando a seguir buscando. La prolongada crisis económica también obliga a la generación actual de jóvenes a ser menos selectivos con los empleos que están dispuestos a aceptar, una tendencia que ya era evidente antes de la crisis. El número de jóvenes que están aceptando trabajos a tiempo parcial o que se encuentra confinado en empleos temporales es cada vez mayor. Los empleos seguros, que en una época eran lo habitual para generaciones anteriores – por lo menos en las economías avanzadas – han pasado a ser más difíciles de conseguir para los jóvenes de hoy.”

No informe retoma-se ainda os receios com a possibilidade de reação e organização dos jovens contrariando a maneira como a ordem capitalista está se expressando na realidade. Argumentam também com o uso da ideia de *jovens desconfiados*, que

Embora, talvez, as cicatrizes mais importantes sejam as da desconfiança que a atual geração de jovens tem nos sistemas socioeconômico e político. Parte dessa desconfiança se manifestou em protestos políticos, como os movimentos antiausteridade na Espanha e na Grécia. (OIT, 2013, p. 2, tradução nossa)²⁵

À OIT, conforme expresse, não parece ser justo que os jovens estejam desacreditados da capacidade de organização do capital que ao menos lhes deem condições dignas de vida. As formas de rebelião e questionamento devem ser evitadas, mitigadas, tendo em vista que podem gerar instabilidade na manutenção dessa mesma ordem que precariza a vida da classe trabalhadora. Os jovens não devem se rebelar, para a OIT (2013), pois a raiz dos problemas não parece estar na forma como se estrutura a organização capitalista, mas apenas porque o que acomete aos jovens é sua falta de sorte de estarem na geração atual. Devem, portanto, se tornarem resilientes e enfrentarem as condições adversas que estão submetidos (OIT, 2013).

Sobre a expressão de movimentos contestatórios, o sociólogo português José Machado Pais traça algumas ideias interessantes ao se olhar para manifestações juvenis que aconteceram na Europa. Pais (2012), no artigo estudado, analisa os movimentos de jovens indignados que aconteceram em importantes países europeus, em especial de Portugal e Espanha. O autor argumenta que os movimentos sociais de contestação protagonizados pelos jovens expressam o sentimento de frustração em relação ao presente, pois seus sonhos e expectativas veem-se combalidos pela dura realidade de um período pós-crise econômica. Na mesma medida, entende que os jovens mantêm as expectativas de futuro em especial quando questionam os rumos sociais e defendem uma posição mais digna com condições de trabalho e vida melhores que as perspectivas apontam. Nas palavras do sociólogo, “Entre os jovens indignados, as frustrações sentidas não chegam para anular a esperança, embora o futuro sombrio desencadeie também sentimentos de descrença.” (PAIS, 2012, p. 269-270).

O português observa também alguns movimentos que eclodiram em Londres e Paris, marcados por uma forte contestação violenta de jovens, que organizaram saques e

25 “*Aunque, tal vez, las cicatrices más importantes sean las de la desconfianza que la generación actual de jóvenes tiene en los sistemas socioeconómicos y políticos. Parte de esta desconfianza se ha manifestado en protestas políticas como los movimientos contra la austeridad en España y Grecia.*”

depredações em grandes lojas e centros das cidades. Apesar de movimentos sociais distintos em suas táticas, ambos – movimento de jovens indignados e aqueles que se envolverem em manifestações de maior violência – expressam uma problemática comum. O que os determina é a estrutura social na qual estão inscritos, marcada pela desigualdade e falta de perspectivas à juventude. De um lado o movimento que se utiliza de táticas mais incisivas – como o saque e depredação – expressa um sentimento de desesperança em relação ao futuro, sem capacidade inclusive de imaginá-lo. Já entre os jovens indignados mostra-se o reforço a esse futuro esperado, a necessidade de traçá-lo e defendê-lo, justamente pelo fato de não estar sendo construído no presente enquanto perspectiva social (PAIS, 2012).

Vimos também movimentos protagonizados pela juventude na América Latina, no decorrer dos décadas de 2000 e 2010, como é o exemplo daquilo que ficou conhecido como Revolta dos Pinguins em 2006, movimento direcionado por estudantes secundaristas chilenos na luta pela gratuidade da educação no país. Também no Chile, agora em 2019, vimos uma onda de movimentos, em parte iniciado por movimentações de estudantes secundaristas, mas que se expandiu para movimentações massivas e que culminaram em meses de protestos, grande convulsão social e intensa repressão por parte do Estado, com relatos de dezenas de mortos, centenas de feridos e até mesmo crimes de abuso sexual em jovens mulheres por parte das forças policiais. Tais movimentações tiveram como consequência a eleição de uma assembleia constituinte, a fim de rever constituição chilena datada do período de ditadura pinochetista – ainda que a correlação de forças tenha se alterado nos últimos tempos, com a dificuldade de alterações constitucionais.

Mais perto de nós, o Brasil, em junho de 2013, foi palco para um intenso movimento de revolta. Iniciado por organizações de luta pela gratuidade do transporte público e contra o aumento das passagens na cidade de São Paulo, majoritariamente compostas por jovens, o movimento foi duramente reprimido, gerando forte apelo e massificando as movimentações em todo o país. Iniciada pela luta na questão do transporte público, as jornadas de junho – como ficaram conhecidas – se desdobraram em um sem número de pautas e reivindicações, com a direção do movimento sendo disputada por organizações de esquerda e de direita. Compreendemos que essa movimentação ocorrida no país é bastante complexa de se analisar, considerando as consequências e deturpações, sendo inclusive momento importante que marca o nascimento de organizações de direita e extrema-direita que tiveram papel ativo nos movimentos que influíram na institucionalidade burguesa nos anos seguintes. Devida tal

complexidade não esgotamos o debate aqui, mas queremos apenas reforçar o quanto a juventude teve papel central para os movimentos.

Nesse sentido, compreendemos que as expressões mais incisivas das vivências na juventude, que podem vir a se conformar como movimentos de contestação, representam a direta eclosão de contradições advindas do próprio sistema social do capital, que não produz condições dignas de inserção do jovem no mercado de trabalho e na vida social. O movimento necessário, portanto, deve ser olhar para as manifestações como fruto de contradições capitalistas e não como sintomas anormais e individualizados que os jovens vivem. A questão não é apenas a forma como o jovem qualifica o real, mas sim as condições que a vida social fornece para que esse setor se relacione com a sociedade.

No informe publicado no ano de 2015 – *“Global employment trends for youth 2015 – Scaling up investments in decent jobs for youth”* – podemos perceber continuidades em relação aos demais assim como algumas alterações qualitativas, que expressam uma transição na forma de conceberem o que é a juventude. Como continuidade, mantém uma visão economicista, de custo-benefício, em relação aos investimentos na população jovem. Reforçam a ligação direta entre investimento em políticas para jovens com maior desenvolvimento econômico. Assim como apresentam a visão contenedora, da necessidade de maiores políticas, em especial relacionadas ao trabalho estável e de maior qualidade, para assim evitar processos de contestação social, como visto no trecho abaixo,

Há uma crescente base de evidências para mostrar que investir na juventude e, mais especificamente, no emprego produtivo de (e para) juventude é importante. É importante para o crescimento econômico, saúde, agitação civil, demografia, sustentabilidade ambiental e, certamente, níveis pessoais de felicidade e satisfação com a vida. (OIT, 2015, p. 5, tradução nossa)²⁶

No entanto, há uma clara mudança no sentido dado aos jovens, que passa de uma visão negativa – reforçada nas publicações de 2010, 2012 e 2013 – para uma certa positividade em relação às perspectivas futuras que o setor encontrará,

Crescendo em meio a rápidas mudanças tecnológicas e globalização, os jovens de hoje já são adeptos de abrir caminho em tempos imprevisíveis. Para a maioria, não

26 *“There is an increasing evidence base to show that investing in youth, and more specifically, productive employment of (and for) youth, matters. It matters for economic growth, health, civil unrest, demographics, environmental sustainability and certainly personal levels of happiness and life satisfaction”*

se identificam com o rótulo de “geração perdida”, “geração em crise” ou qualquer outro rótulo que denote uma sensação de declínio. Declínio implica olhar para trás, o que os jovens são tudo menos. (OIT, 2015, p. 4, tradução nossa)²⁷

Aparece, textualmente, a negação em relação às qualificações expressas nos documentos anteriores, como *geração perdida* ou *geração em crise*. Assumem que os tempos vividos são imprevisíveis, contudo, a juventude já possui condições para enfrentá-los. É nesta publicação onde começam a surgir elementos sobre as mudanças tecnológicas e como impactarão o setor estudado, que, como visto no trecho, aparece como potencialidade, tendo em vista que os jovens já são capazes de enfrentar os tempos “imprevisíveis”.

No entanto, apesar da positividade expressa, os dados em relação ao emprego e desemprego dos jovens mantêm o quadro negativo, mas com uma certa estabilidade em determinados aspectos – como estabilidade nas taxas de desemprego, aumento nas taxas de emprego, mesmo que em situações precárias. Tais dados serão analisados posteriormente, cabendo aqui apontar a aparente contradição entre os dados e a forma que o organismo passa a encarar a juventude.

Na publicação percebemos outro elemento que reflete a concepção de juventude. A autonomia ao setor parece estar limitada a apenas um aspecto subjetivo, de estarem preparados para viverem em tempos imprevisíveis, pois a garantia de condições para superarem as barreiras virão de outros setores sociais, como a família e as instituições,

Em vez disso, a maioria dos jovens hoje está pronta para criar seu próprio futuro, mas ainda espera que suas famílias, comunidades, instituições e governos os capacitem e garantam que estejam melhor equipados para navegar em direção à vida adulta em um ambiente que apoie suas aspirações e potencial produtivo. (OIT, 2015, p. 4, tradução nossa)²⁸

Ou seja, veem a juventude positivamente sendo capazes de “criar seus próprios futuros”, mas isso apenas com a direção de outros setores. Denota-se o reforço a uma concepção contenedora de juventude onde de um lado a forma como o jovem pode

27 “Growing up in the midst of rapid technological changes and globalization, today’s youth are already adept at making their way through unpredictable times. For most, they do not identify with their label as a ‘lost generation’, ‘generation in crisis’ or any other label denoting a sense of decline. Decline implies backwards-looking, which young people are anything but.”

28 “Rather, most youth today are ready to create their own futures, yet they still look to their families, communities, institutions and governments to empower them and to ensure that they are best equipped to navigate their way towards adulthood in an environment that supports their aspirations and productive potential.”

compreender sua condição no mundo expressa uma visão radicalizada, de questionamento ao ordenamento do capitalismo em sua forma atual de dominação, sendo que, na visão da organização (OIT, 2012; 2015), deve ser contornada por outros mecanismos de construção de consenso, evitando processos disruptivos protagonizados pelo próprio setor. De outro lado, a superação das condições de desigualdade, ou menos ainda, de manutenção da estabilidade social, virá da família ou governos, e não da própria organização e demanda do setor juvenil (OIT, 2015).

Notamos que, ainda que não unicamente, a visão apresentada pela OIT (2015) se relaciona com as ideias propagadas pelas teorias tradicionais da sociologia da juventude, como expostas por Groppo (2017) e Pais (1990). O jovem é olhado a partir da visão de integração social, não lhe cabendo a expressão completa de sua autonomia perante a sociedade, mas sim a necessidade de que as instituições – sejam elas a escola, a família, o Estado etc. – moldem a forma como o sujeito se relaciona com os demais.

Em 2016 aparece um movimento importante no texto (OIT, 2016), a partir do uso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), como parâmetro para analisar as tendências e perspectivas dos jovens. Tal agenda da ONU, estabelecida no ano de 2015, se propõe a ser uma agenda global de desenvolvimento. De acordo com Pessini (2017), ela parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para estabelecer novos objetivos que respondam aos países de forma geral, tanto os países em desenvolvimento como desenvolvidos, assim como agreguem questões sociais, econômicas, de ecologia e meio ambiente. Tem início em 2015 e devem avançar até 2030. A partir de um processo de construção mais amplo, a ONU estabeleceu 17 objetivos e 169 metas associadas, que devem ser seguidas a fim de construir um mundo sem pobreza, atingir a paz mundial etc.

A publicação de 2016 da OIT reafirma a relação com alguns objetivos em especial, quais são: “*la pobreza (ODS 1), la igualdad de género (ODS 5; véase el apartado 2), el trabajo decente y el crecimiento inclusivo (ODS 8) y la reducción de las desigualdades (ODS 10).*” (OIT, 2016, p. 5). Apontam que as tendências do mercado de trabalho, que serão trabalhadas no decorrer deste capítulo, como manutenção de altas taxas de desemprego, o aumento de empregos informais e precários e permanência da pobreza entre os jovens, são fatores que mantém esse setor da população em uma situação de vulnerabilidade, tendo em vista, primordialmente, a possibilidade ou não de se alcançar os ODS. Entendemos que esta

ligação direta entre o chamado desenvolvimento sustentável expresso nos ODS e as perspectivas para a juventude reforçam a concepção utilitarista e economicista, na medida em que o investimento e políticas para os jovens favorecem o desenvolvimento de capital humano e inovação econômica (OIT, 2016).

O informe publicado em 2017 – “*Global employment trends for youth 2017 – Paths to a better working future*” – mantém a relação direta entre desenvolvimento da juventude e a Agenda 2030 e os ODS, expressando mais claramente qual a visão que tal agenda tem sobre o setor,

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável coloca o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para os jovens no centro da nova visão de desenvolvimento. Enfatiza o poder catalisador do emprego juvenil na redução da pobreza, crescimento econômico e paz e prosperidade para todos. (OIT, 2017, p. 3, tradução nossa)²⁹

O organismo vê, portanto, os jovens como elemento central na concepção de desenvolvimento econômico, sendo capazes de influenciarem no alívio da pobreza e prosperidade. Nesse mesmo sentido a OIT (2017) observa como positivo a retomada do crescimento econômico, apesar de ainda modesta. Contudo, as perspectivas para o emprego juvenil e a manutenção das taxas de desemprego são fatores que interferem na possibilidade de execução dos ODS relacionados aos jovens.

Como discutem Shiroma e Zanardini (2020), o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo usado desde os anos de 1980 e, nas palavras das autoras,

tem sido recomendado mundialmente visando conter o desequilíbrio da produção e um suposto aumento da pobreza das gerações atuais e futuras, o que, contraditoriamente, poderia comprometer a produção do mais valor, essencial ao capitalismo. (SHIROMA; ZANARDINI, 2020, p. 697)

Neste sentido, nos parece que o compromisso com um desenvolvimento sustentável está ligado muito mais à sustentabilidade do regime de acumulação do capital do que de fato o compromisso com a manutenção de condições ambientais do planeta ou então de melhores condições de vida aos trabalhadores. Curioso notar que as perspectivas que apontam para a

²⁹ “*The 2030 Agenda for Sustainable Development places full and productive employment and decent work for youth at the centre of the new development vision. It emphasizes the catalytic power of youth employment in poverty alleviation, economic growth, and peace and prosperity for all.*”

defesa de políticas de educação, saúde e assistência, que na aparência refletem um caminho de melhoria de vida aos trabalhadores, na essência parecem servir como elemento de garantia de controle das contradições sociais e têm sua fundamentação calcada no aspecto econômico – de serem políticas que fortalecem a produção e aumentam a produtividade.

De acordo com Shiroma e Zanardini (2020), a Agenda 2030 parte dos preceitos neoliberais de organização do capital, mas procura dialogar e intervir nas próprias contradições que esse modelo de gestão social produz. Temas como o alívio da pobreza, fim da fome, promoção de empregos decentes, igualdade de gênero, entre outras, se tornam ponto central das análises. Todos eles são temas que refletem e tem como fundamento a aplicação de um modelo neoliberal de redução de investimento público, privatização, meritocracia, utilizados por serem necessidades para manutenção do sistema produtivo. No entanto, as condições de manutenção do capital, enquanto modo de produção hegemônico, “não estavam asseguradas pelo avanço destrutivo do capitalismo neoliberal, que foi exaurindo os recursos naturais e agravando a questão social a ponto de constituir-se num entrave reconhecido pelas organizações multilaterais de desenvolvimento.” (SHIROMA; ZANARDINI, 2020, p. 698). A Agenda 2030 se conforma nesse cenário, expressando as preocupações e necessidades para o desenvolvimento sustentável do capitalismo.

Não caberá uma avaliação mais aprofundada a respeito da Agenda 2030 tendo em vista o escopo deste trabalho, mas queremos apenas retomar o quanto ela é elemento central nas análises realizadas pela OIT e suas publicações. Para além de afirmarem genericamente ter como guia a Agenda 2030, explicitamente citam alguns dos objetivos, dentre eles o ODS de número 4 “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” e o ODS número 8 “Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos e todas.”

Dentro do ODS 4 estão presentes metas que envolvem: garantia de ensino primário e secundário de qualidade, que envolvem as competências e habilidades para inserção produtiva; diminuir as disparidades de gênero e garantia de igualdade de acesso aos mais vulneráveis; que adultos estejam alfabetizados e adquiram conhecimentos básicos de matemática; garantir o desenvolvimento de habilidade técnicas e profissionais para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Já na ODS 8 estão inclusas propostas como:

garantia de pleno emprego produtivo para toda a população, incluindo os jovens; redução do número de jovens sem emprego, estudo e formação; geração de empregos decentes etc.

Vemos, portanto, que as avaliações presentes nos documentos estudados estão em consonância com alguns dos ODS da ONU. Isso conforma uma certa homogeneidade na avaliação da realidade por parte da organização internacional, que de certa forma dialoga com as contradições vividas na sociedade hoje – como por exemplo o caso do desemprego, pouco investimento em educação etc. – mas apresenta saídas meramente superficiais, de mudanças no acesso, defesa de igualdade de oportunidades, sem de fato se questionar sobre as raízes dos problemas sociais vividos. A juventude é tratada como um setor fundamental para o desenvolvimento da Agenda 2030 nos documentos da OIT, e a partir desses objetivos são colocados também objetivos específicos para a juventude.

Ainda que o cenário reflita as instabilidades de perspectivas dos jovens, é no documento de 2017 em que a organização passa a dar maior ênfase nas mudanças tecnológicas e o impacto positivo que podem gerar para o setor social aqui estudado. Discorrem fortemente sobre as transformações tecnológicas no mercado de trabalho e como elas devem ser tratadas como centro nas avaliações sobre o futuro da sociedade e, conseqüentemente, dos jovens – “Investir na juventude, abordando seus desafios de emprego e mercado de trabalho, particularmente no contexto da mudança tecnológica, é fundamental. Isso não apenas garantirá o bem-estar dos jovens, mas também promoverá o crescimento sustentável e inclusivo e melhorará a coesão social em todo o mundo.” (OIT, 2017, p. 75, tradução nossa)³⁰.

Na publicação de 2020, intitulada “*Global employment trends for youth 2020 – thecnology and the future of jobs*”, a OIT, baseada nas Metas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, afirma que a juventude tem tido maior atenção de maneira global, em especial no que tange a situação do trabalho e desemprego dessa parcela da população, visto que para a OIT (2020) “O tipo de emprego a que podem aceder – e o momento em que entram no mercado de trabalho – influencia não só a sua carreira individual e as suas perspectivas de rendimento, mas também as trajetórias de desenvolvimento dos seus países” (p.

30 “*Investing in youth, addressing their employment and labour market challenges, particularly in the context of changing technology, is paramount. This will not only ensure the well-being of young people but also promote sustainable and inclusive growth and improve social cohesion worldwide.*”

24, tradução nossa)³¹. Ou seja, o jovem é chamado à integração social pois possui um potencial de desenvolvimento social.

Com o informe de 2020 as mudanças tecnológicas ganham ainda mais destaque, se tornando o centro da avaliação. Nesse sentido, a juventude passa a ter todas as suas perspectivas relacionadas com as alterações no mercado de trabalho devido à implementação de novas tecnologias de informação e comunicação (OIT, 2020). Reforça-se a concepção de que o setor populacional jovem é quem melhor pode se beneficiar de tais mudanças, visto estarem mais plenamente integrados no uso cotidiano das novas tecnologias de informação e comunicação.

Por outro lado, nesse mesmo informe (OIT, 2020) argumentam que parte das alterações impostas pelas novas tecnologias representam impactos negativos aos empregos na sociedade em geral e aos jovens em particular, pois vêm somadas com processos de intensificação e precarização nos contratos e condições de trabalho. O risco de descrédito das habilidades e competências determinadas pelo rápido grau de transição tecnológica e, principalmente, o risco de automatização de postos de trabalho são os grandes focos analíticos, no documento, dos problemas que o setor juvenil pode ser acometido.

Analisamos que com esta ênfase nas transformações ocasionadas pela tecnologia, iniciada na publicação de 2017 e alçada a centro analítico em 2020, a OIT parece desenhar uma mudança qualitativa em sua avaliação da juventude. A aparente mudança discursiva parece residir no fato de mesmo em um cenário difícil, afirmado pelos dados do mercado de trabalho jovem que os informes se baseiam, a organização encontra na tecnologia a positividade para inserção da juventude no trabalho (OIT, 2017; 2020). As análises trabalhadas em documentos anteriores (OIT, 2010; 2012; 2013), carregadas de aspectos negativos quanto à inserção jovem no mercado de trabalho visto os impactos da crise econômica e expansão da situação de vulnerabilidade juvenil para o centro do sistema capitalista, dão lugar, agora, a um vislumbre de positividade. Não nos parece fortuito o peso que as mudanças tecnológicas ganham, em especial em 2020. Mesmo apresentando contradições, as mudanças parecem ser o centro de esperança, com argumentações positivas sobre os impactos das novas TICs na produção, nas possibilidades de criação de novos postos de trabalho etc.

31 *“The kind of jobs that they are able to access – and the point in time at which they enter the labour market – influences not just their individual career and earning prospects but also the development trajectories of their countries”*

Nos documentos analisados, que se circunscrevem no decorrer de pouco mais de uma década – 2008 à 2020 – aparecem distintas qualificações sobre o que é ser jovem. No entanto, podemos perceber que há um elemento em comum: a compreensão da juventude como transição para mundo do trabalho. É essa concepção que guia as avaliações em relação à juventude, observando sempre que é na conquista de um emprego, ou na falta dele, que se subsume a experiência juvenil, deixando de lado características importantes do período de vida, como a construção de grupo coetâneos, a formação da personalidade e construção de uma visão de mundo etc. (ABRANTES; BULHÕES, 2016). O olhar sobre a juventude a partir dela mesma, ou seja, olhar as características específicas que constroem o grupo e não apenas a relação do jovem com os adultos, como argumenta Abramo (2005), é um processo ausente nas publicações da OIT.

Como vimos no decorrer histórico das argumentações do organismo internacional a concepção de jovem caminha entre uma abstrata autonomia – que se dá pela maior participação do setor na vida social, em especial no trabalho assalariado – para um forte traço contenedor, marcado com a necessidade de intervenção das instituições sociais (família, Estado, escola etc.) para que controlem a maneira com que o jovem se relaciona e compreende a realidade.

O caminho de incertezas e precariedades que define a situação da juventude no capitalismo hoje, mostrado nos inúmeros dados e ideias da OIT nos documentos, deve ser controlado para que não desemboque-se na contestação da ordem social vigente. É com esse contexto que conceitos como o de geração perdida, jovens desafortunados, juventude feliz e infeliz – colocados em movimento nas publicações – nos parecem ganhar conteúdo concreto, isto é, é apenas observando as contradições capitalistas como fundamento da precariedade da vida que a visão burguesa de contenção social se explica.

De um lado notamos que há referência das teorias tradicionais da sociologia da juventude na conformação da visão da OIT sobre a juventude. O período da vida marcado por processos de integração social que devem ser organizados e dirigidos pelas instituições capitalistas (GROPPO, 2017; PAIS, 1990). Por outro lado, há certo refinamento na conceituação do que é ser jovem, momento que os jovens são chamados à atuação na realidade, pois são agentes do desenvolvimento social.

Gropo (2016) argumenta que uma das definições sociológicas incorporadas com sucesso nas pesquisas sociológicas e políticas públicas de juventude é do jovem como sujeito social. Se apresenta em conjunto do movimento de defesa das crianças e adolescentes tratando o jovem como sujeito de direitos, evitando com que os últimos fossem tratados como crianças ou adolescentes entendendo sua maior capacidade de ação social.

Ocorre um processo de transmutação de conceitos bases para organização das políticas públicas de jovens ao abandonar as concepções de desigualdade social como fruto da organização capitalista para o uso das ideias de inclusão e exclusão social. Gropo (2016) argumenta que a transmutação tem como base ideias veiculadas por Amartya Sen, economista que trabalhou para o Banco Mundial, o qual entende que “o cultivo de capital social e o empoderamento de pessoas e grupos empobrecidos podem lhe dar liberdades (na verdade, capacidades e habilidades).” (GROPPO, 2016, p. 389).

A própria noção de desenvolvimento utilizada pelos organismos internacionais e políticas públicas de juventude vão se alterando, nas quais

O desenvolvimento aparece agora como chavão para objetivos mais modestos, mas também mais numerosos: refere-se ao cultivo de capacidades individuais (para o sujeito tornar-se empregável e socialmente atuante), mas também à valorização de capitais sociais em potencial de uma localidade (a mobilização de recursos e possibilidades locais para que a comunidade encontre a resolução de seus próprios problemas) e, enfim, ao combate à exclusão de indivíduos e grupos da economia formal (promovendo a equidade social). (GROPPO, 2016, p. 390)

Como visto no capítulo anterior ao falarmos sobre as teorias de juventude, em um contexto de crítica à modernidade e sua capacidade de integração social as relações se tornam fragmentadas, as instituições perdem seu papel integrador, relegando aos indivíduos a necessidade de se tornarem ativos socialmente para construírem a própria caminhada na sociedade. Tais ideias estão na base de algumas concepções de organizações internacionais e se expressam em políticas públicas que propõem o fortalecimento dos jovens como agentes sociais para aprenderem a agir, julgar e escolher, para desenvolverem uma personalidade capaz de resistir às pressões e falta de estímulos e recompensas (GROPPO, 2016). A lógica proposta a partir dessas concepções não é tornar o sujeito ativo para defender os interesses coletivos e sociais, mas sim para se portar como protagonista em sua individualidade, em um contexto localizado e fragmentado.

Para o sociólogo brasileiro, há um limite do paradigma de jovem como sujeito social expresso pelas agências supranacionais, na medida em que apresentam

uma concepção individualista sobre a constituição da sociedade contemporânea; uma percepção do alcance limitado, local, comunitário, da atuação destes atores sociais; uma noção conformista de história e de sociedade, já que o máximo que se pode fazer, no campo das políticas sociais, é civilizar o capitalismo neoliberal, ou seja, não há possibilidade de superar o capitalismo nem mesmo em sua versão neoliberal (GROPPO, 2016, p. 392)

O autor aponta alguns riscos da incorporação de determinados conceitos pela sociologia da juventude vindos das concepções de organizações internacionais e seus ideólogos. Um deles seria o uso do termo de jovem como *ator estratégico do desenvolvimento*. O conceito faz referência à concepção do Banco Mundial, em que assevera uma perspectiva de transição para a vida adulta de forma com que não ameace a ordem vigente, tratando agora o jovem como solução do problema da exclusão social e desigualdade, ainda que essa mesma exclusão ameace as condições de vida dos jovens (GROPPO, 2016).

Um segundo risco seria a manutenção de uma ideia apaziguadora e pacificadora de juventude, em que se desconsideram as possibilidades de transformação social significativa, tratando como possibilidades apenas mudanças individuais e localizadas, que não interferem na dinâmica da organização capitalista. Pelo contrário, auxilia na manutenção do sistema, ao construir a ideia de que o desemprego, a precária condição de vida não diz respeito ao capitalismo enquanto forma social, mas sim ao não cumprimento de processos individuais, como não ter terminado os estudos, não ter se dedicado suficientemente para conseguir um emprego de melhor qualidade etc. (GROPPO, 2016).

Tal movimento expressa, nas ideias de Groppo (2016), o uso manipulatório do jovem como agente social. De certa forma, podemos perceber expressões dessa concepção dentro dos documentos aqui estudados. Em breves momentos a OIT apresenta a juventude como setor social que deve ser ouvido e respeitada nas decisões que se referem a ela própria. A organização argumenta sobre a construção de instâncias tripartites, organizações específicas de jovens etc. No entanto, vemos, inclusive pelo peso dado a tal função nos textos – não aparecem em todos os documentos e quando aparecem são apenas dois à três parágrafos, com pouca qualificação – que é elemento acessório na concepção de juventude da organização.

Entender o que os documentos significam envolve compreender o que está dito diretamente, como também aquilo que não está, que permanece nas entrelinhas, as vozes que estão por trás, mas que se objetivam calar (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019). Nesse sentido, a posição de jovens como sujeitos que devem ser ouvidos e respeitados, vociferada pela OIT, ainda que presente textualmente, ganha pouca ou insuficiente consequência prática, fato que nos parece dizer muito mais sobre o que a organização procura evitar – como a organização independente e autônoma dos jovens – do que de fato o que escreve – participação em comissões tripartites.

Ainda dentro disso, vemos que a participação política dos jovens se resume a estas comissões tripartites ou conselhos e fóruns, em que supostamente se decidiriam os rumos e impactos das políticas públicas de jovens. Tal participação, nos parece, portanto, é levantada apenas para referenciar e produzir consenso em torno das propostas e perspectivas já traçadas previamente pelas instituições capitalistas. O movimento político possível aos jovens é apenas referendar decisões tomadas, ou quando muito formular um ou outra política específica, localizada e fragmentada. Por outro lado, o questionamento amplo das estruturas da sociedade, raiz das condições de vulnerabilidade dos jovens, é visto como perigoso pela OIT, pois pode reforçar instabilidades e produzir questionamentos à ordem social vigente.

Entendemos que esse movimento é uma forma do organismo internacional aqui estudado se referenciar publicamente como defensora da organização autônoma dos jovens e da necessidade de ouvi-los, mas sem que isso represente elemento de alteração das políticas propostas, visto que elas já estão expressas nos documentos. De certa forma podemos entender como um movimento de produção de consenso através de uma pretensa democratização e maior participação juvenil nas decisões, ou nas palavras de Groppo (2016), “No fundo, a participação dos jovens nas PPJs [políticas públicas para juventude] torna-se uma estratégia de construção de consenso para uma política pré-definida.” (p. 394)

Nos documentos analisados, evidencia-se que a OIT faz pouca diferenciação entre os jovens, sendo trabalhado apenas dois pontos: 1) diferenças entre jovens de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento; 2) diferenças de gênero. Em relação ao primeiro aspecto, podemos perceber que há uma transição no decorrer das publicações, na medida que processos que em 2008 – publicado antes do estabelecimento da crise econômica – eram definidores para situação da juventude especialmente nos países em desenvolvimento,

como desemprego, pobreza e precariedade no trabalho, passam a ganhar notoriedade universalmente, impactando também os jovens de países desenvolvidos.

É com esse contexto que nos parece que a OIT estabelece as definições que reforçam a vulnerabilidade do setor juvenil. Por não se tratar mais de um problema que assola a juventude na periferia do sistema capitalista, não é mais possível esconder ou escamotear a situação precária de vida, pois agora até mesmo em países de centro ela é vista a olhos nus. A partir disso nos perguntamos se não está expresso um processo de *periferização da concepção de juventude*, no sentido de que os elementos que definiam a situação da juventude na periferia do capital passam a ser utilizados na definição da juventude como um todo.

O outro aspecto de diferenciação tratado pela OIT é através das condições de gênero, que denotam condições de maior precariedade e instabilidade entre jovens homens e mulheres. As últimas compõem parte do setor mais afetado pela informalidade no emprego, por menores salários, por maior desemprego e desalento (OIT, 2013; 2017; 2020). É notado também que as contradições de gênero são reforçadas por aspectos culturais, como menor acesso à educação e participação na vida social. Reforçamos que olhar para as diferenças de gênero é um processo fundamental na análise da sociedade capitalista, pelo fato de entender que o capital se apropria destas desigualdades para usá-las a seu favor, ou seja, para manter mais da metade da classe trabalhadora – as mulheres – em uma posição subjugada, seja nas condições de exploração capitalista (menores salários e piores condições de trabalho), seja no âmbito familiar e comunitário.

Por outro lado, não aparece nas publicações aqui analisadas nenhuma diferenciação que abarque a questão racial. Partimos da compreensão de Almeida (2018) ao entender que o sistema social capitalista se apropria também da separação racial como forma de controle e superexploração dos corpos pretos. Olhando para a realidade brasileira vemos como isso expressa drasticamente, na medida em que vivemos um intenso processo de genocídio da população preta jovem, assim como uma política de encarceramento em massa que atinge sobretudo a juventude preta³².

32 De acordo com o Atlas da Violência 2021, publicado pelo IPEA (CERQUEIRA et al., 2021), “Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra” (p. 49). Já entre os jovens negros que foram à óbito em 2020, cerca de 83% desses ocorreu-se por homicídio pela violência armada (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2022).

Pandita-Pereira (2019) escreve sobre as condições de desigualdade que vivenciam os jovens no país, em especial quando se olha para o aspecto racial. A população negra, maioria no país, convive também com a maior possibilidade de pobreza, assim como atingidas por políticas de controle e morte, como visto nos dados sobre violência, em que tem-se os jovens negros como os principais alvos de assassinatos. A autora, apoiada nos escritos soviéticos que entendem o período da adolescência e juventude como momento de construção de laços entre os pares e construção do caminho de inserção no mundo adulto, se questiona sobre

como pensar o vínculo com os pares frente a transitoriedade dos vínculos de uma realidade de convivência com o fazer morrer de jovens, em especial homens negros e pobres? Isso afetaria suas projeções para o futuro? O que a taxa de homicídios de jovens negros revela sobre o que se demanda socialmente dessa parcela da população? Como isso afeta a situação social de desenvolvimento de jovens negros e pobres? (PANDITA-PEREIRA, 2019, p. 16).

Nesse sentido, olhar para a juventude é olhar para as condições desiguais de vida, que tem como fundamento principal a questão de classe, mas é também atravessada pelas contradições de gênero e raça. Além disso, agem também outros determinantes, como: de localização geográfica, com diferença entre jovens de áreas urbanas ou rurais; de moradia, entre jovens do centro das cidades ou da periferia urbana; de gênero e sexualidade, com os jovens LGBTQIA+ etc.

A juventude não é uniforme e homogênea – nesse caminho que Abramo (2005) defende o uso do conceito de juventudes, no plural, a fim de abarcar as diferenças entre os distintos jovens – tampouco fragmentada a ponto de não haver questões unificadoras. Para pensarmos a juventude e sua relação com o trabalho e tecnologia é necessário analisar os determinantes sociais da vivência juvenil, buscando a superação da aparência fenomênica para o alcançar da essência (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019); caminho esse pouco trilhado e aprofundado nas concepções da OIT.

3.2 – TRABALHO E JUVENTUDE: DO PESSIMISMO CONJUNTURAL AO OTIMISMO DA EXPLORAÇÃO

Neste subtópico procuramos sintetizar os principais argumentos e ideias apresentadas pela OIT no decorrer dos documentos estudados que tratam sobre o trabalho para os jovens.

As ideias abordam tanto dados quantitativos como qualitativos ao se referir sobre as condições de trabalho, possibilidades de engajamento no mercado de trabalho, papel da educação no favorecimento de “condições de empregabilidade”, desemprego etc. Trataremos dos caminhos percorridos pelos discursos, as diferenças e continuidades, assim como os principais argumentos mobilizados que caracterizam a relação da juventude com o trabalho (ou a falta dele).

3.2.1 Jovens, Condições de Trabalho e “Empregabilidade”

Um primeiro elemento que podemos ressaltar é o uso dos dados que se referem à participação da juventude na força de trabalho, que apesar de bastante amplo e determinado por inúmeras relações nos trazem alguns pontos de análise. Na publicação de 2010, a organização informa que praticamente metade dos jovens, cerca de 50,9%, estão fora da força de trabalho. Esses números têm diminuído desde o início da década de 2000 e a OIT argumenta que há perspectivas para que a diminuição permaneça até 2015, só que em menor ritmo, atingindo certa estabilidade – argumentam que em 2015 chegaria à 50,2% dos jovens fora da força de trabalho (OIT, 2010).

No decorrer dos anos, no entanto, as perspectivas da organização internacional em 2010 se mostram contrárias à experiência real vivenciada pelos jovens, na medida em que as taxas de participação na força de trabalho mantiveram-se reduzindo em ritmos maiores do que o esperado. Em 2015 o número de jovens fora da força de trabalho foi de 47,3%; em 2016 45,8%; 45% em 2017; e 41,2% em 2020 (OIT, 2015; 2016; 2017; 2020). Ou seja, as tendências já difíceis foram piorando com o passar do tempo.

Os determinantes para essa diminuição são observados tanto por aspectos positivos como negativos nos documentos da OIT. Este último se daria pelo acentuado número de jovens que se afastam – ou não entram – no mercado de trabalho decorrente de problemas de saúde, cuidados com os filhos – em especial para as mulheres jovens – e o desalento, que seria a perda de perspectiva em conseguir um emprego, abandonando a procura, sendo esse o principal fator de negatividade. Nas palavras da OIT (2015),

A principal razão por trás do aumento das taxas de inatividade dos jovens é o aumento da escolaridade, mas existem outras razões para a inatividade que incluem o envolvimento em tarefas domésticas, incluindo cuidar dos filhos; lesão, incapacidade ou doença que impeça o engajamento no mercado de trabalho; à espera

de trabalho sazonal; ou razões que impliquem um sentimento de desânimo com as perspectivas de encontrar trabalho. (p. 10, tradução nossa)³³

Por outro lado, argumentam também positivamente a diminuição das taxas de jovens na força de trabalho, considerando que isso ocorre pelo aumento da permanência na educação formal, com maior número de jovens acessando o ensino secundário e terciário. Somado a tal argumentação, entendem que esse fator é benéfico para a economia dos países, garantindo melhor preparação e qualificação à juventude, conseqüentemente maiores oportunidades de desenvolvimento social. Contudo, as benesses desse processo parecem ser contra argumentadas indiretamente, na medida em que a própria OIT, no decorrer dos documentos, afirma que a maior permanência na educação formal não tem tido como consequência a qualificação demandada pelo mercado de trabalho, tampouco tem refletido em aumento salarial aos jovens, como será abordado posteriormente neste capítulo.

Observamos aqui, com base nos dados sintetizados na introdução desta dissertação, o limite de compreender a menor participação da juventude na força de trabalho ligado à maior participação na educação formal. Ainda que os dados obtidos com o DIEESE (2017) sejam específicos de uma região brasileira, entendemos que podem mostrar tendências importantes. Os dados apontam que os estudos representam atividade exclusiva para 62% da população de 15 a 17 anos, ao passo que para os de 18 a 24 são 8,1% apenas e menos de 1% para os jovens de 25 à 29 anos (DIEESE, 2017).

Ou seja, considerando os jovens mais novos – de 15 à 17 anos – agrupando aqueles que estão em idade de frequentar o ensino médio para conclusão do ensino básico, realmente a participação na educação formal é atividade única para a maioria. No entanto, para aqueles mais velhos – de 18 à 24 anos e 25 à 29 anos – o quadro se inverte completamente, representando menos de 10%. Vemos que a OIT não aponta uma diferença etária na relação do estudo como atividade exclusiva, portanto, com base nos dados do DIEESE (2017), questionamos se de fato a positividade da menor participação da força de trabalho pela manutenção na educação formal é de fato viável e se expressa como elemento central. Do contrário, a menor participação no trabalho pode se explicar pela maior condição de precariedade e desalento na vida juvenil.

33 *“The principal reason behind increased youth inactivity rates is increased education, yet there are other reasons for inactivity that include engagement in household duties including child care; injury, disability or illness that prevents labour market engagement; waiting for seasonal work; or reasons implying a sense of discouragement with the prospects of finding work.”*

Aparecem também ideias que relacionam a entrada ou não no mercado de trabalho a partir das particularidades dos países, mas em especial a partir da realidade financeira das famílias. Tal movimento é visto nas elaborações que relacionam a entrada precoce dos jovens no emprego pela necessidade de complementação da renda familiar, fator que prejudica também as condições dessas mesmas pessoas se engajarem em estudos secundários e terciários.

A própria relação entre ser jovem e ter um emprego é relativizada como norma de um bom sucesso econômico para os países. Por exemplo, em OIT (2015) – *“Global employment trends for youth 2015 – Scaling up investments in decent jobs for youth”* – é utilizado o índice de emprego para a população jovem, que representa a parcela populacional jovem que está empregada e que tem diminuído com o passar dos anos. A organização entende que países com um alto índice, ou seja, com alto número de jovens empregados, geralmente representam condições desfavoráveis como baixa renda familiar e menor acesso à educação, fatores que demandariam a entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho. Já países com um baixo índice podem representar maiores condições de acesso e permanência dos jovens no sistema educacional.

Em relação aos jovens que estão empregados, vemos que as condições de trabalho precárias aparecem como características destacadas desde o início dos documentos analisados, aumentando no grau de importância que lhes são conferidas com o passar dos anos. Em OIT (2008), escrita pouco tempo antes da eclosão da crise econômica de 2008/09, é traçada uma clara distinção entre as situações vividas no trabalho dos jovens nas economias “desenvolvidas” e nas economias “em desenvolvimento”. Nas últimas, predominam problemas como a pobreza no emprego, em que mesmo o jovem trabalhando não consegue sair da situação de pobreza³⁴ e a falta de mecanismos de seguridade social, que deveriam proteger a classe trabalhadora. Assim como um desajuste entre as ofertas e demandas de trabalho juvenil, em que “as melhorias alcançadas na educação superam as exigências do nível de desenvolvimento econômico alcançado e as exigências do mercado de trabalho.”

34 A questão da pobreza no trabalho é fortemente ressaltada durante os documentos, atestando que mesmo jovens que estão exercendo alguma atividade remunerada não conseguem sair da condição de pobreza. Um exemplo, a OIT (2015) retoma os dados sobre a pobreza na juventude, sintetizando que em 2013 nos países “em desenvolvimento” mais de um terço dos jovens empregados, um total de 37,8%, estavam em situação de pobreza – vivendo com menos de dois dólares diários. Caso expandisse para abarcar os jovens que estão na quase pobreza, vivendo entre dois à quatro dólares diários, o total de jovens chegaria à 64% (17,7% na pobreza extrema, com menos de \$1,25; 20,1% com menos de dois dólares; 17% entre dois e três dólares; 9,2% entre três e quatro dólares).

(OIT, 2008, p. 10, tradução nossa)³⁵, afirmando que as economias dos países não têm conseguido absorver os jovens mais qualificados.

Já nas economias “desenvolvidas” os problemas se relacionam com o aumento do trabalho temporário, que inicialmente surge como oportunidade para o jovem adquirir experiência, mas pode-se tornar modalidade permanente na medida em que não se criem postos permanentes. Outro ponto é a falta de experiência jovem associada com uma alta rotatividade nos empregos, sendo difícil com que os sujeitos permaneçam por um tempo prolongado nos locais de trabalho. Por último, tratam da forte dicotomia entre uma demanda alta para contratação de trabalhadores altamente qualificados, ao passo que os jovens não qualificados permanecem muito tempo procurando emprego, com baixas remunerações e mais expostos à exclusão social (OIT, 2008).

Para pensarmos a inserção do jovem no mercado de trabalho Sousa (2020) aponta como elemento fundamental a questão da reprodução da força de trabalho no capitalismo. Esta reprodução envolve, para além da garantia das bases materiais para a reprodução da vida individual do trabalhador e sua família, é preciso também criar as condições sociais e ideológicas que permitam com que essa família trabalhadora ingresse no consumo de bens mercantilizados, que, como consequência, demanda a mercantilização de sua própria força de trabalho.

Na reprodução da força de trabalho entram em cena mecanismos ideológicos, como a construção de uma ética de trabalho, que exerce influência na vida dos sujeitos desde a mais tenra idade, como as brincadeiras a que tem acesso, os processos escolares e disciplinares etc. Também é presente o Estado na organização e execução de mecanismo de reprodução da força de trabalho, como por exemplo a oferta de serviços públicos de transporte, assistência social, processos de qualificação do trabalhador etc. Esse conjunto de processos contribui de duas maneiras com a ordem social capitalista: de um lado possibilita o aumento das taxas de mais-valia apropriadas pela burguesia pela redução do valor da força de trabalho com a oferta de serviços públicos; de outro lado “o Estado reduz desigualdades e a voracidade do conflito de classes, por garantir as necessidades básicas de subsistência do trabalhador.” (SOUSA, 2020, p. 116).

Nesse sentido, há uma diferença marcante entre os países do centro capitalista e os países dependentes. Enquanto nos primeiros foi possível a constituição de um Estado de bem-

35 “*las mejoras conseguidas en la educación sobrepasan las exigencias del nivel de desarrollo económico alcanzado y las demandas del mercado laboral.*”

estar social, contribuindo para a elevação da produtividade e dos lucros no pós-guerra europeu, permitiu da mesma forma a maior qualificação dos trabalhadores e maior poder de consumo em momento de pujança capitalista. Nos países dependentes a baixa produtividade foi contornada pelo aumento da extração de mais-valia absoluta, com baixos salários e ocupações instáveis e precárias (SOUSA, 2020).

Nas condições de países periféricos, onde há a manutenção de uma superpopulação relativa e baixa produtividade com precariedade laboral, o aparato institucional sempre tolerou a entrada precoce de jovens e crianças no mercado de trabalho. No contexto brasileiro em específico, como aponta Sousa (2020), esse traço tem relação com a forte cultura escravocrata do país, na qual o processo de abolição da escravatura não foi associado com a inserção dos negros na produção capitalista direta, pelo contrário, foram mantidos à margem da sociedade em ocupações degradantes e precárias ao passo que para a emergente produção industrial era usada a força de trabalho europeia.

Portanto, nos países dependentes a elevada população relativa com baixos salários e precarizada e os altos índices de desemprego exercem efeito sobre a reprodução da força de trabalho, sendo um deles o maior incentivo para a entrada precoce no mercado de trabalho dos jovens a fim de contribuição com renda salarial familiar. Para além da entrada na venda da força de trabalho direta, dentro do contexto familiar, na medida em que não existem serviços públicos e gratuitos que auxiliem na reprodução da vida, cabe aos jovens, em especial às mulheres jovens, a execução de trabalho não remunerado no seio da família, como as atividades domésticas, cuidados de crianças e idosos etc. (SOUSA, 2020).

Sousa (2020) destaca ainda que em um contexto de manutenção de um excedente de força de trabalho se permite que os empresários exijam experiências profissionais e qualificações ainda que elas não sejam necessárias para a vaga buscada. Processo que movimenta os jovens a aceitarem qualquer emprego, independente da remuneração e condições com receio de não acessarem outros tipos de empregos. O autor cita ainda o caso de intervenções do Estado para promoção de um conjunto de políticas públicas com objetivo de incentivar a entrada do jovem no mercado de trabalho, como por exemplo no caso do Brasil as políticas do “Jovem Aprendiz”. Programas desse tipo autorizam a contratação de jovens, ainda no ensino fundamental, com direitos reduzidos e que em grande medida incentiva a substituição de trabalhadores mais velhos com direitos trabalhistas por esses jovens sem direitos. Em grande parte das vezes tais processos não contribuem para a qualificação da força

de trabalho,³⁶ se resumindo no atributo de fornecimento de uma força de trabalho barata, que reforça a manutenção de baixos salários (SOUSA, 2020).

Retornando aos documentos, vemos que os impactos da crise econômica de 2008/09 são observados e descritos pela OIT no decorrer das publicações aqui estudados. Apesar de ser o centro da análise em 2010, a crise aparece também nos documentos seguintes e, em nossa avaliação, parece ser o centro de uma mudança de perspectiva na forma como a organização encara a juventude. Tal mudança tem relação com o impacto da crise nas condições de trabalho para a juventude, acarretando uma maior precarização, aumentando o número do desemprego e falta de perspectivas para os jovens no mundo todo e não apenas na periferia do capitalismo.

Inicialmente a crise econômica tem uma incidência especial nos países de centro do sistema, atestado pelos números mobilizados pela OIT (2010) – *“Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2010 - Edición especial sobre las repercusiones de la crisis económica mundial en los jóvenes”* – que observam o aumento do desemprego e baixas perspectivas de empregabilidade nos jovens europeus. A situação vivida pela população jovem europeia, com manutenção de altos índices de trabalho formal, melhores condições de trabalho etc., é a primeira a ser contestada pela crise econômica, na medida em que são aplicadas medidas que aumentam o desemprego e informalização do trabalho. O contrário é verdadeiro para a OIT (2010), ao afirmar que

Os jovens trabalhadores das regiões de renda mais baixa foram os menos afetados diretamente pela crise, pelo menos de acordo com as últimas medidas disponíveis, como o desemprego. De acordo com este relatório, isso se explica pelo fato de que a maioria das economias em desenvolvimento tem uma proporção muito menor de jovens trabalhando em estabelecimentos permanentes dos quais poderiam ser despedidos; a maioria dos trabalhadores são autônomos e exercem atividades no setor informal. Da mesma forma, apenas alguns desses países têm uma estrutura de

36 Buiar (2019) estuda a lei 5.598/2005, conhecida como “Lei da Aprendizagem”, que estabelece e regulariza a inserção de jovens entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho na condição de aprendizes, vinculados a um contrato de aprendizagem. A autora argumenta que tal modalidade tem contribuído no aligeiramento do desenvolvimento do jovem, ajustando-o comportamental e ideologicamente às necessidades produtivas da empresa, não permitindo com que o sujeito compreenda a totalidade do processo de trabalho em que está inserido. Tampouco o processo de estudo e trabalho contribuí para melhor qualificação e empregos estáveis na vida adulta. Buiar (2019) sintetiza também que os jovens trabalhadores aprendizes realizam as mesmas atividades que os trabalhadores efetivos adultos, sem nenhum tipo de distinção, sofrendo processos de precarização e assédio no trabalho. Como síntese, a autora pontua que “a Lei da Aprendizagem não somente regulamenta, como também legitima um processo de ensino para o trabalho que disciplina e condiciona o adolescente e jovem trabalhador para futuras inclusões subordinadas e exercidas pelos grupos de trabalhadores periféricos, ao ponto de naturalizar a entrada e saída do mercado de trabalho formal e a precarização associada ao vínculo empregatício” (BUIAR, 2019, p. 238-239).

proteção social que oferece benefícios de desemprego para subsidiar a procura de emprego. (OIT, 2010, p. 1-2, tradução nossa)³⁷

Nesse sentido, há, para a OIT (2010), em um contexto de crise, maior impacto nos empregos formais dos países desenvolvidos; já nos países ditos em desenvolvimento, as possibilidades estão mais direcionadas aos jovens se tornarem trabalhadores que auxiliam no trabalho familiar não remunerado ou então trabalhadores por conta própria.

Em 2012, na publicação *“Global employment trends for youth 2012”*, a organização já observa o aumento de empregos temporários e part-time³⁸ como características das condições de trabalho para os jovens na Europa. O aumento é resultado dos impactos da crise econômica. Com esse aumento a organização se questiona se tal característica de emprego seria considerada como um período de transição ao jovem, que poderia iniciar no mercado de trabalho enquanto termina os estudos, ou então seria uma armadilha, que acelera a entrada no emprego em condições pioradas.

Muitos trabalhadores temporários têm “bons” motivos para trabalhar com contratos temporários, por exemplo, porque ainda estão estudando. Esta é, de fato, a razão mais importante para os jovens assumirem empregos temporários na União Europeia (41,3 por cento dos trabalhadores temporários em 2010 eram estudantes). No entanto, a crescente importância do trabalho temporário como opção de último recurso é confirmada pelo facto de mais de um em cada três jovens afirmar que não conseguiu encontrar um emprego permanente, proporção que tem vindo a aumentar desde o início da crise (de 36,3 em 2008 para 37,1 por cento em 2010). (OIT, 2012, p. 23, tradução nossa)³⁹

37 *“Los trabajadores jóvenes de las regiones con ingresos más bajos fueron los menos afectados directamente por la crisis, al menos según lo que se desprende de las últimas mediciones disponibles, como por ejemplo, del desempleo. Según el presente informe, esto se explica porque la mayoría de las economías en desarrollo cuentan con una proporción muy inferior de jóvenes que trabajan en establecimientos fijos de los que podrían ser despedidos; la mayoría de los trabajadores trabajan por cuenta propia y desarrollan actividades en el sector informal. Del mismo modo, sólo unos pocos de estos países tienen un marco de protección social que brinde prestaciones de desempleo que permitan subvencionar la búsqueda de empleo.”*

38 A OIT (2012) entende que não há uma definição clara internacionalmente sobre a quantidade de horas que definiriam os empregos part-time; tipicamente tem-se considerado como empregos que estão entre 30 à 40 horas semanais. A OCDE entende como empregos abaixo das 30 horas semanais (OIT, 2012).

39 *“Many temporary employees have ‘good’ reasons to work on temporary contracts, for example, because they are still studying. This is, in fact, the most important reason for youth to take up temporary jobs in the European Union (41.3 per cent of temporary employees in 2010 were students). Nevertheless, the increasing importance of temporary work as an option of last resort is confirmed by the fact that more than one out of three youth state that they could not find a permanent job, and this proportion has been rising since the crisis started (from 36.3 in 2008 to 37.1 per cent in 2010).”*

As “boas” razões para o engajamento em empregos part-time – permitindo o alinhamento entre estudo e trabalho – se torna, na prática, a condição para entrada no mercado de trabalho para os jovens. Aquilo que poderia ser uma opção vira a regra para esse grupo populacional, visto, por exemplo, no alto índice de jovens que estão nessas condições de trabalho, como falado na passagem acima, assim como pela maior probabilidade dos jovens estarem em empregos part-time e temporários do que adultos – afirmam que a juventude teria quatro vezes mais chance de estar nessas condições de trabalho do que os adultos (OIT, 2012).

O movimento expresso pelos dados não ocorre de maneira fortuita, mas sim pela própria dinâmica de organização do capital em período de crise. A OIT (2012) qualifica o aumento dos empregos part-time e temporários como expressão das alterações nas legislações de trabalho que foram aplicadas nos anos anteriores, nas quais há uma maior flexibilização das formas de contratação e demissão, reduzindo os impactos de acordos e regras trabalhistas. Tais condições criam aquilo que chamam de dualidade no mercado de trabalho europeu, onde há a permanência de contratos formais, em especial dos trabalhadores mais antigos, e a contratação de novos trabalhadores de maneira mais “flexível”, através de contratos temporários e part-time. Nessas últimas condições que estão os contratos da juventude, aumentando a vulnerabilidade no trabalho desse setor (OIT, 2012).

Em 2015 a OIT percebe a manutenção da tendência de aumento dos empregos part-time nos países que compõem a OCDE⁴⁰, chegando a cerca de 30,1% dos jovens. No entanto, para sustentar a perspectiva de tal modalidade de emprego não ser apenas negativa, a OIT (2015) trata da importância de se observar a parcela desses jovens que estão em trabalhos part-time de forma involuntária e não apenas porque alinham estudo e trabalho. Para esse grupo a crise econômica teve um efeito cíclico, de forma que observou-se o aumento durante o auge da crise e a diminuição posteriormente, em que “a parcela [trabalhadores part-time involuntários] aumentou de 12,2% em 2007 para 17,1% em 2010 antes de cair para 14,8% em 2013.” (OIT, 2015, p. 37, tradução nossa)⁴¹. Notamos que mesmo que tenha influência de um movimento cíclico no aumento e diminuição dos empregos part-time involuntariamente aceitos pelos jovens, ainda é alto o número de sujeitos que estão nessa situação – cerca de 15% dos 30,1%, ou seja, metade do total nessa modalidade.

40 Quais são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

41 “the share increased from 12.2 per cent in 2007 to 17.1 per cent in 2010 before falling back to 14.8 per cent in 2013.”

Se por um lado há uma desregulação trabalhista no centro do sistema, para a periferia a OIT (2012; 2015) acompanha os documentos anteriores em que escreve sobre a predominância das formas de trabalho precário e informal nessas regiões. Um dos fatores utilizados pela OIT (2015) para avaliar a instabilidade dos empregos em economias de menor renda é o chamado *emprego irregular*. Tal conceito é definido como a soma do emprego vulnerável, do trabalho ocasional e do trabalho temporário. O emprego vulnerável contempla tanto os trabalhadores por conta própria, como aqueles que contribuem com o trabalho familiar. O trabalho ocasional se refere aos trabalhadores que são contratados de forma casual, baseado em trabalhos sazonais ou então trabalho baseado em tarefas. Já o trabalho temporário é o contrato oral ou escrito estabelecido em um período menor de doze meses (OIT, 2015).

A partir dessas definições a organização afirma que

Na maioria dos países de baixa renda, pelo menos três em cada quatro jovens trabalhadores se enquadram na categoria de emprego irregular. Como média dos dez países de baixa renda, dois em cada três (66,3 por cento) jovens trabalhadores estavam em empregos vulneráveis ou como trabalhadores por conta própria ou trabalhadores familiares contribuintes (não remunerados). Outros 4,3 por cento estavam em trabalho remunerado ocasional e 2,1 por cento em trabalho temporário (não ocasional), para um total de 72,5 por cento em emprego irregular. Isso se compara a uma média de 34,5% de empregos irregulares em sete países de renda média alta e 41,2% em oito países de renda média baixa. (OIT, 2015, p. 43, tradução nossa)⁴²

Em 2017 há uma mudança discursiva ao tratar o tema dos empregos dos jovens. A OIT (2017) parte para uma análise mais global, não tratando mais separadamente das perspectivas de trabalho em países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”. Esse movimento nos parece demonstrar a constatação pelo organismo de que as condições estão similares para a juventude no mundo todo, em especial as condições de precariedade e vulnerabilidade.

Na publicação “*Global employment trends for youth 2017 – Paths to a better working future*”, a organização afirma que a maior parte dos jovens estão em trabalho assalariado, representando cerca de 69% da coorte (OIT, 2017). Isso é reflexo, em partes, da

42 “*In most low-income countries, at least three in four young workers fall in the category of irregular employment. As an average of the ten low-income countries, two in three (66.3 per cent) young workers were in vulnerable employment as either own-account workers or contributing (unpaid) family workers. Another 4.3 per cent were in casual paid labour and 2.1 per cent in temporary (non-casual) labour, for a total of 72.5 per cent in irregular employment. This compares to an average of 34.5 per cent in irregular employment in seven upper middle-income countries and 41.2 per cent in eight lower middle-income countries.*”

diminuição daquilo que a OIT vem chamando nos documentos anteriores de trabalho vulnerável (trabalhadores por conta própria e aqueles que contribuem com trabalho familiar). A diminuição dos trabalhadores que contribuem com o trabalho familiar é resultado do menor número de trabalhadores agrícolas com a maior mudança para as grandes cidades. Já os trabalhadores por conta própria, que tem uma diminuição menos acelerada que o grupo anterior, vêm por um lado diminuindo devido à diminuição do trabalho rural, como também aumenta devido ao impacto das mudanças tecnológicas e criação de novos postos de trabalho, que se enquadram como trabalho autônomo (OIT, 2017).

O aumento do trabalho assalariado e diminuição do trabalho vulnerável contudo, segundo a OIT (2017), não se traduz em maior segurança e estabilidade para os jovens. Isso se deve ao fato de que o aumento do trabalho assalariado tem se tornado mais flexível, com a expansão de uma gama de acordos de trabalho mais flexíveis e instáveis. A expansão se dá naquilo que a OIT qualifica como empregos fora do padrão.

O emprego fora do padrão, como a OIT (2017) define, é o agrupamento de diferentes formas de contrato, que podem ser divididas em 4 grupos. O primeiro é o trabalho temporário, em que os trabalhadores são contratados por um tempo específico de trabalho, que inclui um tempo fixado, por projetos ou por tarefas. Tal tipo de contrato vem tendo expansão também com o impacto das mudanças tecnológicas e criação da chamada *gig economy*, trabalho por plataformas etc. O segundo tipo é o emprego part-time, que segue a mesma definição dos documentos anteriores – contratos com menos de 30 horas de trabalho semanais, mas também formas em que não há uma estipulação de horas, trabalhando quando chamado, como na lógica de trabalho intermitente ou contratos zero-hora.⁴³

Um terceiro tipo são os acordos contratuais que envolvem várias partes, na qual o trabalhador não é contratado diretamente pela empresa em que ele presta o serviço, mas sim por agências temporárias. E por último a OIT (2017) fala sobre o emprego disfarçado, em que tenta aparecer diferente das formas “normais” de contratação com a intenção de acabar ou atenuar com as proteções trabalhistas definidas por lei. Esse tipo de trabalho pode envolver a contratação pela terceirização ou então por um tipo de contrato comercial ou cooperativo e

43 O trabalho intermitente (ou contrato zero-hora) se caracteriza pela prestação de um serviço de forma não contínua, esporádica, na qual o empregador convoca o empregado para exercer uma tarefa apenas no momento que julgar necessário, remunerando o trabalhador apenas pelo período específico em que realizou a atividade – e não pelo período ocioso de espera para ser convocado. O trabalhador não sabe previamente quanto tempo trabalhará, tampouco qual valor receberá a cada mês.

não trabalhista – seria aquilo que hoje tem se tornado comum como “pejotização”⁴⁴, ou seja, a demanda que o trabalhador é contratado como uma empresa, pessoa jurídica, ainda que preste o serviço individualmente. Tal forma busca romper a barreira das leis trabalhistas de forma que a empresa contratante não tenha que pagar ou se responsabilizar pelos encargos e demandas que foram estabelecidas para proteção do trabalhador no exercício de sua atividade.

A OIT (2017) afirma que “A fonte emergente dominante de empregos para jovens é o emprego temporário, o emprego sem contrato por escrito ou ambos.” (p. 68, tradução nossa)⁴⁵. É, portanto, a partir dessas mudanças e novas dinâmicas que a organização define a relação da juventude com o trabalho no mundo, de forma que as divisões e particularidades regionais dão espaço para a universalização das condições precárias e instáveis, que até então eram reservadas para periferia.

Ainda na publicação de 2017 o organismo internacional começa a tratar mais diretamente das transformações no mundo do trabalho decorrentes da aplicação de novas tecnologias na produção, como a inteligência artificial, internet das coisas, trabalho por plataformas. Nesse sentido, observam o aumento do engajamento dos jovens nos trabalhos que chamam de *crowdwork*, “por meio do qual o trabalho é postado em plataformas de internet para a 'multidão' e entregue ou gerenciado por meio de uma plataforma digital.” (OIT, 2017, p. 69, tradução nossa)⁴⁶. Ainda que de difícil mensuração, pela característica desse tipo de trabalho não se configurar como a primeira fonte de renda dos jovens, a OIT (2017) afirma do aumento nos países de alta renda seguidas por uma dificuldade maior de engajamento da juventude de países “em desenvolvimento”.

No entanto, a organização já dá sinais que olha para as novas TICs entrando no mundo do trabalho com um otimismo, atestando que podem se configurar como uma oportunidade no enfrentamento da crise de emprego da juventude

Formas atípicas de emprego, quando devidamente regulamentadas, têm o potencial de fornecer trabalho decente. Horários mais flexíveis podem melhorar o equilíbrio

44 De acordo com Franco Filho (2018), a pejotização caracteriza-se pela exigência dos tomadores de serviço, da empresa contratante que os trabalhadores constituam pessoa jurídica (CNPJ) como condição para a prestação dos serviços. Como pontua o autor, o trabalhador, que até então era contratado como empregado, passa a ser contratado como pessoa jurídica, transformando-o em micro empresário individual (MEI) e enquadrando-o como trabalhador autônomo. Por trás das alterações nas legislações trabalhistas vemos novas formas de precarização do trabalho.

45 “*The dominant emerging source of jobs for young people is temporary employment, employment without a written contract, or both.*”

46 “*whereby work is posted on internet platforms to the ‘crowd’ and delivered or managed through a digital platform.*”

entre vida pessoal e profissional e oferecer maior independência e autoconfiança. Para alguns, especialmente trabalhadores mais jovens baseados em países de baixa e média renda, as oportunidades de ganhos oferecidas pelo *crowdwork* podem ser atraentes, dada a relativa escassez de fontes alternativas de emprego e renda estáveis. (OIT, 2017, p. 70, tradução nossa)⁴⁷

Ao mesmo tempo que apontam com otimismo para essas novas formas de trabalho, denotam também algumas das contradições, como por exemplo a instabilidade e insegurança nessas formas de contrato, ou ainda o aumento do estresse e piora da saúde física e mental de jovens submetidos às formas de trabalho não convencionais (OIT, 2017).

Em 2020, no documento intitulado “*Global employment trends for youth 2020 – thecnology and the future of jobs*”, a OIT afirma que no mundo há por volta de 1,3 bilhões de jovens⁴⁸, do quais cerca de 429 milhões estão empregados, 68 milhões desempregados, 41 milhões na força de trabalho em potencial (disponível para trabalho, mas sem procurar ou então procurando, mas não estando disponível para trabalhar) e 735 milhões fora da força de trabalho estendida (não estão empregados e nem procurando e disponíveis para o trabalho) (OIT, 2020).

Em relação aos jovens que estão empregados, que somam cerca de 429 milhões, apesar de em teoria representarem possibilidades de ganho de experiência e habilidades que podem favorecer um caminho de sucesso, a prática mostra que três a cada quatro jovens estão em “empregos caracterizados por condições de trabalho precárias, instabilidade, falta de proteção legal e social e oportunidades limitadas de formação e progressão na carreira.” (OIT, 2020, p. 39, tradução nossa)⁴⁹. A precariedade, portanto, mantém-se como marca definidora dos empregos da juventude, estando conectado com o que chamam de economia de plataforma e gig economy (OIT, 2020).

A mudança nas habilidades necessárias para o trabalho e o risco da automação são dois elementos presentes na avaliação da OIT (2020) em relação aos impactos tecnológicos para a juventude. Os autores apontam que apesar dos jovens adotarem as novas tecnologias de maneira muito mais rápida – apesar da importante diferença entre as distintas regiões do

47 “*Non-standard forms of employment, when appropriately regulated, have the potential to provide decent work. More flexible hours can improve the work–life balance and offer greater independence and self-reliance. For some, especially younger workers based in low- and middle-income countries, the earnings opportunities offered by crowd work may be attractive, given the relative paucity of alternative sources of stable employment and income.*”

48 Partem do agrupamento de jovens dos 15 à 24 anos.

49 “*jobs characterized by precarious working conditions, instability, a lack of legal and social protection and limited opportunities for training and career progression.*”

globo – é também nessa faixa populacional que está mais presente aquilo que denominam de ansiedade tecnológica, que seria o receio de ter o emprego perdido por conta da automação.

Tal ansiedade tecnológica, na continuação da argumentação do texto, expressa certa conformidade com as tendências de alguns estudos sobre o maior risco de automação de empregos ocupados por jovens, visto estarem em ocupações mais elementares e com isso terem uma maior proporção de tarefas automatizáveis ou então “porque eles têm menos capital humano específico da empresa e são menos dispendiosos para demitir, como pode ser observado durante a Grande Recessão do final dos anos 2000.” (OIT; 2020, p. 59, tradução nossa)⁵⁰. A situação de estar em algum emprego automatizável gera uma maior probabilidade do jovem estar desempregado, na informalidade ou então no setor considerado nem-nem do que comparado com jovens que estão em empregos não automatizáveis. Esses efeitos podem ser sentidos tanto em países “desenvolvidos” como “em desenvolvimento” (OIT; 2020).

O documento parte do pressuposto de que o capital humano desenvolvido para uma ocupação pode ser transferido para outra que tenha algum grau de relação entre as tarefas. Isso leva à argumentação da possibilidade dos jovens transicionarem entre um emprego a outro de acordo com a necessidade. A OIT (2020) aponta, no entanto, que o grau de qualificação, o nível educacional acessado aumenta ou diminui as dificuldades colocadas por este movimento de transição de um emprego a outro. Comparam a educação superior e o treinamento vocacional, afirmando que a primeira leva à empregos com menor chance de automatização visto que desenvolve habilidades mais gerais enquanto o segundo desenvolve habilidades que se tornam obsoletas mais rapidamente, gerando maior risco de automatização.

Em síntese,

Nossa análise indica que, em geral, aqueles com ensino superior são mais capazes de se ajustar ao cenário do mercado de trabalho em mudança do que aqueles com ensino médio ou menos, retornando à educação e treinamento formal. No entanto, em qualquer nível de escolaridade, aqueles com experiência em empregos automatizáveis têm mais dificuldade em mudar para outro emprego e, muitas vezes, acabam desempregados ou inativos. (OIT; 2020, p. 73, tradução nossa)⁵¹

50 “because they have less firm-specific human capital and are less costly to dismiss, as could be observed during the Great Recession of the late 2000s.”

51 “Our analysis indicates that, overall, those with a higher education are better able to adjust to the changing labour market landscape than those with secondary education or less by returning to formal education and training. However, at any level of education, those with experience in automatable jobs find it more difficult to move to another job and often end up unemployed or inactive.”

O cenário apontado culmina na defesa da requalificação e aprendizagem para a vida toda, em conjunto com sistemas de proteção social, como formas de minimizar os impactos negativos. “Governos, trabalhadores, empregadores e instituições educacionais precisam unir forças para construir e financiar um ‘ecossistema’ eficaz de aprendizagem ao longo da vida (OIT, 2019) e fortalecer os serviços públicos de emprego” (OIT, 2020, p. 78, tradução nossa)⁵².

Se baseando em dados sobre as demandas de contratação e habilidades requeridas nos últimos anos em alguns países europeus e norte-americanos, a OIT (2020) afirma que empregos de níveis de entrada (*entry-level jobs*), que seriam aqueles que requerem pouca ou nenhuma experiência, têm aumentado em detrimento da diminuição da contratação em empregos não de entrada (*non-entry-level jobs*), com maior experiência requerida. Apesar de parte desses empregos, nas economias avançadas, demandarem maior nível educacional, parte desse aumento é devido à proliferação de outras formas de contratação, como os contratos zero-hora e similares em um contexto de expansão da gig economy ou economia do compartilhamento (OIT; 2020).

De acordo com os números que se apoiam, a organização afirma que as maiores contratações nesses empregos de entrada estão sendo na saúde e assistência social. As ocupações que envolvem TICs têm demandado trabalhadores com maior experiência (OIT, 2020). Como vimos no capítulo anterior, partimos da compreensão que o trabalho digital, mediado por novas TICs, representam uma forma de precarização da força de trabalho na medida em que se utilizam de aparatos tecnológicos para organização e controle do processo produtivo de um amplo contingente de trabalhadores espalhados globalmente em tarefas cada vez mais parciais e alienadas de quem realmente as realiza – a classe trabalhadora (CASILLI, 2018; GRAHAM; ANWAR, 2019). Nesse sentido, por uma definição ampla e crítica das mudanças no mundo do trabalho, vemos que a forma como a OIT compreende as contratações de TICs demonstram uma certa limitação na compreensão do trabalho em tal modalidade, localizando apenas em trabalhos especializados e que requerem maior nível de qualificação e experiência.

Em relação às habilidades requeridas,

52 “Governments, workers, employers and educational institutions need to join forces to build and finance an effective lifelong learning ‘ecosystem’ (ILO, 2019) and to strengthen public employment services”

os empregadores procuram trabalhadores com uma variedade de habilidades, incluindo (a) habilidades básicas ou gerais (por exemplo, redação e capacidade de trabalhar em equipe); (b) habilidades de software relacionadas à alfabetização e tecnologia de computadores; e (c) habilidades especializadas para ocupações específicas, como contabilidade e vendas (OIT, 2020, p. 89, tradução nossa)⁵³

O texto aponta, no entanto, que

Ao contrário do que se poderia esperar, tanto as ocupações quanto o conteúdo de habilidades em vagas de emprego publicadas online por agências de emprego privadas e públicas em países de renda alta e média permaneceram relativamente estáveis nos últimos anos. No entanto, o conjunto de habilidades procurado pelos empregadores se expandiu; a alfabetização básica em informática é esperada para todas as ocupações. Isso, no entanto, não significa que as tarefas não tenham mudado – pode ser que o conteúdo dos trabalhos tenha mudado. (OIT, 2020, p. 102, tradução nossa)⁵⁴

Em relação às mudanças nas competências e habilidades nos indagamos sobre o quanto essa caracterização pode de alguma forma servir como elemento conformador da força de trabalho, levando a um aligeiramento do desenvolvimento teórico e cognitivo do indivíduo na medida em que o objetivo buscado e defendido pelos organismos é a formação baseada estritamente nas necessidades do mercado. Além do fato de poder servir como um mecanismo de contenção da juventude em sua entrada no mercado de trabalho, servindo como forma de encobrir um processo de desemprego estrutural dentro do capitalismo, que joga parcelas significativas dos jovens para essa condição de instabilidade (ANTUNES, 2009).

A partir da avaliação de alterações das habilidades necessárias para o trabalho a OIT (2020) aponta a tecnologia, mais especificamente a digitalização de serviços públicos de oferta de emprego, como necessidade e solução para os países superarem barreiras e aprimorarem o processo de entrada no mercado de trabalho pelos jovens. A digitalização desses serviços seria interessante pelo fato de: através dos dados gerados auxiliarem na análise do mercado de trabalho local; sistematização das habilidades necessárias e com isso promover treinamentos específicos; através dos algoritmos seria potencializado a relação

53 “employers are looking for workers with a range of skills, including (a) baseline or general skills (e.g. writing and ability to work in a team); (b) software skills related to computer literacy and technology; and (c) specialized skills for specific occupations such as accounting and sales”

54 “Contrary to what one might expect, both the occupations and skill content in job vacancies posted online by private and public employment agencies in high- and middle-income countries have remained relatively stable in recent years. Nevertheless, the skill set sought by employers has expanded; basic computer literacy is expected for all occupations. This, however, does not mean that tasks have not changed – it may well be that the content of jobs has changed.”

entre a empresa e o trabalhador que possui as habilidades requeridas; melhor relação entre empresas, governos e trabalhadores. No entanto, no contexto de países em desenvolvimento, deve-se levar em consideração a desigualdade no acesso as diferentes TICs e como a digitalização do sistema de oferta de empregos pode excluir quem não tem acesso (OIT, 2020).

Filgueiras e Cavalcante (2020), ao abordarem o ressurgimento de debates que advogam pelo fim da classe trabalhadora, percebem que tais posições estão baseadas em análises do mercado de trabalho nas quais os empregos “normais” – assalariados – são substituídos pelo trabalho por conta própria, ou ainda ocupações que não são nem assalariadas tampouco por conta própria. Os autores percebem tais posições também em escritos da OIT, como em uma publicação de 2015 intitulada de “A mudança na natureza dos empregos”, na qual as mudanças tecnológicas aparecem como fatores que alteram os padrões “tradicionais” de emprego e relação empregado-empregador, com ascensão de empregos por conta própria e outras modalidades fora do padrão.

Nas publicações da OIT aqui analisadas, percebemos que de fato a organização atesta tais alterações na forma de contratação, em especial da juventude. E as conclusões que chegam nos documentos apontam para a impossibilidade de obtenção dos mesmos padrões de emprego e de que a regulação trabalhista que teriam os empregos “tradicionais” se tornam “difíceis” de serem alcançadas nestas novas modalidades. As saídas envolvem muito mais políticas que, em nossa visão, atingem apenas a aparência do problema, como políticas voltadas para a relação entre educação e mercado, capacitando os jovens a agirem em um contexto de mudança e políticas voltadas ao empreendedorismo, aceitando que a instabilidade trabalhista deve ser resolvida pela individualização do problema.

Instigados pelas ideias de Filgueiras e Cavalcante (2020), percebemos que, de certa forma, as ideias expressas nas publicações sobre juventude da OIT aqui estudadas carregam os traços do “novo adeus à classe trabalhadora”. As saídas propostas pelo organismo naturalizam a precariedade e individualizam a responsabilidade e resolutibilidade da problemática. Entretanto, a contradição é também expressa, na medida em que a própria organização percebe que as novas formas de contratação aplicadas em contexto de mudança tecnológica são também roupagens para o emprego assalariado e precário, que até pouco tempo eram problemas específicos da periferia capitalista.

3.2.2 Transição escola-trabalho

Como visto na subseção anterior (concepção de juventude nos documentos) a principal característica específica da juventude para a OIT é se encontrar em um momento de vida em que ocorre sua entrada no mundo adulto, através da transição da escola para o mundo do trabalho. Com isso, os aspectos relacionados à transição escola-trabalho aparecem como tema base para a compreensão da situação dos jovens, ganhando destaques nas publicações aqui estudadas.

A OIT entende esse processo como:

A transição no mercado de trabalho dos jovens não se refere apenas ao período de tempo que decorre entre a saída da escola (com ou sem conclusão dos estudos) e o primeiro emprego, mas também inclui aspectos qualitativos, como a estabilidade no emprego (medida pelo tipo de contrato). (OIT, 2013, p. 52, tradução nossa)⁵⁵

E ainda na publicação de 2013 – *“Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2013 – Una generación em peligro”* – o organismo diferencia 3 grupos para se pensar a transição: 1) jovens com transição feita (emprego estável; emprego satisfatório mas temporal; emprego por conta própria satisfatório), 2) em transição (empregado; emprego temporal não satisfatório; emprego por conta própria não satisfatório; inativa, não vai a escola ou formação e procura emprego), 3) transição ainda não iniciada (na escola, mas está inativo; não está na escola ou formação e não procura emprego) (OIT, 2013).

Na publicação de 2015 há uma alteração na definição de transição. Um dos critérios definidores nas publicações anteriores era a satisfação com trabalho que o jovem estava, no entanto, perceberam que tal critério envolvia fatores socioculturais que não refletiam a transição completa ou não. Por exemplo, em países com maior índice de informalidade e precariedade, a obtenção de um trabalho por conta própria, por mais que afirmado como satisfatório, não necessariamente representa o desejo de manter-se nele por mais de um ano. A OIT compreende que nesses locais os fatores socioculturais, como o tipo de trabalho mais comum entre os jovens não se converte mecanicamente em satisfação com emprego obtido. Nesse sentido, alterou-se o critério para o desejo de manter-se no trabalho ou sair (OIT, 2015).

⁵⁵ *“La transición en el mercado de trabajo de los jóvenes no sólo se refiere al período de tiempo que transcurre entre su salida de la escuela (habiendo finalizado o no su educación) y su primer trabajo, sino que también incluye aspectos cualitativos, como la estabilidad del trabajo (medida por el tipo de contrato).”*

Em relação aos dados sobre a transição, na mesma publicação – OIT (2015) – apontam que entre os países de renda média-alta 40,4% dos jovens transicionaram para um emprego estável; já nos países de renda baixa a maior parte se deu na transição para um emprego autônomo. Apontam ainda que entre este último grupo de países, é mais provável que o jovem mantenha-se em transição devido ao desejo de sair de um emprego autônomo ou temporário, enquanto nos países de renda média-alta o maior fator de manutenção dos jovens em transição é devido ao desemprego e à permanência na educação.

No entanto, aparte das diferenças regionais, a OIT (2015) nota que a transição escola-trabalho, mesmo que não tendo uma ligação estreita entre o primeiro trabalho e a consideração de que a transição foi realizada, é determinada fortemente pela posição e tipo de trabalho que o indivíduo tem acesso. Afirmam que há um reduzido número de jovens que passaram de um emprego por conta própria para um emprego estável ou satisfatório. Ainda mais baixo são os jovens que saíram da inatividade para um emprego estável ou satisfatório – que representa uma certa “armadilha da inatividade”, na medida em que o tempo de permanência nessa situação acarreta mais dificuldades para obtenção de um emprego posteriormente (OIT, 2015).

Ao abordar a temática da transição escola-trabalho, notamos que a OIT (2015) expressa parte de sua concepção de juventude, na medida em que concebe tal transição como base para “outros estágios” como a construção de família e vida adulta. Tal movimento é visto no trecho: “Os resultados mostram que uma grande maioria dos jovens de hoje permanece sem acesso a um emprego estável que lhes pudesse trazer uma prosperidade segura para embasar a próxima etapa de transição, que é a vida adulta e a construção da família.” (OIT, 2015, p. 51, tradução nossa)⁵⁶. A forma tratada nos remete a uma ideia escalar, em que a transição da escola para o trabalho seria dada sequência, em nível superior, pela construção de uma família e com isso a entrada na vida adulta.

Tal concepção nos remete às ideias trabalhadas por Groppo (2017) quando argumenta sobre as concepções tradicionais de juventude, baseadas no estrutural-funcionalismo, que olham para o período de vida como um processo de integração do sujeito nas normas e dinâmicas de socialização hegemônicas nessa sociedade. Através do processo educativo, e mesmo subgrupos juvenis, ocorreria a socialização, ainda que possivelmente com

56 “The results show a vast majority of today’s youth remaining without access to a stable job that could bring them a secure prosperity from which to base the next stage of transition, which is adulthood and family-building.”

a expressão de processos questionadores que são olhados – pela teoria – como marginais e anormais. A concepção escalonadora, da sucessão de diferentes níveis de transição expressa pela OIT (2015) parece carregar essa ideia de integração do sujeito na sociabilidade posta, sem se aventar quais são as possibilidades colocadas para o sujeito que difiram das ideias hegemônicas expressas na vida social.

3.2.3 Educação que (Não) Forma Para o Mercado

Curioso notar que apesar dos documentos da OIT observarem as transformações no mundo do trabalho, principalmente no que diz respeito à degradação das condições de trabalho e “normalização” da precariedade, vemos que a compreensão caminha no sentido da naturalização desse movimento e individualização dos impactos e contradições. Ou seja, afirmam que há degradação, mas não localizam a raiz do fenômeno na própria organização do sistema e sim em critérios como falta de articulação entre o processo educativo e o mundo empresarial na definição dos conteúdos a serem desenvolvidos nos jovens estudantes, ou então na diferença individual entre jovens com mais ou menos educação que impacta na característica do trabalho obtido.

A educação, ou melhor o acesso a diferentes níveis educacionais, torna-se para a organização elemento central na diferença entre os trabalhos disponíveis aos jovens – se será um trabalho com maior qualidade e remuneração, com contrato ou não, informal etc.

Em especial a partir do ano de 2013, o tema do desajuste entre as competências desenvolvidas no processo educativo e as demandas do mercado de trabalho – que se expressam em termos de sobreeducação e subeducação – são tomados com maior afinco pela OIT na caracterização da situação da juventude em relação ao emprego. É nessa publicação que dois capítulos são dedicados unicamente para falar sobre esse fenômeno, diferenciando entre os chamados países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.

Nos países “desenvolvidos” predomina entre os jovens aquilo que a organização nomeia de sobreeducação:

Em termos gerais, a sobreeducação é explicada pela rivalidade para conseguir um emprego, que empurra os trabalhadores com mais habilidades para empregos ou ocupações de baixa remuneração que os trabalhadores com menor nível de escolaridade tendem a optar (Karakaya, Plasman e Rycx, 2007). Em tempos de crise econômica e do mercado de trabalho existe uma boa probabilidade de aumentar este

tipo de desajuste de competências, bem como as suas repercussões negativas. (OIT, 2013, p. 29, tradução nossa)⁵⁷

As repercussões negativas do fenômeno são vistas, por exemplo, na menor remuneração de jovens que encontram-se sobreeducados em seus postos de trabalho, assim como na maior dificuldade para que os jovens que acessavam esses postos anteriormente – que em teoria estavam “ajustados” nas competências e demandas do cargo de trabalho – consigam ser empregados em postos para os quais possuem as competências necessárias. Vemos então que a OIT aponta uma reação em cadeia, em que os jovens de maiores níveis educacionais não conseguem acessar postos para os quais estão qualificados em relação ao nível educacional adquirido, jogando-os para postos mais baixos. Os jovens que estavam nestes postos mais baixos são jogados ainda mais abaixo e assim conseqüentemente. Fator que coloca a parcela da juventude com menor acesso ao processo educativo formal em maior situação de vulnerabilidade, na medida em que compete para os mesmos postos de trabalho com outros trabalhadores mais “qualificados”.

Nos países “em desenvolvimento”, onde predominam formas de trabalho temporário e ocasionais, como já sintetizado anteriormente, sua raiz está, de acordo com a OIT (2013), na diferença entre os níveis educacionais alcançados pelos jovens nas economias “desenvolvidas”, com a maioria tendo completado o nível secundário, ao passo que nos países “em desenvolvimento” há apenas uma pequena parte que finalizou educação secundária. Ou seja, as diferentes formas que o capital se utiliza da exploração do trabalho humano regionalmente são tidas como meras diferenças de níveis educacionais distintos.

Na publicação de 2020 a OIT reforça novamente o papel da educação como elemento determinante nas diferenças trabalhistas entre os jovens. Os autores se apoiam em estudos que mediram o retorno salarial dos diferentes níveis de educação. Como síntese geral afirmam que há no mundo hoje uma queda nas diferenças salariais em conjunto com uma queda nos retornos salariais da educação terciária (OIT, 2020). Aparente contradição com uma possível impressão geral na sociedade, apontada também pelo documento, de que pelo maior desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias na produção aumenta-se a demanda de trabalhadores mais especializados (com educação superior) e também as desigualdades

57 “En términos generales, la sobreeducación se explica por la rivalidad para conseguir un trabajo, que empuja a los trabajadores con más competencias hacia puestos u ocupaciones con remuneraciones bajas a los que suelen optar los trabajadores con un nivel de educación inferior (Karakaya, Plasman y Rycx, 2007). En tiempos de crisis económica y del mercado de trabajo existen muchas posibilidades de que se registre un aumento de este tipo de desajuste de las competencias, así como de sus repercusiones negativas.”

salariais – com trabalhadores mais qualificados ganhando muito mais que trabalhadores menos qualificados. No entanto tal impressão mostra-se incompatível com a realidade do trabalho hoje.

Apesar da maior qualificação, e nesse caso em específico o ensino terciário ainda representar maior retorno salarial e chances de estar empregado, vê-se que diminui cada vez mais a diferença entre os salários dos trabalhadores com distintas qualificações. Tal diminuição, de acordo com a própria OIT (2020), decorre do menor retorno salarial que a educação terciária fornece. Ou seja, tal nível educacional ainda possibilita maiores salários que qualificações mais baixas, mas a diferença tem diminuído. Essas diferenças são ainda mais presentes na juventude e as explicações fornecidas dizem respeito à maior oferta de trabalhadores com educação superior que não acompanha a demanda do mercado.

Nas palavras da organização, essas diferenças e mudanças trazem consequências,

O excesso de oferta de graduados em muitos países tem uma série de outras consequências. Nem todos os graduados podem obter empregos altamente qualificados (figura 4.12, painel A), e a probabilidade de não encontrar um emprego aumenta e provavelmente se refletirá em uma taxa crescente de nem-nem (figura 4.12, painel B) [...] O insucesso em conseguir um emprego altamente qualificado, apesar de ter um ensino superior, pode levar a uma baixa satisfação no trabalho e a uma alta rotatividade de empregos, enquanto não conseguir encontrar um emprego pode levar à decepção, aumento da ansiedade e depressão. (OIT, 2020, p.120, tradução nossa)⁵⁸

Outra consequência seria decorrente de um processo de sobrequalificação, em que jovens com maiores níveis de escolaridade, na falta de empregos que correspondam às suas qualificações, podem vir a ocupar empregos de menores qualificações. O efeito desse movimento é que cada vez mais a juventude de menor qualificação corre o risco de não estar empregado ou com algum trabalho decente. O documento afirma que particularmente para essa parcela da população, jovens de baixa qualificação, a situação se vulnerabiliza duplamente, “porque enfrentam simultaneamente pressões ascendentes (risco de

58 “The excess supply of graduates in many countries has a number of other consequences. Not all graduates can obtain high-skilled jobs (figure 4.12, panel A), and the likelihood of not finding a job at all increases and is likely to be reflected in a rising NEET rate (figure 4.12, panel B) [...] Failure to secure a high-skilled job despite having a tertiary education can lead to low job satisfaction and high job turnover, while not being able to find a job at all may lead to disappointment, increased anxiety and depression.”

automatização) e pressões descendentes (deslocamento por jovens com maior nível de escolaridade)” (OIT, 2020, p. 128, tradução nossa)⁵⁹.

As saídas para minimizar as desigualdades devem aliar desenvolvimento educacional com crescimento de empregos de nível educacional adequado. Para a OIT (2020), apesar do menor retorno salarial obtido com a educação superior, o engajamento na educação e formação de habilidades ainda é a chave necessária para o progresso social. No entanto, essa chave deve ser acompanhada de uma “maior ênfase em políticas equilibradas do lado da procura, concebidas para promover a criação de empregos para os jovens em todo o espectro de competências.” (OIT, 2020, p.122, tradução nossa)⁶⁰.

As mudanças tecnológicas, portanto, apesar de representarem aumento de produtividade e criação de novos empregos, não podem vir desacompanhadas de outras medidas que reduzam os impactos negativos – desemprego, informalização, falta de perspectivas para os jovens etc. Nos parece que nas palavras da OIT (2020) as mudanças tecnológicas são essencialmente positivas para o mercado, mas os impactos negativos não devem ser de responsabilidade desse e sim mitigadas com políticas públicas de regulação do trabalho e oferta educacional.

Nesse sentido, a OIT (2020) aponta que as políticas públicas devem ter como foco três distintos grupos de jovens, que demandam soluções particulares:

(a) jovens em educação em transição para o mundo do trabalho; (b) jovens já inseridos no mercado de trabalho; e (c) jovens que já foram deslocados pelas novas tecnologias, incluindo aqueles que não estão nem na educação nem no mercado de trabalho (nem-nem) (p. 128, tradução nossa)⁶¹.

No plano educacional a maior preocupação deve estar na formação de jovens com as habilidades necessárias para serem empregados, para garantirem trabalho decente. Tais habilidades centrais hoje, para a organização, são trabalho em equipe, criatividade e pensamento crítico, junto com habilidades digitais, abrindo portas para aquisição de novos conhecimentos (OIT, 2020). Combinado com uma maior relação entre sistema educativo e

59 *“because they face both upward pressure (the risk of automation) and downward pressure (displacement by young people with a higher level of education)”*

60 *“greater emphasis on balanced demand-side policies designed to foster the creation of jobs for young people along the entire skills spectrum.”*

61 *“(a) young people in education transitioning into the world of work; (b) young people already in the labour market; and (c) young people who have already been displaced by new technologies, including those neither in education nor in the labour market (NEET)”*

empresas, assim como aprendizagem no trabalho, o caminho para a empregabilidade jovem estaria melhor alicerçado. Abordam também formas para lidar com especificidades, como dos jovens considerados nem-nem que devem ter a possibilidade de passarem por processos de requalificação e aprendizagem de novas habilidades.

Há um elemento importante que devemos notar sobre as concepções não expressas diretamente nos documentos, mas que nos parecem serem base das prescrições feitas pela organização. Uma dessas concepções é o uso da Teoria do Capital Humano (TCH). No documento da OIT (2020), em apenas cinco momentos são feitas referências diretas ao conceito, mas com nenhuma definição sobre. Ele é igualado ao acúmulo de conhecimentos e habilidades de um trabalhador que podem ser ou não transferidas aos empregos que venha a ter durante sua vida.

A partir de Frigotto (1993), compreendemos a TCH como uma necessidade histórica do capital de se relacionar com as contradições produzidas nesse modo de produção, de forma a localizar as causas e respostas a essas contradições de forma individualizada. É usada por uma perspectiva que iguala educação com aumento de produtividade, servindo para escamotear o movimento estrutural do capitalismo e suas crises. Com Lima Filho (2002), notamos que a TCH é usada como ponto nodal nas caracterizações e proposições realizadas por diversos organismos internacionais a partir dos anos 1990, sendo incorporadas na formulação de políticas públicas, em especial no campo das políticas educacionais.

É justamente por esse papel central que ocupa a TCH nas avaliações dos organismos internacionais historicamente que sobressai o pouco uso, ou um uso fragmentado, nas publicações da OIT aqui estudadas. Essa forma de apresentação, de não referência direta ao conceito, não diminui, contudo, a compreensão baseada nas premissas do capital humano. Vemos que apesar de ser pouco referenciada, a TCH aparece como lugar comum, no sentido das avaliações serem construídas tendo forte peso a ligação direta entre educação e aumento de produtividade, o acúmulo de conhecimento e habilidades tratado como ponto fulcral de intervenção para mitigar os impactos negativos das mudanças tecnológicas em curso. Essa caracterização parece ganhar destaque nas análises realizadas pelo organismo, nos mostrando um possível caminho para ulterior investigação.

3.2.4 Desafios e Oportunidades: Universalização da Precariedade e Otimismo do Trabalho Digital

No decorrer dos documentos há uma marcada dualidade entre os países ditos “desenvolvidos” e aqueles “em desenvolvimento” no que se refere às condições e perspectivas de trabalho para os jovens. Em relação aos últimos, há uma continuidade nos discursos em que apontam os temas da precariedade e informalização como elementos perenes nas dinâmicas sociais postas. Alto número de jovens em empregos por conta própria ou auxílio no trabalho familiar sem remuneração, baixo número de formalização, que conformam uma dinâmica que joga os jovens mais cedo no mercado de trabalho, mesmo que nessas condições pioradas, como necessidade para complementação de renda familiar e mínimas condições de autonomia financeira – ainda que relativa.

Já nos países “desenvolvidos” percebemos que a OIT atesta uma alteração nas características do mercado de trabalho dos jovens a partir das novas condições de acumulação capitalista abertas pela crise econômica mundial de 2008/09. Passam à cena a maior incidência de fatores como o desemprego, aumento da informalização, aumento do número de jovens que se afastam do mercado de trabalho – seja por permanecerem maior período na educação formal, seja por se somarem no número de jovens considerados nem-nem.

Sousa (2020) aponta, a partir da teoria marxista, que uma das formas de expressão do desenvolvimento capitalista é o aumento do volume de capital constante (que sinteticamente podemos chamar de meios de produção, como máquinas, estrutura física etc.) em comparação com o capital variável (força de trabalho). Tal dinâmica implica na diminuição dos postos de trabalho e uma tendência à ampliação estrutural do contingente de desempregados e subempregados; criando o que Marx chama de superpopulação relativa, em que cria-se uma massa de trabalhadores disponíveis para expansão do capital e uma pressão contra organizações dos trabalhadores e aumento salarial. Esse processo afeta de formas distintas as economias de centro e da periferia capitalista.

Partindo das ideias de Anibal Quijano e José Nun, Sousa (2020) nota que os autores buscaram identificar a existência dessa superpopulação relativa nos países de capitalismo dependente. Nesses países predomina uma heterogeneidade estrutural da economia, com a difusão do progresso técnico – importado dos países centrais – em poucos setores econômicos, em geral ligados à produção para exportação e que absorve uma pequena parcela

da força de trabalho. O maior contingente de trabalhadores é inserido em atividades de baixa produtividade e remuneração, com grande número de trabalhadores precários e pauperizados. Nesse sentido, o mercado de trabalho já se constitui com características precárias, com alto número de subempregos, trabalho por conta própria, desemprego etc.; isso é o que conforma a especificidade da superpopulação relativa em economias periféricas e dependentes.

Com isso podemos notar a raiz das ideias apresentadas pela OIT ao tratar das diferenças entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, em que nos últimos é onde predominam formas de trabalho precário e instável durante toda a análise. As mudanças que acontecem nos países de centro no decorrer dos documentos e que são localizadas como reflexo da crise econômica se refletem em novas formas de precarização do trabalho em processos que já eram a norma nos países dependentes. Vemos que a OIT não trata da raiz do problema, fazendo a análise em termos abstratos ou meramente aparentes, em que as diferenças entre países de centro e periferia no que se refere às condições de venda da força de trabalho, que se coloca na estrutura do sistema social capitalista, é tratada apenas como incapacidade de políticas públicas específicas e localizadas, ou então devido à maior qualificação de trabalhadores dos ditos países “desenvolvidos”.

Ao mesmo tempo que há uma dualidade entre os diferentes países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” nas ideias apresentadas pelo organismo internacional estudado, notamos a universalização das condições de precariedade na vida da juventude, em especial nas publicações de 2017 e 2020. As afirmações sobre a maior vulnerabilidade de setor populacional perante os adultos, ou mesmo o aumento quantitativo de jovens que se encontram na pobreza ou em condições de trabalho precárias ou desemprego mesmo em países de centro do sistema torna-se elemento constante globalmente, nessa medida, elementos impossíveis de serem negados ou camuflados.

Tal movimento é em grande medida determinado pelas novas formas de trabalho decorrente do maior uso das TICs, em grande medida mais precárias e instáveis. Percebemos que os documentos as caracterizam em dois aspectos: um primeiro aspecto é o elemento negativo, no sentido da precariedade, menores salários etc.; o segundo aspecto diz respeito ao processo positivo de possibilidade de inserção de novos trabalhadores no mercado global, possibilidade de trabalhar para uma empresa mesmo não estando em seu país de residência, possibilidade de usar o tempo de descanso para adquirir outra atividade remunerada e assim aumentar a renda pessoal e familiar etc. A OIT olha então para o fenômeno da

plataformização do trabalho ou trabalho digital – ou seja, a contratação, organização e execução do trabalho mediado pelas plataformas digitais – nessa duplicidade. Afirmar ainda que essas condições passam a ser expressas no mundo como um todo, não mais restrita aos países menos desenvolvidos.

Ainda que de forma dúplce, vemos que o movimento discursivo percorrido pela OIT passou do pessimismo no início da década de 2010 em relação às perspectivas de trabalho para os jovens ao maior otimismo no final dos anos estudados (OIT, 2017; 2020) com a ampliação do uso de novas tecnologias para organização do trabalho no capitalismo. Ainda que em condições de trabalho precárias, baixos salários, defasagem nas qualificações, o trabalho digital é fonte de esperanças da organização ao perceber o rápido vínculo entre essas formas trabalhistas e o engajamento dos jovens. Parte do otimismo se baseia na possibilidade da juventude se utilizar dessas formas de trabalho como uma primeira experiência no mercado de trabalho, possibilidade para adquirirem alguma renda e ainda pelo potencial de alinhamento entre trabalho e estudo.

No entanto, como trabalhado no capítulo anterior, o trabalho digital em grande medida se caracteriza pela instabilidade, informalidade e precariedade. De acordo com Abílio (2020b), o trabalho plataformizado possui um traço marcante que é o amadorismo, na qual mesmo sendo um trabalho, não confere identidade profissional ao sujeito que o realiza pela perda de mediações públicas e regulações estatais que caracterizariam a atividade como profissão. O trabalho se torna um bico; o aparente caráter provisório se torna permanente pela falta de disponibilidade de obtenção de uma ocupação formalizada e generalização da digitalização no trabalho. Além do traço geral de que o trabalho se torna maleável, as mediações específicas também o são, como a remuneração, local e mesmo a distinção entre o que é tempo de trabalho e o que não é, ocorrendo uma fusão entre esfera profissional e privada. Em vista disso nos questionamos sobre o otimismo expresso pela OIT em relação ao trabalho digital para a juventude, visto que tais ocupações carregam os traços degradantes do trabalho no capitalismo, assolado pela precariedade e até mesmo amadorismo.

O conjunto de alterações no processo produtivo, que vão ser sentidos pela classe trabalhadora através de formas de contratação terceirizada, pejetizada ou pelo trabalho em plataformas produzem uma série de impactos para o sujeito trabalhador. Com salários mais baixos e jornadas mais longas, falta de acesso à direitos trabalhistas etc., os trabalhadores terão que se engajar em mais de uma ocupação para compor a fração da remuneração mensal

que dificilmente atinja uma renda considerada adequada. Dentro disso, “Os jovens que se inserem no mercado de trabalho nesse cenário precisarão construir estratégias para lidar com excesso de trabalho, fragilidade de vínculos e possibilidade de não construir uma carreira fundada em uma atividade exclusiva.” (SOUSA; POCHMANN; BONONE, 2021, p. 7)

Outro elemento importante do trabalho digital, apoiado em Abílio (2020a), é a generalização e concentração da vivência periférica do trabalho no capitalismo. Interessante pensarmos isso a luz do que os documentos nos trazem, como visto na expansão das condições de precariedade e instabilidade da juventude também nos países centrais, onde antes predominavam contratos formais e inúmeros mecanismos sociais. Com isso, esses países se tornam o exemplo de como as novas tecnologias impactam na precarização dos trabalhadores. No entanto, como aponta Abílio (2020a), tal situação, e no caso o trabalho digital, é apenas a expressão de um movimento de generalização das condições de trabalho vivenciadas na periferia do capital. Nas palavras da autora,

O estabelecimento de estratégias pessoais, o trânsito por diversas ocupações, o acúmulo de diferentes tarefas, as indefinições sobre o que é tempo de trabalho e o que não é, o trabalho não pago, a incerteza e a ausência permanentes de garantias sobre a remuneração não são novidade para trabalhadores da periferia, dando aqui o sentido ao que definimos como Sul. Esse modo de vida é persistentemente invisibilizado quanto a sua centralidade no desenvolvimento e acumulação capitalistas. (ABÍLIO, 2020a, p. 24)

Nesse sentido, é preciso compreender que as condições e impactos da uberização⁶², ou então das mudanças nas condições de trabalho pela aplicação de novas tecnologias como caracterizam os documentos em análise, são as expressões generalizadas de uma situação instável, precária e contraditória, presente na periferia capitalista de forma constante (ABÍLIO, 2020a). As novas expressões e nomes dados ao processo, como *gig economy*, economia do compartilhamento etc., não são mais do que a tentativa de explicação desse processo já em curso, que se generaliza.

O elemento novo representa a flexibilização generalizada do trabalho a nível mundial. Tal forma de trabalho não está mais restrita à trabalhadores migrantes, negros,

62 A autora entende o processo de uberização não apenas restrito ao aplicativo da Uber ou ao trabalho em plataforma, mas sim como “fruto de décadas de eliminação de direitos, da dispersão global e, ao mesmo tempo, centralizada de cadeias produtivas – aliadas à liberalização de fluxos financeiros e de investimento – e do desenvolvimento tecnológico, que fundamenta novas formas de organização e controle do processo de trabalho.” (ABÍLIO, 2020a, p. 14)

LGBTs, ou mesmo à trabalhadores com baixa qualificação, é agora a regra geral e tendência de desenvolvimento do capitalismo.

Olhando para a especificidade brasileira, Sousa, Pochmann e Bonone (2021) apontam que no país, entre os anos de 2012 e 2019, é no setor jovem em que mais se expandiu a participação no trabalho plataformizado e isso se dá ao menos por cinco fatores levantados pelos autores. O primeiro deles diz respeito à juventude possuir menor experiência e menor qualificação, que faz com que os sujeitos da coorte aceitem trabalhos mais precários e com menor remuneração e as plataformas figurem como alternativa. O segundo fator é a busca por qualquer trabalho que forneça alguma remuneração em um contexto de piora econômica impactando na vida individual e familiar. Em pesquisa da Aliança Bike (2019) com entregadores ciclistas de aplicativo na cidade de São Paulo, os dados apontam que 65% dos entrevistados iniciaram o trabalho há menos de 6 meses e 22% entre 6 meses e um ano, demonstrando o caráter recente e emergencial que tais atividades representam.

A terceira razão ocorre pelo fato dos jovens já estarem mais inteirados no uso das novas tecnologias, permitindo a execução de uma maior amplitude de tarefas. No entanto, isso não se relaciona com tarefas mais complexas e de maior remuneração. E mesmo o fator de maior facilidade com as novas TICs, conforme descrevem Sousa, Pochmann e Bonone (2021), tende a diminuir na medida em que o uso dessas tecnologias se torne mais ampliado no processo produtivo.

Em quarto lugar está a maior predisposição física dos jovens, que permite com que executem longas e intensas jornadas de trabalho afim de obtenção de remuneração ligeiramente maior. Por outro lado, pelo trabalho em plataformas se caracterizar pela baixa remuneração e falta de vínculos empregatícios, é reduzido o número de jovens que contribuem com a previdência social, ou mesmo privada, e há uma tendências de diminuição do valor recebido pelo trabalho, que no longo prazo define a perspectiva de maior empobrecimento do trabalhador e sua família (SOUZA; POCHAMNN; BONONE, 2021).

Por último há a característica dos trabalhos em plataformas se configurarem com horas flexíveis, que permite com que o jovem alinhe estudo e trabalho, assim como a possibilidade de exercer outras atividades sociais que lhe interessem (SOUZA; POCHAMNN; BONONE, 2021). No entanto, retomando a pesquisa da Aliança Bike (2019), a maioria dos entregadores entrevistados – 57% – trabalham sete dias por semana. Sobre a carga de trabalho e remuneração, a pesquisa destaca que a média de horas à disposição do aplicativo é de nove

horas e vinte e quatro minutos por dia, obtendo uma remuneração média de R\$ 936. Tais dados demonstram o limite em se pensar o engajamento do jovem trabalhador de aplicativo em outras atividades visto a alta carga de trabalho e baixa remuneração.

Como exemplo sintético da dinâmica de trabalho por aplicativos, tomando uma especificidade que são os entregadores ciclistas de aplicativo, vemos que

Os dados mostram que a atividade dos entregadores ciclistas de aplicativos é caracterizada por longas jornadas de trabalho na rua, todos os dias da semana, com ganho mensal abaixo do salário mínimo vigente. Os entregadores são homens jovens, na maioria negros, e que moram nas periferias de São Paulo. (ALIANÇA BIKE, 2019)

Vemos, portanto, que a forma que a OIT caracteriza e defende as mudanças no trabalho em curso hoje no capitalismo expressa a naturalização e determinismo dessas mudanças, assumindo como processos necessários e potenciais para o aumento da produtividade e bem estar social, ainda que gerem movimentos contraditórios, em especial nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores. As novas dinâmicas de trabalho, estabelecidas pelo trabalho digital, rumam na direção da maior precarização, informalidade e piora drástica da qualidade de vida dos trabalhadores, dentre esses os trabalhadores jovens em especial.

Com isso, como apresentado no documento da OIT (2020), a situação da juventude se encontra no centro da problemática, tendo em vista que é o setor populacional que tem as bases da estabilidade cada vez mais corroídas pelas dinâmicas produtivas que reforçam a informalidade e rebaixamento das condições de vida e trabalho.

3.2.5 Desemprego e Jovens Considerados Nem-Nem

Observamos, até o momento, que a situação do emprego dos jovens se caracteriza pela instabilidade e precariedade para a maior parte dos sujeitos do grupo, sendo um determinante importante na condição de vivência da juventude e suas perspectivas. Nos documentos da OIT, contudo, são reforçados outros dois determinantes principais que compõem aquilo que a organização entende como uma verdadeira crise na vida dos jovens: o desemprego e o desalento/inatividade.

Como já trabalhado anteriormente, os impactos da crise econômica são desiguais nos países, em especial quando se compara os países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.

Nos primeiros há maior aumento do desemprego; já nos segundos, pelo menor número de empregos formais, há menor impacto direto no aumento do desemprego, mantendo as condições de informalidade (OIT, 2010). Isso, no entanto, são apenas os impactos no curto prazo, devendo-se entender aqueles de longo prazo.

Nas ideias apresentadas pela OIT (2010), para jovens com melhores condições econômicas há a possibilidade de postergação de entrada no mercado do trabalho – em contexto de maior precariedade devido à crise – aumentando o tempo que permanece no sistema educacional. Corre-se também o risco dos jovens vivenciarem uma transição desordenada para o mercado de trabalho, propiciando períodos maiores de desemprego, ou então empregos temporários e distintos do nível educacional do sujeito, que poderia acarretar que, “Os jovens desempregados provavelmente receberão menos ao longo do tempo e aceitarão empregos de menor qualidade e menos seguros, tornando-os mais vulneráveis a períodos de desemprego” (p. 50, tradução nossa)⁶³.

A OIT (2010) diferencia também a vivência do período de crise econômica em relação aos jovens de distintos níveis educacionais. Em períodos de auge econômico, os jovens de maior nível educacional enfrentam poucos problemas para conseguir emprego estável. Já em períodos de crise podem passar por desempregos mais longos, menores salários e menos postos de trabalho que se ajustem ao nível educacional. Para jovens não qualificados há maior desemprego e desalento nos períodos de crise, visto diminuição dos postos de trabalho. E com isso o risco de se afastarem da força de trabalho e ficarem dependentes do Estado para o resto da vida – por meio de políticas públicas e benefícios sociais.

Ainda na mesma publicação o organismo aponta que são os jovens os primeiros a serem demitidos, visto a menor experiência laboral, a maior chance de estarem em contratos temporários e os maiores custos para demissão de trabalhadores mais velhos. Ao mesmo tempo que são os últimos a serem contratados em período de menor oferta de vagas. Há ainda diferenças entre os subgrupos juvenis no que se refere ao desemprego: mulheres tem maiores dificuldades de encontrar emprego do que os homens; taxa de desemprego tende a baixar com a idade, vivenciando mais fortemente essa situação aqueles mais novos (entre 15 e 19 anos); maior desemprego entre as minorias étnicas e também quanto mais pobre seja o indivíduo (OIT, 2010).

63 *“Probablemente, los jóvenes desempleados tendrán una remuneración inferior a medida que transcurra el tiempo, y aceptarán trabajos de menor calidad, menos seguros, con lo cual serán más vulnerables a los períodos de desempleo”*

Nem todas as expressões do desemprego juvenil são negativas, como afirma a OIT (2010), visto que podem existir períodos de desemprego breves e voluntários a fim de acumular experiências e procurar um melhor posto de trabalho. No entanto, é preciso de estrutura, tanto social como familiar para dar suporte a esses jovens. Nas economias “em desenvolvimento”, de maneira geral, não existe esse tipo de suporte, fazendo com que os jovens não se possam permitir ficar desempregados, tendo que se submeter ao emprego que estiver disponível, independente das condições e se o emprego se ajusta ou não ao seu nível educacional.

Vemos então que a OIT (2010) trata a questão do desemprego de maneira dualista, novamente. De um lado a possibilidade de vivência de um desemprego não negativo, em que o período possibilitaria maior estudo e aprimoramento daqueles jovens com melhores condições financeiras. De outro lado a vivência do desemprego como negatividade, em que se torna elemento degradante da força de trabalho, onde não há aprimoramento, mas sim precariedade de longo prazo.

Em OIT (2012) mantém-se a perspectiva da crise do desemprego juvenil, com as taxas permanecendo em alta, em especial nos países europeus. Trazem ainda uma discussão sobre as consequências de longo prazo, em que se teria

um maior risco de desemprego futuro, um período prolongado de empregos instáveis e um crescimento de renda potencialmente deprimido (Arumlamplam et al., 2001). Tais consequências podem resultar de uma deterioração das habilidades, mas também de percepções negativas dos possíveis empregadores sobre os jovens que estão desempregados por períodos prolongados. (OIT, 2012, p. 19, tradução nossa)⁶⁴

No decorrer dos demais documentos o tema do desemprego entre os jovens é tratado diretamente em todos eles, na medida em que a situação representa a posição vivida por parte significativa dos indivíduos nessa faixa populacional. As taxas de desemprego jovem variam entre 12,1% em 2008, 13,2% em 2013, chegando até 13,6% em 2020 – dentro desse intervalo há variações de ano após ano, mas sem mudança significativa nem para mais nem para menos⁶⁵.

64 *“a higher risk of future unemployment, a prolonged period of unstable jobs and a potentially depressed income growth (Arumlamplam et al., 2001). Such consequences may result from a deterioration of skills but also from prospective employers’ negative perceptions of youth who have been out of work for prolonged periods.”*

65 Os dados de desemprego jovem sintetizadas pela OIT referem-se a uma taxa mundial, agrupando indivíduos entre 15 e 24 anos.

Na publicação de 2020, a OIT aponta que o número de desempregados, representando quase 14% do total de jovens, exemplifica contradições acentuadas desse setor populacional, visto que a possibilidade de estar no desemprego é três vezes maior para os jovens comparados com os adultos (25 anos ou mais). A OIT (2020) afirma que períodos curtos de desemprego são esperados nessa fase da vida, no entanto a preocupação principal é com grandes períodos nessa situação, pois se impede o ganho de experiência e pode levar a implicações na empregabilidade futura e produtividade.

Nos baseamos em uma pesquisa interessante com jovens (16 à 24 anos) participantes de um programa governamental do estado do Rio Grande do Sul que auxilia na busca pelo primeiro emprego, realizada por Wickert (2006) e que nos traz alguns elementos importantes para pensar a vivência do desemprego na população jovem e sua forma de reação perante à situação vivida. A pesquisadora entrevistou 20 indivíduos que participavam do programa ou que conseguiram ser empregados a partir da participação no mesmo, indagando-os sobre suas percepções a respeito da situação vivida em um contexto de aumento do desemprego e piora das condições de entrada no mercado de trabalho.

Os jovens entrevistados apontam um ideal pró-trabalho que se vê constantemente em choque com a realidade social experienciada pelas dificuldades de conseguir uma ocupação assalariada. A partir desse choque os sujeitos passam a encarar a busca por um emprego como a busca por “qualquer coisa”, qualquer ocupação que venha a encontrar, fazendo com que a escolha e planejamento do futuro profissional seja substituída pela busca desenfreada de qualquer tipo de emprego que lhe permita alguma remuneração, mesmo que isso vá contra os ideais e perspectivas que possuísse previamente. Este movimento de busca de emprego e choque com a realidade social posta pode produzir a individualização e culpabilização que fundamenta a vivência do jovem, na qual o desemprego aparece como fruto da qualificação não suficiente, da não realização de cursos, da incapacidade individual de atingir as exigências do mercado (WICKERT, 2006).

Outro elemento interessante sintetizado por Wickert (2006) é de que para a maior parte dos jovens pesquisados, em suma provenientes de famílias de baixa renda, a obtenção de um emprego não está atrelada necessariamente com o auxílio nas despesas do seio familiar, mas especialmente ligada com a possibilidade de maior autonomia financeira para realização de outras atividades que lhes interessarem, como sair com os amigos, comprar roupas etc. Nesse sentido, a autora define que o trabalho passa a estar muito mais atrelado com a entrada

no mundo do consumo, com a possibilidade de adquirir bens e experiências diversas, do que necessariamente ligada com uma objetivação individual e realização de uma intenção profissional.

Nesse sentido Sousa (2020) nos aponta um movimento de transição em relação ao papel que a remuneração do trabalho da juventude pode adquirir no contexto singular do sujeito. Ainda que o emprego obtido, inicialmente, venha a ser revertido em maior autonomia financeira para o jovem realizar suas próprias necessidades, em momento de piora generalizada das condições de vida da classe trabalhadora, que se expressam no seio familiar, o trabalho do jovem se torna necessidade para complemento de renda na família. O autor afirma que famílias ricas conseguem “comprar” a força de trabalho dos mais jovens para que esse qualifique esta força de trabalho e planeje sua inserção profissional de forma mais gradual e com melhor remuneração. Por outro lado, nas famílias de menor renda o trabalho da juventude, ainda que possa vir a ter uma relativização que propicie ao sujeito maior autonomia financeira, a qualquer momento pode ter como necessidade premente o auxílio nas despesas de casa. Sendo essa última a tendência na dinâmica capitalista atual, que com a manutenção de altas taxas de desemprego e piora generalizada nas condições de vida, demanda que a maior parte dos sujeitos na família estejam engajados em qualquer tipo de trabalho para conseguirem manter alguma estabilidade financeira (SOUSA, 2020).

Apesar de muitas vezes destacado como positivo a diminuição do número de jovens engajados no mercado de trabalho associado à maior inserção no processo educacional formal, tal diminuição também ocorre pela desagregação total do jovem, compondo um setor de indivíduos que não estão empregados, nem na educação nem no treinamento⁶⁶. O setor aparece primeiramente como tema no documento de 2012, vindo seu aumento no sentido de quantidade e peso das avaliações e prognósticos com o passar dos anos.

Em 2020, a OIT aponta que essa faixa é composta por 267 milhões de jovens, por volta de 20% do total de jovens mundialmente. Ou seja, não é nada pequena essa parcela, que na avaliação da OIT (2020) implica no não desenvolvimento de habilidades que são valorizadas no mercado de trabalho, fato que “reduz as suas perspectivas futuras de emprego e,

66 O termo utilizado nas publicações da OIT é NEET (not in employment, education or training). Na literatura nacional costuma-se usar o termo jovens “nem-nem” (nem na educação nem no emprego). Afim de homogeneização das nomenclaturas optamos por traduzir o termo como nem-nem. Como exposto na introdução deste trabalho, optamos pela utilização do termo jovens considerados nem-nem.

a longo prazo, impede os respectivos países de alcançar um crescimento econômico sustentado e uma maior coesão social” (p. 37, tradução nossa)⁶⁷.

Os jovens considerados nem-nem, de acordo com o documento, são sujeitos que: não conseguiram garantir um emprego no passado, ficando desacreditados na possibilidade de encontrarem algum emprego que se encaixariam; não sabem que caminho seguir; ou então que estão esperando oportunidades que se alinhem com suas aspirações. Considerando essa situação, chamam atenção para a meta 8.6 da Agenda 2030 da ONU, referente à necessária diminuição da proporção de jovens considerados nem-nem. Apontam também para a situação das mulheres, que são maioria nesse estrato (OIT, 2020).

Vemos, então, que para além das condições de trabalho da juventude marcadas pela precariedade e instabilidade, a vivência do desemprego ou então o afastamento completo do trabalho e da educação são as marcas mais degradantes que os jovens vivenciam na realidade. A partir do alto número de sujeitos nessa situação que a OIT compreende o risco de desintegração individual do sujeito na relação com a sociedade, assim como a potencialização de situação de instabilidade social que faz com que os jovens se coloquem contrários à normalidade vigente.

Silva e Mayorga (2021) destaca que a juventude considerada nem-nem se torna objeto de análise a partir da década de 1990 em países como Inglaterra e Japão em um período de impactos decorrentes das transformações da reestruturação produtiva. O destaque mundial dado a essa parcela populacional é percebido com a eclosão da crise econômica de 2008/09 que torna estes jovens centro de uma problemática social e estrutural, influenciando um conjunto de concepções e políticas que associam a situação vivida pelos jovens considerados nem-nem com uma perspectiva economicista de desintegração social e econômica, impactando no desenvolvimento da sociedade. Aliam-se também perspectivas voltadas à intervenção no risco de violência e carência que estão submetidos esses jovens.

No Brasil, exposto por Silva e Mayorga (2021), os números de jovens considerados nem-nem tem aumentado com o passar dos anos, chegando a um percentual de 29,33% de jovens de 15 à 29 anos que viviam tal situação. Nas palavras dos autores,

Pode-se afirmar, portanto, que a condição intitulada nem-nem no Brasil é marcada pelas seguintes particularidades: maior preponderância entre jovens com pouca escolaridade e de baixa renda, mulheres com filho, notadamente; crescimento da

67 *“reduces their future employment prospects and, in the long run, prevents their respective countries from achieving sustained economic growth and greater social cohesion”*

inatividade entre os homens, sobretudo, entre os menos escolarizados; maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho por parte dos homens com pouca escolaridade (SILVA; MAYORGA, 2021, p. 3)

Ao estudar algumas publicações da OIT que tratam especificamente da temática da juventude considerada nem-nem, Silva e Mayorga (2021) salienta que a organização, apesar de recentemente vir dando maior peso analítico e propositivo sobre essa coorte de jovens, reproduz uma visão individualista e psicologizante sobre a situação vivida. Podemos observar nos documentos da OIT aqui estudados que o organismo aponta fatores como desemprego de longo prazo, gravidez e maternidade na adolescência, falta de acesso à direitos sociais, dentre outros como os determinantes para a vivência da situação nem-nem na juventude. No entanto, a partir de uma análise crítica da sociedade devemos ver isso apenas como sintomas de contradições sociais que se circunscrevem na estrutura da sociedade capitalista; não são esses fatores apontados pela OIT as verdadeiras causas e gênese dos jovens considerados nem-nem, mas sim determinantes que retroagem sobre condições desiguais de acesso à riqueza.

Para a OIT, sintetizado por Silva e Mayorga (2021), a juventude considerada nem-nem está ligada com concepções de vulnerabilidade e desvantagem, que tem como consequência a construção de políticas e intervenções voltadas para o âmbito individual e psicológico – como aumento da motivação dos jovens; maior acesso à escolarização; ações voltadas ao empreendedorismo etc.

O investimento no fortalecimento da autoestima, na aquisição de conhecimentos e no envolvimento comunitário dos/as jovens em situação de atenção configura-se, portanto, como um espelhamento do pensamento neoliberal que centra no capital humano, como, por exemplo, a saída da situação de vulnerabilidade sendo um investimento feito pelo próprio indivíduo (Foucault, 2008). Nessa lógica, a partir do empreendimento de si, basta os/as jovens vulneráveis tornarem-se jovens protagonistas, resilientes e transformadores/as da própria situação social, como num passe de ilusionismo, porém, sem condições efetivas para isso. (SILVA; MAYORGA, 2021, p. 7).

Percebemos também, nos documentos da OIT, o apagamento ou naturalização das contradições e desigualdades raciais e de gênero. Apontada pela OIT (2020) como a parcela que mais se enquadra na situação nem-nem, as mulheres tem sua situação justificada pelo fato de vivenciarem altos índices de gravidez e maternidade na adolescência, assim como ao fato de serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Tais condições, no entanto, não

são as causas da situação vividas pelas mulheres, mas sim são as expressões de uma sociedade machista e misógina, que exclui e define os lugares sociais que devem ser ocupados pelas mulheres (assim como para os negros), dificultando acesso ao trabalho assalariado e estudo e incentivando para a permanência em uma situação de trabalho doméstico não remunerado. Devemos pensar com isso a própria definição de mulheres jovens consideradas nem-nem que são as responsáveis pelo trabalho doméstico reprodutivo da força de trabalho familiar, mas que têm essa carga de trabalho invisibilizada pelas concepções que as tratam, genericamente, como nem-nem.

Em relação à situação dos jovens considerados nem-nem pretos, notamos o completo apagamento da questão racial, não sendo tratada pelas publicações da OIT como elemento determinante da situação experienciada pela juventude – como já tratado anteriormente. Tal concepção, justamente pelo apagamento do racismo, reflete a visão limitada e burguesa expressa pelo organismo multilateral, visto que, na realidade concreta,

Os/as jovens negros/as representam 17,5% dos/as jovens considerados/as nem-nem, e 14% é a taxa de representação dos/as jovens brancos/as (Menezes, Cabanas, & Komatsu, 2013). Em relação à renda, dos 3,2 milhões dos/as chamados/as nem-nem brasileiros/as, 1,77 milhões (55%) são pobres, pois moram em domicílios que estão entre os 40% mais pobres da população e com renda mensal per capita de até R\$ 330,00 (Monteiro, 2013). Esses dados ratificam que a juventude negra e pobre, independente do gênero, representa a que tem mais padecido pelos mecanismos sociais e institucionais que impedem o acesso igualitário aos bens e serviços colocados, utopicamente, como disponíveis para toda a sociedade. (SILVA; MAYORGA, 2021, p. 9)

De forma geral vemos que a relação entre trabalho e juventude nos documentos analisados da OIT se estruturam em condições de intensa vulnerabilidade e precariedade. Há uma transição discursiva de um pessimismo no começo da década de 2010 determinado pela generalização da chamada “crise dos empregos” dos jovens, impactado pela crise econômica de 2008/09 que amplia as condições trabalhistas precárias e instáveis para o mundo todo, até o maior otimismo com as novas modalidades de trabalho digital nas duas últimas publicações. Ainda assim, as análises da organização confirmam, direta e indiretamente, as contradições que conformam a juventude trabalhadora enquanto um setor vulnerável e fragmentado.

O trabalho para a juventude, nos documentos da OIT, não é central por ser uma atividade que desenvolve e humaniza os sujeitos (MARX, 2013; LUKÁCS, 2013), mas sim

porque se torna apenas um meio de vida para obtenção de um salário que auxilia no desenvolvimento de um mínimo de autonomia financeira, entrada no mundo do consumo capitalista e contribuição nas despesas familiares. Em inúmeros momentos o emprego, ainda que precário, é tido como positividade, enquanto apenas a falta dele é vista como negativa – vide os discursos referentes aos jovens desempregados e nem-nem, como trabalhado acima.

A autonomia e participação social do jovem é defendida pela OIT apenas no ponto em que se refere ao engajamento em maiores níveis de qualificação, de forma individualizada. No restante, a relação entre trabalho e juventude vai ser definida por políticas públicas compensatórias que diminuam o impacto das contradições sociais e acordos empresariais que direcionem as condições de trabalho e estudo que os sujeitos terão acesso.

Se reforçam as perspectivas e defesa de uma inserção rápida dos jovens no mercado de trabalho, com uma educação aligeirada e limitada às demandas do mercado, com um mínimo de condições legais e de políticas públicas que amenizem as contradições sociais vividas. Tais mecanismos se revertem, observando a estruturação da sociedade capitalista, na defesa de um trabalho alienado (MARX, 2015), única forma possível dos jovens se integrarem na sociedade.

A alienação é vista também pela naturalização das contradições sociais, em que a determinação primeira da situação trabalhista vivida pela juventude, nas publicações do organismo, é localizada em elementos individuais e a possibilidade de superação também no âmbito individual, como o maior engajamento dos sujeitos nos processos educativos formais. A juventude caminha em direção ao seu afastamento: dos produtos do trabalho; da compreensão sobre o processo de trabalho pois participa em tarefas cada vez mais parciais e específicas – como visto nas dinâmicas do trabalho digital (CASILLI, 2018; ABÍLIO, 2020b); dos demais seres humanos na medida em que são formados por discursos individualistas e concorrenciais; e do gênero humano, com condições precárias de desenvolvimento psíquico e físico e separadas da apropriação das produções sociais desenvolvidas pela humanidade.

3.3 – TECNOLOGIA E JUVENTUDE: DETERMINISMOS E NATURALIZAÇÕES

Nesta subseção falaremos sobre as ideias e concepções apresentadas pela OIT no decorrer das publicações a respeito da tecnologia. Inicialmente, notamos que não há uma clara definição de tecnologia, visto que o tema aparece apenas quando relacionado às mudanças nos

processos de trabalho decorrente da aplicação de novas TICs na produção, como veremos adiante.

A temática da tecnologia surge como ponto de análise no documento de 2017. Nos documentos anteriores não há nenhuma aparição do tema, ou quando há, como em 2015, é apenas de passagem, ao falar sobre os determinantes das condições de trabalho dos jovens serem influenciados por mudanças tecnológicas – “Crescendo em meio a rápidas mudanças tecnológicas e globalização, os jovens de hoje já são adeptos de abrir caminho em tempos imprevisíveis” (OIT, 2015, p. 4, tradução nossa)⁶⁸.

Em 2017 a organização apresenta uma visão mais detida sobre os impactos das mudanças tecnológicas nas alterações das dinâmicas de trabalho, principalmente ligados à perda e criação de novos postos de trabalho decorrentes do processo de automação⁶⁹. A OIT (2017) aponta que as mudanças anteriores tinham uma implicação principal na automação de tarefas repetitivas, no entanto “As mais recentes tecnologias ‘disruptivas’, que incluem hardware e software, estão agora assumindo tarefas manuais e cognitivas não rotineiras e complexas que antes só podiam ser realizadas por humanos, pois exigem flexibilidade, julgamento e bom senso” (OIT, 2017, p. 37, tradução nossa)⁷⁰. Vemos então que a característica das mudanças atuais, para a OIT, envolve aplicação de hardwares e softwares com o potencial de alteração de habilidades para o trabalho.

Quatro são os principais desenvolvimentos que, segundo a OIT (2017), moldarão o futuro do trabalho. O primeiro deles são as novas dinâmicas da inteligência artificial, que seriam máquinas capazes de representar a inteligência humana, tendo a aprendizagem máquina como o aspecto central, permitindo a execução de atividades sem uma programação prévia. Outro elemento são os robôs, com sua aplicação cada vez mais ampliada abrangendo o setor agrícola e de serviços, para além da manufatura. A internet das coisas é

68 *“Growing up in the midst of rapid technological changes and globalization, today’s youth are already adept at making their way through unpredictable times”*

69 Neste ponto é necessário fazer um destaque sobre o uso do conceito de automação e automatização. Compreendemos que os dois processos, ainda que tenham relação entre si, são distintos. Enquanto a automação trata de processos autorreguláveis, ou seja, operam e fazem correções sem a necessidade de intervenção humana, a automatização, mesmo que a máquina realize a atividade sozinha ela necessita da intervenção humana direta para carregar de informações e correções, caso necessário. Nos documentos da OIT (2017; 2020), que tratam centralmente sobre a temática, não aparece uma diferenciação direta sobre os dois termos. Notamos uma diferença indireta entre os termos na medida em que a organização aponta que os jovens que têm experiências em empregos que envolvem tarefas automatizáveis tem maiores riscos de serem impactados pela automação (OIT, 2020).

70 *“The latest ‘disruptive’ technologies, which include hardware and software, are now taking on non-routine and complex manual and cognitive tasks that previously could be done only by humans since they require flexibility, judgment and common sense”*

também levantada como central, permitindo a melhor comunicação entre dispositivos e com seres humanos, potencializando a produção industrial e prestação de serviços. Por último a OIT (2017) aponta as impressões 3D, já notando sua aplicação na indústria farmacêutica e cosmética, de vestuário e construção civil.

Em relação à aplicação dessas novas tecnologias a OIT (2017) compreende que há importantes diferenças e desigualdades. Regionalmente o organismo nota que “Os robôs e outras tecnologias automatizadas para manufatura e serviços ainda estão significativamente concentrados nos países desenvolvidos, enquanto os países em desenvolvimento e emergentes continuam a depender de mão de obra frequentemente pouco qualificada e mal remunerada” (OIT, 2017, p. 39, tradução nossa)⁷¹. No entanto, na medida em que há um barateamento dos custos de produção e aplicação de novas tecnologias será visto uma maior difusão mundialmente. Nesse sentido, a organização entende que a automação de tarefas rotineiras e repetitivas terá um impacto significativo na vida dos jovens que entram no mercado de trabalho nos países “em desenvolvimento”.

As tarefas que envolvem ações não rotineiras e repetitivas, com maior complexidade cognitiva e social, ainda têm maiores dificuldades de se tornarem codificáveis, isto é, codificadas e traduzidas para um algoritmo que permite a automação. Tal processo aumentará a polarização do mercado de trabalho, com a manutenção e amplificação de diferenças entre o espectro da qualificação para o trabalho – trabalhadores menos e mais qualificados (OIT, 2017).

A automação de processos produtivos, como argumentado por Munn (2022), não é tarefa simples e trivial, pois envolve processos grandes, diferentes nas diversas áreas do globo, que passam por contextos locais e formas de trabalho distintas. O autor cita alguns casos emblemáticos, como por exemplo robôs de pintura automotiva em fábricas da General Motors nos EUA que ao não reconhecerem o objeto de trabalho nos carros começaram a pintar os outros robôs; em outro caso robôs que não diferenciavam diferentes modelos de carros e passaram a colocar peças de um modelo em outro; ou ainda o recuo declarado pelo CEO da empresa Tesla, Elon Musk, por ter encontrado mais dificuldades do que o esperado na criação de uma planta fabril totalmente automatizada, sem trabalho humano envolvido (MUNN, 2022).

71 “*Robots and other automated technologies for manufacturing and services are still significantly concentrated in developed countries, whereas developing and emerging countries continue to rely on often low-skilled and low-waged labour*”

Recorrentemente nos documentos aqui estudados o processo de automação está localizado em produções que envolvem tarefas rotineiras, que de acordo com a OIT (2020) seriam as tarefas mais possíveis de serem automatizadas. No entanto, a partir de Munn (2022), entendemos que mesmo as tarefas mais simples, rotineiras, estão englobadas em um amplo aspecto de processos que envolvem o trabalho humano, não dizendo respeito apenas à execução, mas envolve o planejamento, a lida com elementos exteriores, manejo de crises etc. De acordo com o autor,

Rotinizar o trabalho não é fácil. As máquinas geralmente requerem regularidade e uniformidade. Mas o trabalho, ao que parece, é altamente complexo e altamente diferenciado. As tarefas podem exigir uma grande variedade de gestos com as mãos, ou um conhecimento profundo do domínio para tomar decisões, ou a capacidade de improvisar e lidar com crises – áreas onde as máquinas tem dificuldade e os humanos se destacam. Transformar essas diversas tarefas em um processo que é repetível, previsível e, portanto, operável pela máquina é mais fácil falar do que fazer. (MUNN, 2022, p. 17, tradução nossa)⁷².

O processo se torna ainda mais complexo em tarefas não rotineiras, como por exemplo na prestação de serviços que envolvem o contato direto entre seres humanos, que vão desde o cuidado de animais até a atenção à saúde de crianças e idosos. Tais serviços envolvem tarefas bastante situacionais, ou seja, que demandam contato prévio com os objetos de trabalhos – sejam eles pessoas, animais, objetos – a fim de definir a melhor forma de execução da função necessária. Nesse contexto se torna ainda mais complicada a automação, pois o processo acaba ignorando o acúmulo consciente de saberes e conhecimentos sobre o trabalho que os indivíduos adquirem na medida em que o realizam.

A partir de tais condições, Munn (2022) expõe uma mudança nos discursos sobre a automação do trabalho. Há uma mudança de paradigma, em que a automação completa, tendo como consequência o fim do trabalho humano, vem dando lugar a visões que buscam uma integração entre procedimentos automatizados e o ser humano. Nessa nova visão é tomado como referência aparatos que podem ser intitulados de robôs colaborativos⁷³, em que “Robôs industriais brutalmente rápidos, mas potencialmente perigosos, foram substituídos em alguns

72 “Routinizing work is not easy. Machines generally require regularity and uniformity. But labor, it turns out, is highly complex and highly differentiated. Tasks might require a huge variety of hand gestures, or a deep knowledge of the domain to make decisions, or the ability to improvise and deal with crises – all areas where machines struggle and humans excel. Transforming these diverse tasks into a process that is repeatable, predictable, and therefore machine operable is easier said than done.”

73 Colaborative robots (cobots), segundo nomenclatura utilizada por Munn (2022)

ambientes pelos chamados robôs colaborativos. Esses 'cobots' geralmente apresentam mecanismos de segurança embutidos que detectam humanos próximos e partes macias do corpo que não machucam os trabalhadores.” (MUNN, 2022, p. 20-21, tradução nossa)⁷⁴.

Tais “cobots” teriam uma possível potencialidade de assumirem tarefas físicas de grande escala, deixando aos trabalhadores as partes do processo de trabalho que demandam maior função cognitiva. Nesses casos vemos que o trabalho humano não é extinto ou supérfluo, mas sim elemento ainda central do processo produtivo, na medida em que é necessário a realização de ajustes finos, de improvisos a partir de demandas externas etc. Surgem, desse modo, novos debates dentro do campo da tecnologia, que buscam alinhar, integrar a automatização com o fator humano, mas ainda necessitando grandes debates e desdobramentos, visto serem questionamentos recentes em um campo que até pouco tempo era tratado tendo como futuro imediato a automação completa (MUNN, 2022).

A utilização acima exposta, do uso de “cobots”, expressa um movimento sentido geralmente no campo fabril, envolvendo trabalhadores com maiores qualificações e salários. No entanto, esse campo está longe de ser o espaço principal em que o discurso da automação completa cedeu lugar para o reforço da necessidade de trabalho humano para dar vazão aos novos processos automatizados. Munn (2022) aponta que há uma série de novos postos de trabalho e tarefas que vem sendo expandidas mundialmente pela aplicação de novas tecnologias na produção, geralmente envolvendo trabalhos mal remunerados, com extensas jornadas de trabalho e pouco, ou nenhum, direito trabalhista. Muitas vezes traduzidas no discurso hegemônico como processos automatizados, há um sem número de tarefas que vem sendo realizadas por mãos, braços, pernas e mentes humanas para que se abram possibilidades de automatizações no cotidiano, como por exemplo moderação nas redes sociais, venda e compra de produtos online etc.

O mito da automação completa vem abrindo mão de seu objetivo máximo para representar a necessidade concreta do trabalho humano, em que indivíduos são convocados para realizarem trabalhos que são divididos em milhares de tarefas que precisam ser cumpridas para poder fornecer o “conhecimento” necessário para que mecanismos automáticos, como a Inteligência Artificial (IA), realizem movimentos automáticos. Tais trabalhos envolvem desde a seleção de infinitas imagens que servirão como base para

74 “*Brutally fast yet potentially dangerous industrial robots have been replaced in some settings by so-called collaborative robots. These ‘cobots’ often feature in-built safety mechanisms that sense humans nearby and soft body parts that won’t injure workers.*”

processos de validação online – escolhendo milhares de imagens que contém postes, barcos, árvores e assim por diante – até a moderação de postagens realizadas em redes sociais que podem conter discursos de ódio, pornografia infantil etc. As empresas geralmente se utilizam de plataformas de *crowdwork* para terceirizar a realização das microtarefas mundialmente (CASILLI, 2018; MUNN, 2022).

Sem tal tipo de trabalho uma boa parte de sistemas técnicos podem ter problemas de funcionamento, ou até mesmo deixar de funcionar ou atrapalhar o uso dos usuários do sistema. Como Munn (2022) aponta, em parte dos discursos hegemônicos sobre automação, o trabalho humano requerido para o funcionamento desses sistemas é considerado temporário, sendo apenas um elemento contingencial que logo será descartado quando a completa automação chegar. No entanto, na medida em que não há uma IA abstrata e genérica que caiba em todo e qualquer processo produtivo, a cada novo contexto de uso, serão necessárias soluções distintas.

Sempre há novas aplicações, novas indústrias e novos contextos onde os métodos computacionais não são desenvolvidos e os humanos são necessários. E mesmo quando uma solução técnica foi finalmente projetada e implantada, a vitória só pode ser descrita como parcial. Existem erros e omissões, características que precisam ser reforçadas com intervenções manuais. Juntos, esses obstáculos apresentam o que Gray e Suri (2019) chamam de “paradoxo da última milha da automação”. O grande sonho da automação total sempre permanecerá inacabado.. (MUNN, 2022, p. 31, tradução nossa)⁷⁵

Com a aplicação de novas tecnologias na produção, a OIT (2017) aponta que serão sentidas diferenças também entre os jovens e os mais velhos, com os primeiros adquirindo posição de destaque no que tange às facilidades para uso e envolvimento com as mudanças. Nas palavras da organização, “Em média, os trabalhadores jovens são mais bem educados e, tendo crescido em um ambiente rico em tecnologia, estão em melhor posição do que os adultos para lidar com a rápida mudança tecnológica” (OIT, 2017, p. 41, tradução nossa)⁷⁶.

Observando as mudanças setoriais nos empregos dos jovens, a OIT (2017) aponta que há uma redução na contratação do grupo no setor de manufatura, ainda que seja um dos

75 “There are always new applications, new industries, and new contexts where computational methods are undeveloped and humans are needed. And even when a technical solution has finally been designed and deployed, the victory can only be described as partial. There are errors and oversights, features that need propping up with manual interventions. Together, these hurdles present what Gray and Suri [2019] term the “paradox of automation’s last mile.” The grand dream of full automation will always remain unfinished.”

76 “On average, young workers are better educated, and having grown up in a technology-rich environment, are better placed than adults to deal with rapid technological change”

setores principais de contratação. Em contrapartida, a organização afirma que há quatro setores principais que têm crescido e apontam como fontes importantes de contratação da força de trabalho jovem, são eles: finanças; transporte e armazenamento, informações e comunicações; comércio, hotelaria e alimentação; serviços de saúde e cuidado. Esses setores têm uma tendência de crescimento assim como de alterações decorrentes da aplicação de novas tecnologias, que transformam as dinâmicas próprias e formas de trabalho (OIT, 2017).

No setor financeiro as novas tecnologias afetam os empregos em dois sentidos principais. O primeiro é decorrente do maior uso de softwares para gerenciamento e execução de processos não subjetivos baseados em etapas, automatizando e diminuindo o número de postos de trabalho. Esse movimento faz com que haja uma repatriação de postos de trabalho que até então estavam em países “em desenvolvimento” devido ao baixo custo da força de trabalho, que agora retornam aos países centrais, pois são automatizados. Por outro lado, há uma possível expansão do setor com a diminuição dos custos de serviços bancários e financeiros, podendo abrir mais chances para empregos dos jovens. O outro impacto da aplicação de novas tecnologias se dá com a criação de novos postos pelo aumento dos empregos em empresas de tecnologia financeira (FinTechs) (OIT, 2017).

Nos serviços de saúde a OIT (2017) aponta o alto índice de contratação de jovens, em especial daqueles com maior qualificação. No entanto, há tendências de contratação de sujeitos com qualificação média e no futuro a maior necessidade de trabalhadores com fluência tecnológica, habilidades de comunicação, serviço ao consumidor e solução de problemas. No setor de saúde as novas tecnologias têm impactado fortemente em processos que, segundo o organismo, diminuem-se os postos de trabalho ao mesmo tempo que se fortalecem as prestações de serviços, visto o uso das tecnologias para melhor acompanhar pacientes, maior rapidez no diagnóstico, melhor treinamento dos trabalhadores.

A manufatura, ainda que tenha diminuído de proporção de postos de trabalho no que se refere à juventude, mantém-se como um setor importante. Há, no entanto, mudanças significativas com a maior aplicação de processos automatizados e uso de robôs, fazendo com que potencialize-se a polarização do mercado de trabalho entre trabalhadores com altas e baixas qualificações, diminuindo as contratações de trabalhadores com médias habilidades (OIT, 2017).

Segundo a OIT (2017), o setor de transporte e armazenamento, informações e comunicações está na linha de frente das mudanças tecnológicas, com alterações

significativas pela aplicação de novos mecanismos como a internet das coisas, o uso de Big Data para organização dos processos de trabalho, tecnologia em nuvem etc. Por tal fato, tem sido um setor central de contratação da juventude, com alguns países quase chegando à metade dos trabalhadores do setor sendo jovens. Esse movimento também é sentido no setor de comércio, hotelaria e alimentação, com o uso de novas tecnologias tanto na contratação como na execução de serviços, seja pelo uso de plataformas que ligam consumidor com o vendedor, como o uso de robôs para automatização de processos de trabalho. Ainda que seja um setor chamariz de contratação dos jovens, a OIT (2017) aponta que os empregos estão marcados por serem temporários ou part-time e geralmente informais.

Em 2020 o debate a respeito das mudanças tecnológicas se torna o centro do estudo, como visto no próprio subtítulo do documento - “*Global Employment Trends for Youth 2020 – the technology and the future of jobs*”. O avanço tecnológico aparece no texto como mudanças no mercado de trabalho que geram oportunidades e desafios e caracterizam a

criação de novas indústrias, empregos, bens e serviços, bem como um aumento da produtividade. Ao reduzir o custo de produção e entrega de serviços, as novas tecnologias são um meio potencial para os países de baixa e média renda “saltarem” para estágios mais avançados de desenvolvimento (OIT, 2020, p. 49, tradução nossa)⁷⁷.

E ainda pode servir como instrumento potencial para promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ao mesmo tempo que pode deslocar o mercado de trabalho e favorecer de maneira desproporcional os países de maior base tecnológica – que em geral são os países centrais do capitalismo, os chamados países “desenvolvidos”.

Em poucos momentos o documento da OIT (2020) aprofunda as avaliações específicas sobre o impacto das novas TICs na produção, muitas vezes esse tema é colateral a algumas caracterizações sobre empregos e habilidades dos jovens. Em um dos poucos momentos que abordam tal temática, afirmam que a incorporação dessas TICs tem impactado a produção pelo aumento da monopolização – pelo alto custo de aplicação – e fragmentação dos processos produtivos. Tais impactos serão diretamente percebidos em empregos e salários mais instáveis.

⁷⁷ “*creation of entire new industries, jobs, goods and services, as well as an increase in productivity. By reducing the cost of production and delivery of services, new technologies are a potential means for low- and middle-income countries to ‘leapfrog’ to more advanced stages of development*”

Apesar de tratarem as novas tecnologias como potenciais criadoras de emprego, promovendo maior participação no mercado de trabalho nessa *gig economy, crowdwork* etc., ao menos afirmam que isso traz problemas nas condições de trabalho, como o aumento da informalidade. Dessa forma, políticas que garantam algum tipo de regulação e proteção social efetiva para os trabalhadores nessas modalidades de contrato devem ser fortalecidas (OIT, 2020).

Há uma dualidade expressa nas posições da OIT ao tratar dos impactos decorrentes do uso de novas tecnologias na produção. Tal dualidade é expressa no binômio oportunidades e desafios e é usada durante todo o documento de 2020 e também o de 2017. As oportunidades são destacadas pelo potencial de desenvolvimento econômico que a automatização e digitalização acarretam para a produção mundial, fortalecendo a organização de processos produtivos internacionalmente, superação de barreiras geográficas. Assim como com a criação de novos postos de trabalho que contemplam em grande medida a juventude, setor que já se relaciona com a tecnologia na vida cotidiana, sendo mais capaz de se adaptar às mudanças nos empregos (OIT, 2020).

Os desafios são relacionados diretamente com os impactos nas condições de trabalho e o risco vivido pelos trabalhadores que podem ser alvos de perda de trabalho com a automação; que sentem uma piora nas condições de trabalho pelo aumento da informalidade e contratação em empregos temporários. Os jovens, assim como nas oportunidades, são também o setor que mais sente os tais desafios. É individualizado no trabalhador a responsabilidade por adquirir as habilidades e competências que os novos postos de trabalho demandam, que em geral envolvem destreza tecnológica, habilidades sociais e de comunicação e a busca por processos que não corram risco de serem automatizados (OIT, 2020).

A OIT (2020) entende que há mudanças no mundo do trabalho com as mudanças tecnológicas descritas, no entanto, é contrária à posições que advogam pelo fim do trabalho, que o trabalho humano será substituído por robôs. Como visto anteriormente, a organização entende que com a aplicação de novas tecnologias ocorrem processos de automatização de determinadas tarefas e ocupações, que por um lado podem gerar o fechamento de postos de trabalhos ou mudanças nas atividades de setores produtivos. Por outro lado, reforça que há criação de novos empregos e postos de trabalho (OIT, 2017; 2020). No entanto, como visto na subseção anterior, seguindo as pistas colocadas por Filgueiras e Cavalcante (2020), percebemos que as posições da OIT seguem aquilo descrito pelos autores como o “novo adeus

à classe trabalhadora”, na medida em que trata as mudanças no trabalho como elementos naturais e a impossibilidade de obtenção de regulação e condições trabalhistas proporcionadas pelos ditos empregos “tradicionais”. Ou seja, ao mesmo tempo que a organização nega as teses sobre o fim do trabalho, as reapresentam com uma nova roupagem.

Ressaltamos que nas publicações da OIT há uma concepção em grande medida positiva sobre as mudanças tecnológicas hoje em curso. A OIT (2020) afirma que o desenvolvimento da “internet das coisas” (IoT), impressoras 3D e a técnica de *blockchain*, para citar apenas algumas, são essenciais para o desenvolvimento social, possibilitando inclusive que economias de baixa e média capacidade possam alçar novos rumos de desenvolvimento.

A partir da leitura podemos sistematizar, de forma geral, algumas potencialidades das novas tecnologias apresentadas pelos documentos: aumento de produtividade; redução de barreiras geográficas na produção; entrada de novos países e pessoas no mercado de trabalho mundial; criação de novas indústrias, novos serviços e produtos. A tecnologia entra também como forma de potencializar a organização e gerência das empresas, que agora têm a possibilidade de automatizar processos, organizar o trabalho de distintos trabalhadores em várias regiões do mundo etc. (OIT, 2017; 2020).

Os problemas e contradições decorrentes da aplicação dessas novas TICs não são negados pelo organismo, no entanto, aparecem de forma secundária, ou então, tratados como mero problema regulatório ou “erros de percurso”. As formas precárias de contratação, a flexibilização de leis e regimes trabalhistas parecem muitas vezes serem tratadas como o “mal necessário”, o custo a ser pago observando as potencialidades que a tecnologia carrega para a sociedade como um todo. Nesse sentido, é interessante correlacionar o peso dessas problemáticas com o setor que parece sofrer importantes impactos – a juventude. Como visto nos dados trabalhados acima, são os jovens aqueles que mais sentem a instabilidade e falta de perspectiva no trabalho, menores salários, risco de terem suas ocupações automatizadas – todas essas problemáticas afirmadas pelos documentos, em especial OIT (2020). Portanto, podemos afirmar que o custo e impactos negativos das mudanças tecnológicas na produção são sentidos sobremaneira no setor jovem dos trabalhadores.

Os fenômenos da informalidade, formas de contrato zero-hora, part-time etc., típicos de novas formas da economia, com a chamada *gig economy*, economia do compartilhamento

– termos também usados durante os documentos estudados – são tratados como as tendências para o futuro (OIT, 2020).

A partir dessas caracterizações, nos questionamos, a quem estão sendo reservados todas as potencialidades e benefícios sociais decorrentes do uso das TICs no sistema produtivo? De certa forma parece-nos que as benesses estão fortemente pensadas pelo prisma empresarial, visto que é o setor que tem seus lucros expandidos com o aumento de produtividade, com as desregulações trabalhistas etc.

Vemos, então, que de um lado há uma avaliação sumamente positiva em relação às mudanças tecnológicas, pois são vistas a partir da ótica empresarial. Por outro lado, há uma constatação da situação instável e precária que elas podem acarretar à parcelas da população, em especial aos jovens. Todavia, o caminho proposto nos documentos aqui estudados para mitigar as contradições deve ser trilhado por políticas e investimentos públicos, visto que regulações mais diretas nas empresas e mercado de trabalho não favorecem o crescimento econômico.

De certa forma, nos parece que a positividade com que são tratadas as mudanças tecnológicas expressa uma compreensão determinista tecnológica (LIMA FILHO; QUELUZ, 2005; NOVAES; DAGNINO, 2004). A aplicação de novas tecnologias na produção social aparece como um fenômeno inevitável do desenvolvimento econômico, visto que são elas responsáveis pelo aumento de produtividade, criação de novos empregos, articulação global do processo produtivo. Deste modo, como alguém poderia se colocar contra mudanças que tanto bem fazem às perspectivas para o trabalho e para a vida em sociedade no geral?

Em relação ao conceito de tecnologia no decorrer dos documentos vemos que há pouca clareza e intenção em definir e delimitar o que está sendo trabalhado. O que se expressa a partir da leitura é a aproximação do conceito de tecnologia com os novos artefatos tecnológicos aplicados à produção, que em grande medida são expressos em novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e na criação de robôs que propiciam maior automação do trabalho. Nesse contexto, a tecnologia é igual à TICs e automação; o conceito se inicia e se encerra nesse conjunto.

Vieira Pinto (2005), já nos anos 1970, nos aponta inúmeras compreensões esquemáticas e mecânicas de tecnologia presentes nos debates sobre o tema. O autor mostra como é presente nas ideias daqueles que chama de futurologistas uma abstração que trata o mundo hoje como uma grande explosão tecnológica, a única civilização tecnológica. Tal

grupo olha e descreve a realidade de forma a-histórica e mecânica, como se somente agora presenciássemos a tecnologia, que é apenas hoje que há desenvolvimento tecnológico com os novos artefatos surgidos dia após dia.

Inicialmente podemos pontuar que parte da forma abstrata ou incompleta com que o organismo trata a tecnologia é reflexo daquilo que Vieira Pinto (2005) definia como consciência ingênua que entende o mundo de hoje como uma explosão tecnológica. Nos documentos, como dito antes, a tecnologia é igualada às novas TICs, é só assim que ganha concretude, negando e escondendo o processo de desenvolvimento que nos leva até os dias de hoje, obnubilando o processo histórico de avanços e retrocessos, de escolhas e acasos que determinam as condições atuais. Igualar tecnologia com as TICs e processos de automação é olhar apenas para parte do problema, é inverter a realidade achando que o presente é autodeterminado, como se estivéssemos no ponto que estamos do desenvolvimento humano por mero acaso, se fosse assim e pronto.

Essa forma de compreensão da tecnologia é determinada, mas também contribui para construção de uma visão de mundo em que se nega a totalidade da vida social – uma pequena parte da sociedade é isolada e tomada como referência para todo o processo de desenvolvimento histórico da humanidade. Nessas compreensões parece presente também uma certa postura metropolitana, como afirma Vieira Pinto (2005), em que negam-se os saberes locais e cultura dos países subordinados, tornando como critério civilizatório apenas as ideias e saberes desenvolvidas na metrópole, em geral europeia ocidental e anglo-americana branca. Tal compreensão parece confluir para aquilo que vimos caracterizando como visão positiva e determinista das mudanças na produção expressa nos documentos aqui estudados, visto que a totalidade é negada pela particularidade de um pequeno grupo social que expressa seus interesses como interesses de uma sociedade (visão empresarial), na qual os impactos negativos são subsumidos na esperança dos aspectos positivos representarem melhorias no bem estar social (determinismo).

Em nossa visão, não é fortuito a forma como a OIT interpreta e defende as mudanças tecnológicas. Partir de uma concepção determinista, que naturaliza e ahistoriciza o desenvolvimento humano e tecnológico pode cumprir com um papel importante na defesa desse modo de organização da produção social.

Voltando à questão sobre a tecnologia substituindo o trabalho humano ou não, não podemos negar que as posições expressas nos documentos (OIT, 2017; 2020) em partes

apresentam uma concepção coerente com alguns dos teóricos do trabalho que partem de uma posição crítica – Antunes (2020); Filgueiras e Cavalcante (2020), entre outros. De fato, o trabalho humano não se acaba; a maior inserção tecnológica na produção da vida humana de um lado altera partes do processo produtivo, por outro cria e altera ocupações.

No entanto, há diferenças significativas que nos parecem levar as posições do organismo internacional para um caminho diametralmente oposto da literatura crítica, embora partindo de um mesmo lugar. Essas diferenças, em nossa avaliação, estão relacionadas com a visão positiva e determinista tecnológica apresentada nos documentos e discutidas aqui. A contraposição feita às teses do fim do trabalho humano pelas mudanças tecnológicas e automação é feita pela positividade que, em teoria, tais mudanças trazem à sociedade – como discutido anteriormente: aumento da produtividade, criação de novos empregos etc. As problemáticas decorrentes do processo, que são expressas em formas precárias de contratação, informalização, rebaixamento dos salários etc., são minimizadas perante a positividade e bem social que a tecnologia acarreta.

A automação é um debate bastante presente nas últimas duas publicações (OIT, 2017; 2020), caracterizada de forma bastante parecida entre elas. Inicialmente afirmam ser o ponto principal que gera medo e receio na sociedade, por entenderem que seria o fim dos empregos, pois todos seriam trocados por robôs. O organismo busca afastar tal receio, pois compreendem que não seria o fim do trabalho, a principal consequência se dá com as mudanças nas ocupações e tarefas. Realizam a argumentação através de vários estudos que estabelecem relações quantitativas e qualitativas entre os processos de automação e a aplicação no processo produtivo.

A OIT (2020) argumenta que o risco efetivo está nas tarefas entendidas como codificáveis, que seriam as tarefas rotineiras, impactando sobremaneira empregos de nível de qualificação média. Ao passo que empregos de menor qualificação e de alta qualificação teriam um aumento. As mudanças faladas parecem ser compreendidas apenas com a possibilidade técnica ou não de automação. Por outro lado, os documentos demonstram como os jovens são os principais alvos desse movimento pela maior facilidade de demissão e menor conhecimento específico do trabalho agregado, fato que coloca esse setor da sociedade em condições mais instáveis e incertas.

Essa forma de compreender a tecnologia e mudanças no trabalho parece se distanciar de posições como a de Antunes (2020), Filgueiras e Cavalcante (2020) e Fleming (2019) que

compreendem processos importantes de mudanças no trabalho, com o uso de novas TICs que impactam em especial as formas de realização do trabalho e contratação. No entanto, reforçam o quanto as mudanças cumprem um papel específico dentro do processo de acumulação capitalista. As tomadas de decisões para mudança não são apenas técnicas, mas sim econômico-políticas, pois representam novas e melhoradas formas do capital organizar a produção de maneira que tenha redução dos custos produtivos – incluindo o pagamento da força de trabalho – para que potencialize a produção e acúmulo de mais-valia. Nesse sentido, as positivities que as novas tecnologias trazem para a sociedade são questionadas, tendo em vista o impacto significativo na precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora.

Munn (2022) localiza os discursos hegemônicos sobre a automação como uma grande construção mítica, que aponta para o avanço tecnológico, expresso com a automação, como um movimento inevitável e uniforme na sociedade. O mito da automação – termo que intitula o livro do autor – esconde as diferenças globais no processo produtivo; argumentando ser apolítico, o mito expressa suas concepções éticas na prática: reforça relações de dominação em aspectos de classe, raça, gênero etc.; trata a automação como processo inevitável e invariável, na qual a “a história torna-se um conto de melhoria técnica com potência, velocidade, padronização, uniformidade e controle como as variáveis dadas para otimização. Nada pode alterar esses axiomas ou impedir esse progresso.” (MUNN, 2022, p. 3, tradução nossa)⁷⁸.

Para Munn (2022) o mito da automação se baseia em uma ideia abstrata e generalizante, que considera a inevitabilidade do trabalho humano ceder lugar à processos automáticos em escala global. Há, portanto, nesse discurso um elemento geral, que unifica a tudo e todos em uma mesma perspectiva – o futuro do trabalho é o futuro da automação. No entanto, baseando-se nas ideias do filósofo chinês Yuk Hui, Munn (2022) aponta a necessidade de se pensar no conceito de tecnodiversidade, em que a técnica e tecnologia não podem ser analisadas de uma forma universalizante, pois são construídas a partir de mediações e necessidades específicas, que dizem respeito à questões culturais, demográficas, geográficas etc. De tal modo que o mito da automação retira o desenvolvimento tecnológico de sua raiz concreta, baseada em questões objetivas e reais que influenciam seu desenvolvimento – aspectos culturais, políticos, econômicos que dizem respeito a

78 *“history becomes a tale of technical improvement with power, speed, standardization, uniformity, and control as the given variables for optimization. Nothing can alter these axioms or stop this forward progress.”*

particularidades locais – tomando a automação como futuro imediato que acontecerá no mundo todo da mesma forma.

Muitas vezes quando se olha para processos produtivos automatizados se rompe a idealização de um mundo sem trabalho humano para a concretude de um processo em que há o uso de novas tecnologias que automatizam etapas do trabalho, mas que ainda mantém o trabalho humano como elemento central. Munn (2022) aponta para, por exemplo, o uso de aparatos tecnológicos em empresas de armazenamento e distribuição que servem como mecanismos de controle do tempo e realização do trabalho, que medem o tempo que o trabalhador utiliza para chegar em determinado lugar, o tempo usado para pausas e ir ao banheiro, o tempo para finalização de uma atividade etc. Tais mecanismos, que envolvem sofisticados softwares e hardwares automatizados, são aplicados como forma de controle patronal sobre o trabalho exercido pelos trabalhadores, com o objetivo claro de subsunção e exploração do trabalho. Nesse sentido, vemos que a automação não ocorre na abstração de um mundo sem trabalho humano, mas sim na concretude de um modo de produção capitalista, que busca subsumir toda e qualquer aresta de trabalho em extração de mais-valia e controle do trabalhador.

As consequências de posições deterministas como apresentadas nas publicações analisadas podem ser percebidas na forma que tratam as consequências negativas e as saídas apontadas. De forma geral o foco principal está nos Estados e governos nacionais fornecerem políticas públicas e incentivos à população. Vemos, em OIT (2020), que as formas de mitigar os riscos vividos pelos jovens passa por: encontrar formas de abarcar os trabalhadores informais em políticas de seguridade social; fortalecer políticas de educação e treinamento alinhadas com setor empresarial para desenvolvimento das habilidades e competências necessárias; fortalecer o empreendedorismo, com maior acesso à informações e treinamentos.

Em síntese,

políticas são necessárias para gerar um número suficiente de empregos decentes, equipar os jovens com as habilidades necessárias para esses empregos, garantir que eles gozem de proteção social e tenham direitos no trabalho e incentivá-los a ingressar em organizações de trabalhadores e empregadores para que sejam representados no diálogo tripartite. A falta de ação levaria a um número crescente de jovens desanimados em muitos países e, em última análise, prejudicaria seu desenvolvimento socioeconômico. (OIT, 2020, p.132, tradução nossa)⁷⁹

79 *“policies are required to generate a sufficient number of decent jobs, equip young people with the skills required for those jobs, ensure that they enjoy social protection and have rights at work and encourage them to join workers’ and employers’ organizations so that they are represented in tripartite dialogue. Failure to*

Isso parece se relacionar com as posições de Filgueiras e Cavalcante (2020), que ao debaterem as novas teses sobre o fim do trabalho, demonstram que elas colocam saídas apenas aparentes, pois partem da compreensão de que não é mais possível organizar e regulamentar o trabalho, tendo em vista as mudanças que supostamente borram as fronteiras entre trabalhador e patrão, local de trabalho e residência etc. De alguma forma as caracterizações feitas nas publicações analisadas parecem compartilhar dessa mesma ideia, ainda que não explicitamente. O determinismo tecnológico e inexorabilidade da automação se comportam como a força motriz do desenvolvimento social, são positivas e necessárias, com isso os impactos de potencializarem formas precárias de contratação e trabalho são problemas a serem corrigidos através de renda extra aos trabalhadores, políticas de educação, saúde e assistência social etc.

Como vimos no capítulo dois desta dissertação, a técnica é um fenômeno essencialmente humano, que diz respeito às formas de ação no mundo a partir das necessidades socialmente desenvolvidas (VIEIRA PINTO, 2005). Técnica e tecnologia são elementos construídos a partir da realidade material das formas socialmente estabelecidas de produção dos meios de vida, são determinados, portanto, pelo modo de produção capitalista em nosso tempo (LIMA FILHO, 2010). De tal forma que o mito da automação, conforme colocado por Munn (2022), ao genericamente afirmar que todos os trabalhos em todos os lugares serão automatizados, significa escamotear as determinações gerais do trabalho sob o capitalismo, que constrói dinâmicas próprias e particulares que se utilizam de contradições sociais de raça e gênero para explorar e definir lugares específicos para corpos femininos e para corpos racializados. A automação não acontece no mundo todo e para todos os trabalhadores, mas sim em lugares específicos e sobre corpos específicos.

Sendo o trabalho no capitalismo determinado por elementos classistas, raciais e de gênero, pensar a automação envolve compreender quais trabalhadores terão seu trabalho afetado por tal processo. Às trabalhadoras mulheres e trabalhadoras negras são relegados espaços produtivos determinados, que muitas vezes se enquadram em dinâmicas precárias e de menor remuneração que daqueles mesmos postos ocupados por trabalhadores homens e brancos. Na medida em que os discursos hegemônicos tratam a automação como processo inexorável, acontecendo de forma global e atingindo a tudo e todos, obnubilam as determinações centrais do processo de trabalho no capitalismo.

take action would lead to growing numbers of discouraged young people in many countries and ultimately undermine their socio-economic development.”

Vemos tal movimento nos discursos presentes nos documentos da OIT (2017, 2020) ao apontar como única determinação da automatização a característica de tarefas serem rotineiras ou não, que influenciam a capacidade de serem mais ou menos codificáveis. Essa visão, que a princípio parece demonstrar uma certa igualdade de condições e postos de trabalhos para os diferentes indivíduos, esconde e nega as determinações raciais e de gênero que realizam um duplo movimento no trabalho: mulheres e pessoas negras são excluídos de certos espaços, ao mesmo tempo que são relegados a outros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação objetivamos analisar criticamente as concepções e proposições no que se refere ao trabalho e tecnologia para juventude em oito documentos da Organização Internacional do Trabalho. Os documentos se inscrevem em um período histórico de doze anos com importantes alterações conjunturais no sistema capitalista a partir do impacto da crise econômica de 2008/09 e mais recentemente com a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação na produção social – para citar apenas algumas mudanças.

Procuramos analisar as concepções do organismo tendo como base o método materialista histórico e dialético e os debates críticos no campo do trabalho e tecnologia, assim como sobre a categoria juventude. Com essa base, percebemos nos documentos da OIT uma defesa burguesa da realidade, pelo escamoteamento da origem das contradições sociais, uma visão individualizada e naturalizada de desenvolvimento social e humano, a defesa da inserção precária e alienada dos jovens no mercado de trabalho e uma perspectiva determinista tecnológica no que se refere ao papel da tecnologia e novas TICs na produção.

Tomando os documentos estudados enquanto um processo social de construção (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019), que se constrói a partir das dinâmicas sociais e contradições conjunturais, podemos notar nas publicações da OIT dois importantes saltos analíticos que conformam a visão apresentada pela organização.

O primeiro salto, em nossa análise, se dá com a universalização das condições precárias aos jovens a partir do cenário de crise econômica – como dito durante o texto, uma possível *periferização da concepção de juventude*. Na publicação de 2008, assim como nas anteriores (2004 e 2006) apontadas por Rivera-Aguilera (2018), os problemas enfrentados pela juventude são bastante dicotomizados entre os países do centro e da periferia capitalista. O salto analítico se expressa em uma visão negativa das perspectivas futuras pela generalização da precariedade de vida e trabalho dos jovens no mundo todo, mesmo nos países tidos como “desenvolvidos”. Ainda que discursivamente a OIT tente expressar uma visão otimista, os dados demonstram a permanência das dificuldades que os jovens terão que enfrentar nos anos que iniciam a década de 2010. Esse movimento parece se iniciar na publicação de 2010, a partir da avaliação dos impactos da crise econômica no mercado de trabalho, indo até a publicação de 2015, onde apresentam um viés otimista sobre os jovens,

mas ainda em um cenário em que as possíveis saídas não estão colocadas. A visão derrotista não nos parece estar apenas na conceituação de juventude e na elaboração dos dados, mas se expressa também na falta de clareza das respostas que são oferecidas – apenas ideias gerais e abstratas de direcionamentos que as políticas locais podem se basear; individualização da raiz da precariedade de vida dos jovens, localizando na falta de engajamento na educação, entre outras que foram trabalhadas no decorrer de nosso texto.

Em 2016 vemos o começo de uma mudança na argumentação, que poderíamos definir como um segundo salto analítico, expressado pelo referencial da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a transformação tecnológica que se acentua no sistema capitalista. O segundo salto encontra-se na transição para um discurso mais otimista, trazido com a aplicação de novas tecnologias na produção mundial. Na publicação de 2017 que ganha maior corpo tal avaliação, culminando em 2020 como tema central do informe. Ainda que o cenário, representado nos dados sobre participação dos jovens no mercado de trabalho, mantenha-se problemático, notamos um vislumbre otimista na argumentação da OIT, determinada pela esperança que as mudanças tecnológicas favorecerão aberturas de postos de trabalho e maior desenvolvimento econômico – ainda que com as contradições relacionadas às piores condições de trabalho, perda da capacidade educacional de qualificação para o trabalho etc.

De certa forma é nessa mudança discursiva que se expressa o vínculo direto entre concepção de juventude, de trabalho e de tecnologia. Notamos a clara concepção utilitarista e economicista de juventude, em que é atrelada unicamente ao seu papel de avanço econômico. Somada com uma concepção de trabalho apenas no seu sentido negativo, de alienação, em que as condições precárias de trabalho são reforçadas e mantidas, pois seriam as únicas formas de acesso dos jovens ao mercado de trabalho, ainda que acarretando em contradições de longo prazo para o indivíduo e sociedade. E por fim, a visão utilitarista e determinista de tecnologia, em que as transformações tecnológicas que acontecem hoje em dia aparecem de forma isolada das condições sociais que as geraram, afastadas da luta de classes, das necessidades econômicas da acumulação capitalista; em síntese, a tecnologia é concebida por um desenvolvimento autônomo e ahistórico.

Vemos que a OIT se utiliza de uma forma de apresentação da situação e perspectivas para os jovens bastante similar entre os documentos. A organização traça um panorama geral sobre as condições de vida e participação juvenil no mercado de trabalho, destacando os

principais dados e problemáticas que norteiam a análise. Inicialmente pelo uso de inúmeros dados quantitativos, fruto de pesquisas em países particulares ou levantamentos globais e regionais, que geram uma base sob a qual a organização argumenta qualitativamente – como nas argumentações sobre os impactos do desemprego na vida dos jovens, dificuldades da transição escola-trabalho etc.

Somado a esse movimento, os documentos reúnem situações e experiências particulares de alguns países descritas de forma rápida e superficial, sem de fato trabalhar os elementos específicos e gerais que determinam cada situação. Utilizam-nas ora para apresentar uma situação extrema de certo dado – como por exemplo o desemprego em algum local – ora para a apresentação de determinada política ou “iniciativas” que foram aplicadas, geralmente bem sucedidas.

No decorrer do texto vão se firmando algumas definições gerais e propostas de perspectivas construídas na somatória de dados e situações particulares. Essas definições culminam no grande quadro, geralmente apresentado nos últimos capítulos que são finalizados pela elaboração de direcionamentos de ações. Em síntese, nos documentos vemos uma estrutura que pode ser resumida em: apresentação geral do quadro, com inúmeros dados quantitativos e algumas avaliações sobre eles; aprofundamento em alguns dados específicos, que se alteram em relação à temática de cada informe – por exemplo, em 2012 avaliou-se o cenário pós crise econômica; já em 2020 os impactos das alterações tecnológicas para o trabalho dos jovens – em conjunto com exemplos e situações limites; para finalizar em proposição de políticas e perspectivas.

A estrutura dos documentos referida nos remete ao debate sobre a estética textual das publicações de organizações internacionais trazidas por Lima Filho (2002). O autor aponta que a justaposição de dois textos, tendo um como principal na forma discursiva e analítica e um secundário, na forma de quadros e descrições de experiências, representam uma escolha discursiva de base historiográfica pós-moderna “em que a narrativa histórico-temporal cede lugar à dimensão estético-espacial” (LIMA FILHO, 2002, p. 62). O contexto histórico-social é fragmentado e recomposto por uma nova historiografia espacial.

A utilização exemplar de experiências singulares de cada cultura e formação social ou Estado nacional, na conformação de uma lógica conceptual pré-ordenada, guarda relação com uma pretensa intencionalidade de conferir estatuto universal e científico às recomendações dos textos, as quais deveriam ser seguidas à risca pelas nações

que desejassem lograr êxitos semelhantes às experiências citadas (LIMA FILHO, 2002, p. 62)

Vemos que essa estratégia argumentativa constrói uma visão a-histórica, mecânica, parcial e burguesa da realidade. Primeiramente a-histórica pelo raso aprofundamento nas temáticas e dados utilizados. Em inúmeros momentos a argumentação é feita pelos dados quantitativos, observados um em sequência do outro, sem entender sua origem e com pouco aprofundamento histórico. É mecânica pois produz as argumentações na justaposição de situações e problemáticas sem levar em consideração as particularidades de cada uma, construindo uma ideia de direcionamentos e políticas universais, que podem ser aplicadas em distintos espaços sociais. É parcial na medida em que amarra o quadro analítico de forma a apresentar como fundamento das problemáticas meras disfuncionalidades localizadas da organização capitalista. Apresenta, ainda, apenas as saídas específicas que envolvem a reformulação de algumas políticas, a regulamentação de certo espaço; no geral são saídas a serem aplicadas por entidades governamentais ou empresariais. E por fim, é burguesa por defender a manutenção da estabilidade econômico-política do capital mesmo que a peso de maior precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

Como apontam Evangelista e Shiroma (2019), um dos grandes desafios postos para análises documentais é o de “explicitar o que o discurso dominante esconde sob sua aparência de verdade” (p. 90). Não cabe apenas entender o significado de determinado discurso, muito menos de reproduzi-lo, mas sim de explicar a que veio, quais objetivos procura alcançar na realidade concreta.

Nesse sentido, retornando aos documentos e proposições expressas pela OIT, vemos que os objetivos vão no sentido de reforçar a inserção aligeirada dos jovens no mercado de trabalho, sob moldes alienantes e precários. Não cabe a formação de qualidade e potencialização do desenvolvimento humano, mas apenas a inserção na venda direta da força de trabalho, na tentativa de que haja alguma forma de minimizar as contradições sociais que podem gerar revolta por meio de políticas públicas específicas e localizadas e mecanismos de integração do sujeito no ordenamento social posto. Não cabe o desvelar das contradições sociais para que os jovens enxerguem a realidade a partir das determinações concretas, mas sim o reforço de um discurso ideológico (MARX; ENGELS, 2007) que naturaliza e individualiza as contradições sociais.

Em relação à concepção de juventude nos documentos, expostos no início do terceiro capítulo, notamos a presença forte do marcador econômico para pensar o papel dos jovens na sociedade. A questão para nós não é que o jovem não tenha um papel importante para as perspectivas econômicas e sociais da sociedade, mas sim de que esse jovem defendido pela OIT é um jovem idealizado, não correspondente com as situações sociais concretas que o conforma, exemplificadas nos próprios dados apresentados pela organização nos vários documentos estudados. Partimos da concepção baseada no materialismo histórico e dialético que localiza o fundamento e base da sociedade na produção direta dos meios e condições de vida – o que nos termos mais gerais seria tratado como estrutura social. A partir desta estrutura se erguem um conjunto de práticas e instituições que servem como elementos de sustentação do atual modo de produção. Esse fundamento tem como consequência a centralidade ocupada pela classe trabalhadora, por se tratar da real produtora dos bens e meios materiais nos quais se organizam a sociedade – em suma, sem os trabalhadores não há produção, não há vida social.

Nesse sentido, não são os jovens abstratamente idealizados que são o futuro da sociedade e por isso devem ser prioridade nos investimentos públicos para fortalecer o desenvolvimento econômico, conforme tratado nos documentos da OIT. O futuro social virá das possibilidades de organização e enfrentamento protagonizadas pela classe trabalhadora como um todo, e pela juventude trabalhadora em específico, para tomar para si as rédeas da organização da produção social da vida em forma de revolução social, a fim de superar a pré-história da humanidade representada pelo capitalismo.

Vemos que recorrentemente nos textos da OIT a juventude é associada com o risco de instabilidade social, determinada pela sua situação concreta no mundo através da precariedade nas relações de trabalho, alto desemprego, baixas perspectivas de vida. Como visto nas discussões sobre o conceito de juventude no segundo capítulo, é recorrente a associação entre comportamentos juvenis que questionam elementos da ordem social como anormalidade, delinquência. Tal movimento determina a aplicação de medidas, geralmente institucionalizadas, que devem servir como normatizadoras e ordenadoras da percepção e da ação dos jovens no mundo.

Como nos traz Groppo (2017) a história da juventude se associa com seu uso político contenedor, como por exemplo o movimento escoteiro no início do século XX, o uso de medidas repressivas em tribunais específicos para jovens, a criação de casas de correção para

menores (PAIS, 1990), assim como o uso de teorias “científicas” que preconizam a assimilação e socialização juvenil pelo prisma da manutenção da ordem capitalista.

Olhando para a história e, principalmente, para a situação concreta dos jovens de hoje no mundo – que está diretamente determinada pela precariedade e falta de perspectivas – nos questionamos se os movimentos de juventude, em especial aqueles que carregam traços de questionamento social, não seriam justos? Ou melhor, é possível com que as medidas de socialização e integração do jovem dentro da organização capitalista resolvam as contradições postas?

Em nosso ver a resposta para esta última pergunta é um retumbante não. Pelo o que já tratamos neste trabalho, o desenvolvimento capitalista produz necessariamente o aumento das contradições sociais, produzindo aumento da miséria para os trabalhadores ao mesmo tempo que centraliza as riquezas nas mãos de poucos. O próprio desemprego é elemento constante e necessário para organização social do capital, usado como elemento de barganha econômica em períodos de crise e massa de manobra para expansão capitalista (MARX; 2013).

Partindo de uma concepção revolucionária, ressaltando a necessidade de organização independente da classe trabalhadora em todas as suas frentes de ação de luta contra o capital – movimento estudantil, movimento sindical, movimentos sociais – defendemos que sim, é justa a organização e questionamento dos jovens em relação ao mundo. É justa sua luta em defesa de melhores condições de vida e trabalho na particularidade de seu período de vida, assim como a unificação com as lutas gerais dos trabalhadores. O receio de aumento da instabilidade social pelo questionamento juvenil, apresentado pela OIT, é apenas o medo de uma instituição com caráter de classe burguesa, o medo de que a instabilidade se transforme em luta reivindicatória dos trabalhadores e ainda mais em luta revolucionária pela superação do sistema capitalista.

Sobre o papel da tecnologia para a vida dos jovens, instigados pelas ideias de Graham e Anwar (2019) compreendemos que não são as tecnologias digitais que univocamente determinam a forma como elas são usadas para organização do trabalho, mas sim a forma como a organização social capitalista se utiliza para maior controle do processo produtivo e aumento da extração de mais-valia. De tal modo, observando a aplicação de novas tecnologias no contexto atual da relação entre capital e trabalho entendemos que elas significam o aumento da exploração, fragmentação e precarização da classe trabalhadora. Nas

palavras dos autores, “as tecnologias digitais foram implantadas para criar um mercado de trabalho que pode operar em escala planetária e tem recursos e limitações particulares que raramente reforçam o poder estrutural e associativo dos trabalhadores.” (GRAHAM; ANWAR, 2019, p. 230, tradução nossa)⁸⁰.

Desse modo, ao pensar o engajamento da juventude nesta dinâmica de trabalho digital – como se propõem os documentos mais recentes da OIT – o objetivo central, em nossa visão, deve estar guiado pelo enfrentamento da precarização das condições de vida e trabalho que tal modalidade tem como consequência no capitalismo atual. A OIT apresenta a contradição, mas ainda nos parece estar guiada pela defesa burguesa otimista de que as possibilidades decorrentes do uso das novas TICs fornecem entrada e manutenção dos jovens no mercado de trabalho. Apontam a necessidade de algum tipo de regulação, mas sem apontar o fundamento que organiza as alterações tecnológicas no sistema capitalista e que baseiam o aumento da exploração do trabalho por meio dos aparatos tecnológicos aplicados.

Guiados pela compreensão da necessidade de uma transformação social revolucionária que supere o atual modo de produção, defendemos que o olhar principal das análises críticas deve estar voltado para as possibilidades de organização e luta da juventude que se encontra em um contexto de intensa precarização. A regulação do trabalho que abarque as novas (e velhas) modalidades precárias de emprego que a juventude assume – os empregos atípicos como são colocados pela OIT – é deveras importante. No entanto, compreendemos que isso só acontecerá se os próprios sujeitos que estão subordinados por tais atividades de trabalho tomarem consciência de sua posição no mundo e se organizem para demandar com que patrões e Estados apliquem as demandas postas. De outro modo, apenas em uma relação empresarial, ou mesmo por meio de conselhos tripartites como são defendidos pela organização aqui estudada – que reúna Estado, patrões e trabalhadores – a correlação de forças ainda pesa para a intensificação do trabalho e maior precariedade, tendo em vista o momento histórico de defensiva da classe trabalhadora em nível mundial, expressado por um conjunto de ataques e reformas que objetivam a precarização das condições de trabalho e intensificação da extração de mais-valia⁸¹.

80 “*digital technologies have been deployed in order to bring into being a labor market that can operate at a planetary scale, and has particular affordances and limitations that rarely bolster both the structural and associational power of workers.*”

81 Permanecendo apenas em um exemplo particular brasileiro, vemos nos últimos a imposição de significativas reformas burguesas que objetivam os fins apontados acima: aprovação de uma reforma da previdência (EC 103), que fere fortemente os mecanismos de seguridade social e previdenciária dos trabalhadores brasileiros, aumentando o tempo necessário de trabalho para a aposentadoria e ainda com a proposta, não abandonada pelas classes dominantes, de capitalização da previdência, tornando atividade privada com

Concluímos que os documentos aqui estudados, publicados pela Organização Internacional do Trabalho entre os anos de 2008-2020, apresentam uma riqueza significativa de dados e elementos quantitativos sobre a situação da juventude no mundo, se constituindo como fonte importante para estudos a respeito do período de vida delimitado. Contudo, no decorrer da dissertação, observamos que as concepções que guiam as análises apresentadas pela OIT defendem uma visão de mundo bastante localizada; guiado pelo determinismo tecnológico e defesa do atual modo de produção capitalista, o organismo internacional apresenta uma concepção de juventude com forte viés economicista, a rápida inserção no mercado de trabalho sob moldes cada vez mais alienantes e justificação das condições de desigualdade pela naturalização e individualização das contradições capitalistas.

Esperamos que este trabalho tenha contribuído para análise das teorias e concepções que norteiam as avaliações da OIT sobre juventude no que se refere ao trabalho e tecnologia. Considerando o papel significativo que as organizações multilaterais têm como fontes de ideias e prescrições a serem avaliadas e reconstruídas nas particularidades de países e regiões, esperamos que este estudo seja útil para a avaliação posterior de políticas que envolvam a juventude, como por exemplo os conceitos presentes nas políticas educacionais para o Ensino Médio no Brasil, políticas que envolvam a inserção dos jovens no mercado de trabalho etc. Visto que um possível desdobramento da pesquisa é apoiar análises posteriores que se debrucem sobre a temática da juventude, trabalho e tecnologia nas políticas públicas e orientações regionais.

Um aspecto a parte, que se extrai dos documentos aqui analisados, mas que fugiam dos objetivos que nos propusemos a alcançar na dissertação, deriva de uma análise mais aprofundada sobre as concepções de educação e políticas educacionais que são apresentadas pela OIT, considerando que boa parte das proposições feitas pelo organismo se dirigem para o setor da educação. Vemos também como possível estudo, a relação entre as ideias aqui

objetivos de lucro para quem gere os fatos recursos previdenciários dos trabalhadores; aplicação de uma reforma trabalhista (lei nº 13.467/17; lei nº 13.429/17), que dentre os inúmeros ataques podemos destacar a terceirização completa, inclusive das atividades-fins das empresas, a legalização de formas de contratação intermitentes, a redução do poder coletivo dos trabalhadores com os acordos coletivos-individuais se sobrepondo às regulações previstas na legislação etc.; aprovação de uma emenda constitucional – EC 95 – que congela os gastos sociais do governo por 20 anos, limitando os recursos e investimentos em políticas como as de saúde, educação, assistência social etc.; a tramitação de uma proposta de reforma administrativa que gira em torno do ataque à estabilidade dos servidores públicos, ao aumento das contratações temporárias no âmbito público, com possibilidade de redução do número de servidores concursados de carreira, redução de jornada com redução da remuneração etc. Esses pontos trazidos aqui são apenas alguns, dentre os inúmeros, ataques que os trabalhadores vêm recebendo à nível nacional nos últimos anos.

trabalhadas e estudos práticos no campo do trabalho dos jovens, procurando entender como essas concepções gerais e abstratas do trabalho e tecnologia para a juventude nos documentos da OIT atingem o cotidiano do emprego e formas de contratação e execução do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020a.

_____. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, abr. 2020b.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. Em: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.

ABRANTES, Angelo Antonio; BULHÕES, Larissa. Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. Em: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

ALIANÇA BIKE. **Pesquisa do Perfil dos Entregadores Ciclistas de Aplicativo**. Associação Brasileira do Setor de Bicicletas, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Em: Sader, Emir; Gentili, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES 2018**. Brasília, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: BRAGA, Ruy; ANTUNES, Ricardo (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. ; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 335 – 351, maio – ago, 2004.

BERNARDIM, Márcio Luiz; SILVA, Monica Ribeiro. Juventude(s) e Ensino Médio: da inclusão escolar excludente aos jovens considerados nem-nem. **Revista Contrapontos – Eletrônica**. Itajaí, vol.17, n.4, out-dez, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cad. CEDES**, vol.24, n.62, pp.26-43, 2004.

_____. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, vol.11, no.1, pp.63-76, 2007.

BUIAR, Janaína Cristina. **Lei da aprendizagem: da naturalização à regulamentação de inserção precárias de jovens e adolescentes no mercado de trabalho**. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CASILLI, Antonio. Inteligencia artificial: ¿los humanos reemplazarán a los robots? Em: AGETIC – Agencia de Gobierno Electrónico y Tecnologías de la Información y Comunicación (Coord.). **Trabajo, conocimiento y vigilancia: 5 ensayos sobre tecnología**. La Paz: Editorial del Estado, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. Em: POUPART, Jean et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA.

Educación, juventud y trabajo: habilidades y competencias necesarias en un contexto cambiante. Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/116). Santiago: CEPAL, 2020.

DIEESE. **Situação de estudo e trabalho da população juvenil da região metropolitana de São Paulo (1996-2016)**. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimjuventude/2017/apresentacaoPedBoletimJuventudeSAO.html>

ENGELS, Friedrich. (2006). O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. **Revista Trabalho Necessário**, 4(4), 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.4i4.p4603>

EVANGELISTA, E.; SHIROMA, Enedida Oto. Em: CÊA, Georgia Sobreira; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles (Orgs). **Trabalho e Educação:** interlocuções marxistas. Rio Grande: Editora da FURG, 2019.

FILGUEIRAS, Vitor.; CAVALCANTE, Sávio. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Revista Princípios**, São Paulo, v. 1, n. 159, p. 12-41, jul./out. 2020.

FLITNER, Andreas. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. Em: BRITO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da Juventude**. V. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FLEMING, Peter. Robots and Organization Studies: Why Robots Might Not Want to Steal Your Job. **Organization Studies**, 40(1): 23-38. 2019.

FORACCHI, Marialice M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2 ed., 2018.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Reforma trabalhista em pontos**. São Paulo: Ltr, 2ª ed., 2018.

FREITAS, Luis Carlos. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GAMA, Ruy. **A Tecnologia e o Trabalho na História**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1986.

_____. A Tecnologia em Questão. São Paulo, **Revista USP**, nº 7 (novembro), 1990.

GERMANO, Douglas. Falha Humana. Em: GERMANO, Douglas; BATUQUEIROS E SUA GENTE. **Partido Alto**. São Paulo: Independente, 2021. CD – Faixa 4.

GERMER, Claus. O método materialista e dialético de Marx e Engels. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 45-76, out. 2020.

GIL, Aldo Duran; BARIZÃO, Débora Fernandes. A crise econômico-financeira de 2008/2009 e seu impacto no Brasil. **Horizonte Científico**, v. 6, n. 1, agosto, 2012.

GRAHAM, Mark; ANWAR, Mohammad Amir. The global gig economy: Towards a planetary labour market? Em: LARSSON, Anthony; TEIGLAND, Robin. **The Digital Transformation of Labor: Automation, the Gig Economy and Welfare**. Londres: Routledge, 2019.

GRINDER, R. E.; STRICKLAND, Ch. E. A significação social da obra de G. S. Hall. Em: BRITO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da Juventude**. V. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, jan/abr. 2020.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**. Ano 13, nº 25, p. 9-22, dez. 2004.

_____. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015.

_____. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016.

_____. **Introdução à Sociologia da Juventude.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Condição pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 17^a ed., 2008.

HOWSON, K.; FERRARI, F.; USTEK-SPILDA, F., SALEM, N.; JOHNSTON, H.; KATTA, S.; HEEKS, R.; GRAHAM, M. Driving the digital value network: Economic geographies of global platform capitalism. **Global Networks**, 22, 631–648, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/glob.12358>

HUWS, Úrsula. Mundo material: o mito da economia imaterial. **Mediações**, Londrina, v. 16, n.1, p. 24-54, Jan./Jun. 2011.

IANNI, Octávio. O jovem radical. Em: BRITO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da Juventude.** V. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Abril – Junho, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Violência Armada e Racismo:** O papel da arma de fogo na desigualdade racial. 2^a ed., 2022.

LEAL, Zaira Fátima de Rezende Gonzales. **Adolescência, educação escolar e constituição da consciência:** um estudo sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural. Maringá: Eduem, 2016.

LEAL, Zaira Fátima de Rezende Gonzales; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. Em: LEAL, Zaira Fátima de Rezende Gonzales; FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SOUZA, Marilena Proença Rebello de (Org.), **Adolescência em foco:** contribuições para a psicologia e para a educação. Maringá: Eduem, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITÃO, Augusto Rogério. A Organização Internacional do Trabalho (OIT): quase um século de ação em contextos históricos diversos. **Laboreal**, 12 (1), 103-111, 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2. ed, 2004.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. A “era tecnológica” entre a realidade e a fantasia: reflexões a partir dos conceitos de trabalho, educação e tecnologia em Marx. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 83-92, ago. 2010.

_____. ; QUELUZ, Gilson Leandro. A Tecnologia e a Educação Tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005.

LURIA, Alexander Romanovich. **Curso de Psicologia Geral**: introdução evolucionista à psicologia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v.I, 1994.

LUKÁCS, György, **Para uma ontologia do ser social**, 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. Em: BRITO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da Juventude**. V. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora:** de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil:** O FUNDEF no centro do debate. 2005. 243 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; JIMENEZ, Susana. O papel do Banco Mundial na reestruturação do capital: estratégia e inserção na política educacional brasileira. Em: RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (Org.). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. cap. 4, p. 45-58.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/oei-organizacao-dos-estados-ibero-americanos-para-a-educacao-a-ciencia-e-a-cultura/>>

MUNN, Luke. **Automation is a myth.** Stanford, California: Stanford University Press, 2022.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. O fetiche da tecnologia. **Revista ORG & DEMO** (Marília), v.5, n.2, p. 189-210, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendencias mundiales del empleo juvenil:** octubre de 2008. Ginebra: OIT, 2008.

_____. **Tendencias mundiales del empleo juvenil:** agosto 2010: edición especial sobre las repercusiones de la crisis económica mundial en los jóvenes. Ginebra: OIT, 2010.

_____. **Global Employment Trends:** May 2012. Genebra: OIT, 2012.

_____. **Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2013:** Una generación en peligro. Genebra: OIT, 2013.

_____. **Global Employment Trends for Youth 2015:** Scaling up investments in decent jobs for youth. Genebra: OIT, 2015.

_____. **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo 2016:** Tendencias entre los jóvenes. Genebra: OIT, 2016.

_____. **Global Employment Trends for Youth 2017:** Paths to a better working future. Genebra: OIT, 2017.

_____. **Global employment trends for youth 2020:** technology and the future of jobs. International Labour Office. Genebra: OIT, 2020.

OZELLA, Sergio. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. Em: CONTINI, M. L. J. (Coord.) & KOLLER, S. H. (Org.) **Adolescência e psicologia:** concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise social**, Lisboa, v. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

_____. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**, São paulo, v. 26, n. 75, p. 267-280, 2012.

PANDITA-PEREIRA, Angelina. Adolescência e juventude: contribuições e desafios de escritos soviéticos para a análise da realidade brasileira. **Obutchénie:** Revista de Didática e Psicologia Pedagógica. Uberlândia, MG; v.3, n.3, p.1-25; set./dez. 2019.

PESSINI, Leo. **Alguns comentários bioéticos em relação à Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável.** 24 ago. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570923-alguns-comentarios-bioeticos-em-relacao-a-agenda-2030-da-onu-para-o-desenvolvimento-sustentavel>

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de tecnologia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, Gildemarks Costa. Tecnologia, educação e tecnocentrismo: as contribuições de Álvaro Vieira Pinto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 238, p. 839-857, set./dez. 2013.

SILVA, Paulo Roberto, Júnior; MAYORGA, Cláudia. Análise Lexical sobre o/a Jovem Nem-Nem no Documento Trabalho Decente e Juventude/OIT. **Revista Subjetividades**, 21(3), 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i3.e11349>

SHIROMA, Eneida Oto; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 693-714, ago. 2020.

SMITH, Merritt Roe; MARX, Leo. **Does Technology Drive History?** The dilemma of technological determinism. Londres: MIT Press, 1994.

SOUSA, Euzébio Jorge Silveira. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho, subdesenvolvimento e as mudanças estruturais** / Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2020.

_____.; POCHMANN, Márcio; BONONE, Luana Meneguelli. Juventude e trabalho plataformizado no Brasil: juventude indicando tendências. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 20, p. 1-14, out. 2021.

SUNDIN, Gabriel França. **O desenvolvimento da adolescência e juventude no capitalismo contemporâneo: a agenda do Banco Mundial para a juventude trabalhadora**. Monografia (Departamento de Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1O9NfPFRVG07Aq21a0iqzRpTDqNNnWsbU/view>

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. Produção social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas. **Psicologia e Sociedade**, 26(1), pp. 137-147, 2014.

WICKERT, Luciana Fim. Desemprego e Juventude: Jovens em busca do primeiro emprego. **Psicologia ciência e profissão**, 26 (2), p. 258-269, 2006.